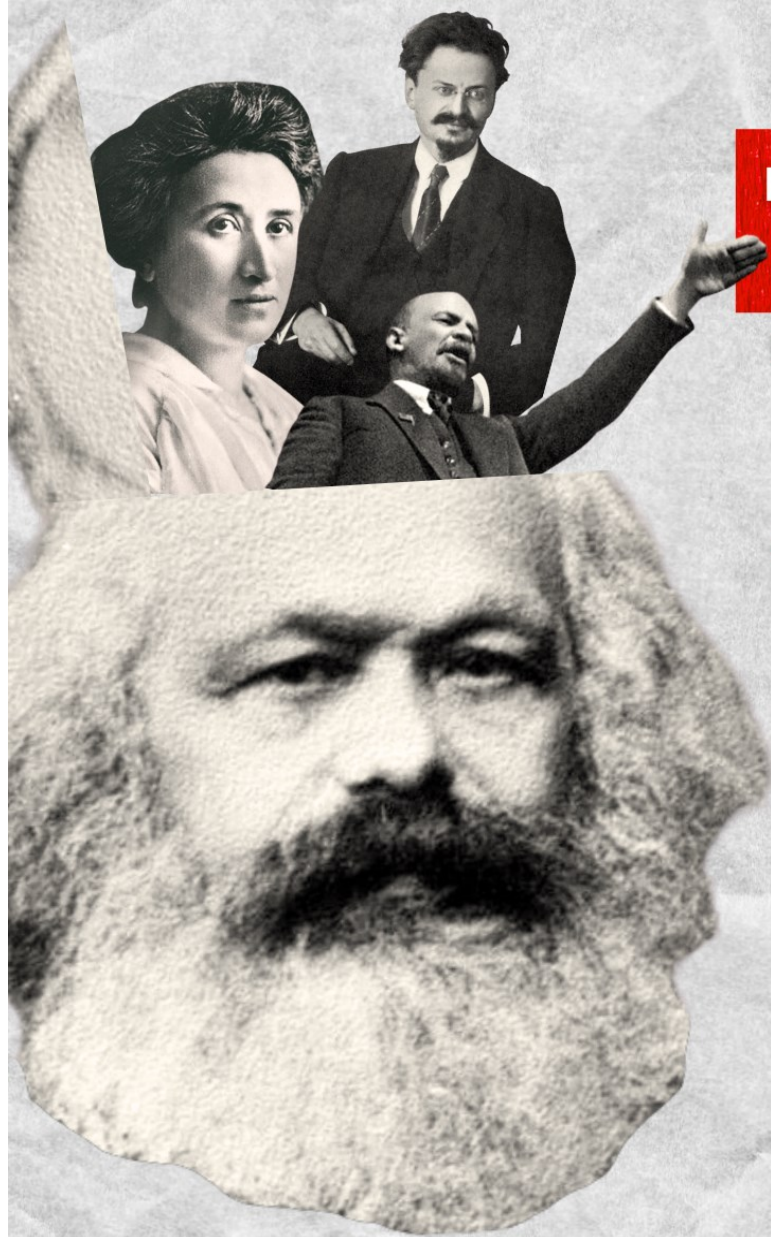


CADERNO TEÓRICO

INTRODUÇÃO AO MARXISMO



REVOLUCIONÁRIO



TODAS AS

TERÇAS

DE 11 DE ABRIL A 16 DE MAIO

ÀS 18H

**NA SALA 10 DA
GEOGRAFIA (FFLCH)**

**"A TEORIA SEM
A PRÁTICA DE
NADA VALE, A
PRÁTICA SEM A
TEORIA É CEGA"**

- LÊNIN



Já Basta!

SoB

Plano de formação política

I semestre 2023

Nome do Grupo de Estudos:

Introdução ao marxismo revolucionário

Objetivo geral:

Introduzir à militância os conceitos elementares do marxismo revolucionário, com foco no estudo da teoria do Estado, aplicado à revolução russa e as revoluções que aconteceram na segunda metade do século XX.

Objetivos específicos:

1. Desenvolver categorias básicas do pensamento marxista, como o materialismo histórico e a teoria do Estado.
2. Explicar as diferenças básicas entre o trotskismo e o stalinismo a partir do processo de burocratização da revolução russa.
3. Estudar o balanço histórico e as premissas estratégicas da corrente internacional Socialismo ou Barbárie em torno das revoluções do pós-guerra e nos suas diferenças com outras organizações do movimento trotskista.

Calendário e horário:

11 de abril - 16 de maio (terças, das 18 h até às 19:15 h).

Metodologia de trabalho:

Introdução breve ao tema, feita pela pessoa mediadora do encontro temático, seguida por uma roda de conversa. Para isso, será fornecido previamente um guia de perguntas para orientar a leitura e a posterior discussão. No entanto, a discussão também ficará aberta às dúvidas e comentários que as pessoas participantes acharem importantes.

Encontros temáticos:

1. Fundamentos do materialismo histórico [11 de abril]

Textos:

Manifesto do Partido Comunista (cap. I e II, Marx e Engels).

A noventa anos do Manifesto Comunista (León Trotsky).

2. A concepção marxista do Estado [18 de abril]

Textos:

“As Classes Sociais e o Estado” (cap. I, O Estado e a Revolução, V.I. Lenin).

3. Estado, revolução e burocratização na URSS [I parte, 25 de abril]

Textos:

“O socialismo e o Estado” (Cap. III da Revolução traída, León Trotsky).

4. Estado, revolução e burocratização na URSS [II parte, 02 de maio]

Textos:

“O Termidor Soviético” (Cap. V da Revolução traída, León Trotsky).

5. Bolchevismo, estalinismo e os fundamentos políticos da oposição de esquerda [09 de maio]

Textos:

“As Bagagens do Êxodo” (Cap. 1 de “Trotskismos”, Daniel Bensaid).

“Breve história da Oposição de esquerda” (Roberto Sáenz).

6. As revoluções do pós-guerra: balanço histórico-estratégico [16 de maio]

Textos:

“Sobre a natureza das revoluções do pós-guerra” (Roberto Ramírez,).

I ENCONTRO TEMÁTICO

Manifesto do Partido Comunista

Carlos Marx-Federico Engels

Capítulo I - Burgueses e Proletários (3*)

A história de toda a sociedade até aqui (4*) é a história de lutas de classes.

[Homem] livre e escravo, patrício e plebeu, barão e servo [Leibeigener], burgueses de corporação [Zunftbürger] (5*) e oficial, em suma, opressores e oprimidos, estiveram em constante oposição uns aos outros, travaram uma luta ininterrupta, ora oculta ora aberta, uma luta que de cada vez acabou por uma reconfiguração revolucionária de toda a sociedade ou pelo declínio comum das classes em luta.

Nas anteriores épocas da história encontramos quase por toda a parte uma articulação completa da sociedade em diversos estados [ou ordens sociais — Stände], uma múltipla gradação das posições sociais. Na Roma antiga temos patrícios, cavaleiros, plebeus, escravos; na Idade Média: senhores feudais, vassallos, burgueses de corporação, oficiais, servos, e ainda por cima, quase em cada uma destas classes, de novo gradações particulares.

A moderna sociedade burguesa, saída do declínio da sociedade feudal, não aboliu as oposições de classes. Apenas pôs novas classes, novas condições de opressão, novas configurações de luta, no lugar das antigas.

A nossa época, a época da burguesia, distingue-se, contudo, por ter simplificado as oposições de classes. A sociedade toda cinde-se, cada vez mais, em dois grandes campos inimigos, em duas

grandes classes que diretamente se enfrentam: burguesia e proletariado.

Dos servos da Idade Média saíram os Pfahlbürger (38) das primeiras cidades; desta Pfahlbürgerschaft desenvolveram-se os primeiros elementos da burguesia [Bourgeoisie].

O descobrimento da América, a circum-navegação de África, criara um novo terreno para a burguesia ascendente. O mercado das Índias orientais e da China, a colonização da América, o intercâmbio [Austausch] com as colónias, a multiplicação dos meios de troca e das mercadorias em geral deram ao comércio, à navegação, à indústria, um surto nunca até então conhecido, e, com ele, um rápido desenvolvimento ao elemento revolucionário na sociedade feudal em desmoronamento.

O modo de funcionamento até aí feudal ou corporativo da indústria já não chegava para a procura que crescia com novos (6*) mercados. Substituiu-a a manufatura. Os mestres de corporação foram desalojados pelo estado médio [Mittelstand] industrial; a divisão do trabalho entre as diversas corporações [Korporationen] desapareceu ante a divisão do trabalho na própria oficina singular.

Mas os mercados continuavam a crescer, a procura continuava a subir. Também a manufatura já não chegava mais. Então o vapor e a maquinaria revolucionaram a produção industrial. Para o lugar da manufatura entrou a grande indústria moderna; para o lugar do estado médio industrial

entraram os milionários industriais, os chefes de exércitos industriais inteiros, os burgueses modernos.

A grande indústria estabeleceu o mercado mundial que o descobrimento da América preparara. O mercado mundial deu ao comércio, à navegação, às comunicações por terra, um desenvolvimento imensurável. Este, por sua vez, reagiu sobre a extensão da indústria, e na mesma medida em que a indústria, o comércio, a navegação, os caminhos-de-ferro se estenderam, desenvolveu-se a burguesia, multiplicou os seus capitais, empurrou todas as classes transmitidas da Idade Média para segundo plano.

Vemos, pois, como a burguesia moderna é ela própria o produto de um longo curso de desenvolvimento, de uma série de revolucionamentos no modo de produção e de intercâmbio [Verkehr].

Cada um destes estádios de desenvolvimento da burguesia foi acompanhado de um correspondente progresso político (7*). Estado [ou ordem social — Stand] oprimido sob a dominação dos senhores feudais, associação (8*) armada e auto-administrada na comuna (9*), aqui cidade-república independente (10*), além terceiro-estado na monarquia sujeito a impostos (11*), depois ao tempo da manufatura contrapeso contra a nobreza na monarquia de estados [ou ordens sociais — ständisch] ou na absoluta (12*), base principal das grandes monarquias em geral — ela conquistou por fim, desde o estabelecimento da grande indústria e do mercado mundial, a dominação política exclusiva no moderno Estado representativo. O moderno poder de Estado é apenas uma comissão que administra os negócios comunitários de toda a classe burguesa.

A burguesia desempenhou na história um papel altamente revolucionário.

A burguesia, lá onde chegou à dominação, destruiu todas as relações feudais, patriarcais, idíli-

cas. Rasgou sem misericórdia todos os variegados laços feudais que prendiam o homem aos seus superiores naturais e não deixou outro laço entre homem e homem que não o do interesse nu, o do insensível "pagamento a pronto". Afogou o frémito sagrado da exaltação pia, do entusiasmo cavalleiresco, da melancolia pequeno-burguesa, na água gelada do cálculo egoísta. Resolveu a dignidade pessoal no valor de troca, e no lugar das inúmeras liberdades bem adquiridas e certificadas pôs a liberdade única, sem escrúpulos, de comércio. Numa palavra, no lugar da exploração encoberta com ilusões políticas e religiosas, pôs a exploração seca, directa, despudorada, aberta.

A burguesia despiu da sua aparência sagrada todas as atividades até aqui veneráveis e consideradas com pia reverência. Transformou o médico, o jurista, o padre, o poeta, o homem de ciência em trabalhadores assalariados pagos por ela.

A burguesia arrancou à relação familiar o seu comovente véu sentimental e reduziu-a a uma pura relação de dinheiro.

A burguesia pôs a descoberto como a brutal exteriorização de força, que a reação tanto admira na Idade Média, tinha na mais indolente mandriice o seu complemento adequado. Foi ela quem primeiro demonstrou o que a atividade dos homens pode conseguir. Realizou maravilhas completamente diferentes das pirâmides egípcias, dos aquedutos romanos e das catedrais góticas, levou a cabo expedições completamente diferentes das antigas migrações de povos e das cruzadas (39).

A burguesia não pode existir sem revolucionar permanentemente os instrumentos de produção, portanto as relações de produção, portanto as relações sociais todas. A conservação inalterada do antigo modo de produção era, pelo contrário, a condição primeira de existência de todas as anteriores classes industriais. O permanente revolucionamento da produção, o ininterrupto abalo de todas as condições sociais, a incerteza e o movi-

mento eternos distinguem a época da burguesia de todas as outras. Todas as relações fixas e enferrujadas, com o seu cortejo de vetustas representações e intuições, são dissolvidas, todas as recém-formadas envelhecem antes de poderem ossificar-se. Tudo o que era dos estados [ou ordens sociais — ständisch] e estável se volatiliza, tudo o que era sagrado é dessagrado, e os homens são por fim obrigados a encarar com olhos prosaicos a sua posição na vida, as suas ligações recíprocas.

A necessidade de um escoamento sempre mais extenso para os seus produtos persegue a burguesia por todo o globo terrestre. Tem de se implantar em toda a parte, instalar-se em toda a parte, estabelecer contatos em toda a parte.

A burguesia, pela sua (13*) exploração do mercado mundial, configurou de um modo cosmopolita a produção e o consumo de todos os países. Para grande pesar dos reacionários, tirou à indústria o solo nacional onde firmava os pés. As antiquíssimas indústrias nacionais foram aniquiladas, e são ainda diariamente aniquiladas. São desalojadas por novas indústrias cuja introdução se torna uma questão vital para todas as nações civilizadas, por indústrias que já não laboram matérias-primas nativas, mas matérias-primas oriundas das zonas mais afastadas, e cujos fabricos são consumidos não só no próprio país como simultaneamente em todas as partes do mundo. Para o lugar das velhas necessidades, satisfeitas por artigos do país, entram [necessidades] novas que exigem para a sua satisfação os produtos dos países e dos climas mais longínquos. Para o lugar da velha auto-suficiência e do velho isolamento locais e nacionais, entram um intercâmbio omnilateral, uma dependência das nações umas das outras. E tal como na produção material, assim também na produção espiritual. Os artigos espirituais das nações singulares tornam-se bem comum. A unilateralidade e estreiteza nacionais tornam-se cada vez

mais impossíveis, e das muitas literaturas nacionais e locais forma-se uma literatura mundial.

A burguesia, pelo rápido melhoramento de todos os instrumentos de produção, pelas comunicações infinitamente facilitadas, arrasta todas as nações, mesmo as mais bárbaras, para a civilização. Os preços baratos das suas mercadorias são a artilharia pesada com que deita por terra todas as muralhas da China, com que força à capitulação o mais obstinado ódio dos bárbaros ao estrangeiro. Compele todas as nações a apropriarem o modo de produção da burguesia, se não quiserem arruinar-se; compele-as a introduzirem no seu seio a chamada civilização, i. é, a tornarem-se burguesas. Numa palavra, ela cria para si um mundo à sua própria imagem.

A burguesia submeteu o campo à dominação da cidade. Criou cidades enormes, aumentou num grau elevado o número da população urbana face à rural, e deste modo arrancou uma parte significativa da população à idiotia [Idiotismus] da vida rural. Assim como tornou dependente o campo da cidade, [tornou dependentes] os países bárbaros e semibárbaros dos civilizados, os povos agrícolas dos povos burgueses, o Oriente do Ocidente.

A burguesia suprime cada vez mais a dispersão dos meios de produção, da propriedade e da população. Aglomerou a população, centralizou os meios de produção e concentrou a propriedade em poucas mãos. A consequência necessária disto foi a centralização política. Províncias independentes, quase somente aliadas, com interesses, leis, governos e direitos alfandegários diversos, foram comprimidas numa nação, num governo, numa lei, num interesse nacional de classe, numa linha aduaneira.

A burguesia, na sua dominação de classe de um escasso século, criou forças de produção mais massivas e mais colossais do que todas as gerações passadas juntas. Subjugação das forças da

Natureza, maquinaria, aplicação da química à indústria e à lavoura, navegação a vapor, caminhos-de-ferro, telégrafos eléctricos, arroteamento de continentes inteiros, navegabilidade dos rios, populações inteiras feitas saltar do chão — que século anterior teve ao menos um pressentimento de que estas forças de produção estavam adormecidas no seio do trabalho social?

Vimos assim (14*) que: os meios de produção e de intercâmbio sobre cuja base se formou a burguesia foram gerados na sociedade feudal. Num certo estágio do desenvolvimento destes meios de produção e de intercâmbio, as relações em que a sociedade feudal produzia e trocava, a organização feudal da agricultura e da manufatura — numa palavra, as relações de propriedade feudais — deixaram de corresponder às forças produtivas já desenvolvidas. Tolhiam a produção, em vez de a fomentarem. Transformaram-se em outros tantos grilhões. Tinham de ser rompidas e foram rompidas.

Para o seu lugar entrou a livre concorrência, com a constituição social e política a ela adequada, com a dominação económica e política da classe burguesa.

Um movimento semelhante processa-se diante dos nossos olhos. As relações burguesas de produção e de intercâmbio, as relações de propriedade burguesas, a sociedade burguesa moderna que desencadeou meios tão poderosos de produção e de intercâmbio, assemelha-se ao feiticeiro que já não consegue dominar as forças subterrâneas que invocara. De há decénios para cá, a história da indústria e do comércio é apenas a história da revolta das modernas forças produtivas contra as modernas relações de produção, contra as relações de propriedade que são as condições de vida da burguesia e da sua dominação. Basta mencionar as crises comerciais que, na sua recorrência periódica, põem em questão, cada vez mais ameaçadoramente, a existência de toda a socieda-

de burguesa. Nas crises comerciais é regularmente aniquilada uma grande parte não só dos produtos fabricados como (15*) das forças produtivas já criadas. Nas crises irrompe uma epidemia social que teria parecido um contra-senso a todas as épocas anteriores — a epidemia da sobreprodução. A sociedade vê-se de repente transportada a um estado de momentânea barbárie; parece-lhe que uma fome, uma guerra de aniquilação (16*) universal lhe cortaram todos os meios de subsistência; a indústria, o comércio, parecem aniquilados. E porquê? Porque ela possui demasiada civilização, demasiados meios de vida, demasiada indústria, demasiado comércio. As forças produtivas que estão à sua disposição já não servem para promoção (17*) das relações de propriedade burguesas; pelo contrário, tornaram-se demasiado poderosas para estas relações, e são por elas tolhidas; e logo que triunfam deste tolhimento lançam na desordem toda a sociedade burguesa, põem em perigo a existência da propriedade burguesa. As relações burguesas tornaram-se demasiado estreitas para conterem a riqueza por elas gerada. — E como triunfa a burguesia das crises? Por um lado, pela aniquilação forçada de uma massa de forças produtivas; por outro lado, pela conquista de novos mercados e pela exploração mais profunda de (18*) antigos mercados. De que modo, então? Preparando crises mais omnilaterais e mais poderosas, e diminuindo os meios de prevenir as crises.

As armas com que a burguesia deitou por terra o feudalismo viram-se agora contra a própria burguesia.

Mas a burguesia não forjou apenas as armas que lhe trazem a morte; também gerou os homens que manejarão essas armas — os operários modernos, os proletários.

Na mesma medida em que a burguesia, i. é, o capital se desenvolve, nessa mesma medida desenvolve-se o proletariado, a classe dos operários

modernos, os quais só vivem enquanto encontram trabalho e só encontram trabalho enquanto o seu trabalho aumenta o capital. Estes operários, que têm de se vender à peça, são uma mercadoria como qualquer outro artigo de comércio, e estão, por isso, igualmente expostos a todas as vicissitudes da concorrência, a todas as oscilações do mercado.

O trabalho dos proletários perdeu, com a extensão da maquinaria e a divisão do trabalho, todo o carácter autónomo e, portanto, todos os atractivos para os operários (19*). Ele torna-se um mero acessório da máquina ao qual se exige apenas o manejo mais simples, mais monótono, mais fácil de aprender. Os custos que o operário ocasionalmente reduzem-se por isso quase só aos meios de vida de que carece para o seu sustento e para a reprodução da sua raça. O preço de uma mercadoria, portanto também do trabalho (40) é, porém, igual aos seus custos de produção. Na mesma medida em que cresce a repugnância [causada] pelo trabalho decresce, portanto, o salário. Mais ainda: na mesma medida em que aumentam a maquinaria e a divisão do trabalho, na mesma medida sobe também a massa (20*) do trabalho, seja pelo crésimo das horas de trabalho seja pelo acréscimo do trabalho exigido num tempo dado, pelo funcionamento acelerado das máquinas, etc.

A indústria moderna transformou a pequena oficina do mestre patriarcal na grande fábrica do capitalista industrial. Massas de operários, comprimidos na fábrica, são organizadas como soldados. São colocadas, como soldados rasos da indústria, sob a vigilância de uma hierarquia completa de oficiais subalternos e oficiais. Não são apenas servos [Knechte] da classe burguesa, do Estado burguês; dia a dia, hora a hora, são feitos servos da máquina, do vigilante, e sobretudo dos (21*) próprios burgueses fabricantes singulares. Este despotismo é tanto mais mesquinho, mais odioso, mais exasperante, quanto mais aberta-

mente proclama ser o provento o seu (22*) objetivo.

Quanto menos habilidade e exteriorização de força o trabalho manual exige, i. é, quanto mais a indústria moderna se desenvolve, tanto mais o trabalho dos homens é desalojado pelo das mulheres (23*). Diferenças de sexo e de idade já não têm qualquer validade social para a classe operária. Há apenas instrumentos de trabalho que, segundo a idade e o sexo, têm custos diversos.

Se a exploração do operário pelo fabricante termina na medida em que recebe o seu salário pago de contado, logo lhe caem em cima as outras partes da burguesia: o senhorio, o merceeiro, o penhorista [Pfandleiher] (24*), etc.

Os pequenos estados médios [Mittelstände] até aqui, os pequenos industriais, comerciantes e rentiers (25*), os artesãos e camponeses, todas estas classes caem no proletariado, em parte porque o seu pequeno capital não chega para o empreendimento da grande indústria e sucumbe à concorrência dos capitalistas maiores, em parte porque a sua habilidade é desvalorizada por novos modos de produção. Assim, o proletariado recruta-se de todas as classes da população.

O proletariado passa por diversos estádios de desenvolvimento. A sua luta contra a burguesia começa com a sua existência.

No começo são os operários singulares que lutam, depois os operários de uma fábrica, depois os operários de um ramo de trabalho numa localidade contra o burguês singular que os explora diretamente. Dirigem os seus ataques não só contra as relações de produção burguesas, dirigem-nos contra os próprios instrumentos de produção; aniquilam as mercadorias estrangeiras concorrentes, destroçam as máquinas, deitam fogo às fábricas, procuram recuperar (26*) a posição desaparecida do operário medieval. Neste estádio os operários formam uma massa dispersa por todo o país e dividida pela concorrência. A coesão maci-

ça dos operários não é ainda a consequência da sua própria união, mas a consequência da união da burguesia, a qual, para atingir os seus objetivos políticos próprios, tem de pôr em movimento o proletariado todo, e por enquanto ainda o pode. Neste estágio os proletários combatem, pois, não os seus inimigos, mas os inimigos dos seus inimigos, os restos da monarquia absoluta, os proprietários fundiários, os burgueses não industriais, os pequenos burgueses. Todo o movimento histórico está, assim, concentrado nas mãos da burguesia; cada vitória assim alcançada é uma vitória da burguesia.

Mas com o desenvolvimento da indústria o proletariado não apenas se multiplica; é comprimido em massas maiores, a sua força cresce, e ele sente-a mais. Os interesses, as situações de vida no interior do proletariado tornam-se cada vez mais semelhantes, na medida em que a maquinaria vai obliterando cada vez mais as diferenças do trabalho e quase por toda a parte faz descer o salário a um mesmo nível baixo. A concorrência crescente dos burgueses entre si e as crises comerciais que daqui decorrem tornam o salário dos operários cada vez mais oscilante; o melhoramento incessante da maquinaria, que cada vez se desenvolve mais depressa, torna toda a sua posição na vida cada vez mais insegura; as colisões entre o operário singular e o burguês singular tomam cada vez mais o carácter de colisões de duas classes. Os operários começam por formar coalisões (27*) contra os burgueses; juntam-se para a manutenção do seu salário. Fundam eles mesmas associações duradouras para se premunirem para as insurreições ocasionais. Aqui e além a luta irrompe em motins.

De tempos a tempos os operários vencem, mas só transitoriamente. O resultado propriamente dito das suas lutas não é o êxito imediato, mas a união dos operários que cada vez mais se amplia. Ela é promovida pelos meios crescentes de

comunicação, criados pela grande indústria, que põem os operários das diversas localidades em contato uns com os outros. Basta, porém, este contato para centralizar as muitas lutas locais, por toda a parte com o mesmo carácter, numa luta nacional, numa luta de classes. Mas toda a luta de classes é uma luta política. E a união, para a qual os burgueses da Idade Média, com os seus caminhos vicinais, precisavam de séculos, conseguem-na os proletários modernos com os caminhos-de-ferro em poucos anos.

Esta organização dos proletários em classe, e deste modo em partido político, é rompida de novo a cada momento pela concorrência entre os próprios operários. Mas renasce sempre, mais forte, mais sólida, mais poderosa. Força o reconhecimento de interesses isolados dos operários em forma de lei, na medida em que tira proveito das cisões da burguesia entre si. Assim [aconteceu] em Inglaterra com a lei das dez horas (41).

De um modo geral, as colisões da velha sociedade promovem, de muitas maneiras, o curso de desenvolvimento do proletariado. A burguesia acha-se em luta permanente: de começo contra a aristocracia; mais tarde, contra os sectores da própria burguesia cujos interesses entram em contradição com o progresso da indústria; sempre, contra a burguesia de todos os países estrangeiros. Em todas estas lutas vê-se obrigada a apelar para o proletariado, a recorrer à sua ajuda, e deste modo a arrastá-lo para o movimento político. Ela própria leva, portanto, ao proletariado os seus elementos (28*) de formação próprios, ou seja, armas contra ela própria.

Além disto, como vimos, sectores inteiros da classe dominante, pelo progresso da indústria, são lançados no proletariado, ou pelo menos vêm-se ameaçadas nas suas condições de vida. Também estes levam ao proletariado uma massa de elementos de formação (29*).

Por fim, em tempos em que a luta de classes se aproxima da decisão, o processo de dissolução no seio da classe dominante, no seio da velha sociedade toda, assume um carácter tão vivo, tão veemente, que uma pequena parte da classe dominante se desliga desta e se junta à classe revolucionária, à classe que traz nas mãos o futuro. Assim, tal como anteriormente uma parte da nobreza se passou para a burguesia, também agora uma parte da burguesia se passa para o proletariado, e nomeadamente uma parte dos ideólogos burgueses que conseguiram elevar-se a um entendimento teórico do movimento histórico todo.

De todas as classes que hoje em dia defrontam a burguesia só o proletariado é uma classe realmente revolucionária. As demais classes vão-se arruinando e soçobram com a grande indústria; o proletariado é o produto mais característico desta.

Os estados médios [Mittelstände] — o pequeno industrial, o pequeno comerciante, o artesão, o camponês —, todos eles combatem a burguesia para assegurar, face ao declínio, a sua existência como estados médios. Não são, pois, revolucionários, mas conservadores. Mais ainda, são reacionários (30*), procuram fazer andar para trás a roda da história. Se são revolucionários, são-no apenas à luz da sua iminente passagem para o proletariado, e assim não defendem os seus interesses presentes, mas os futuros, e assim abandonam a sua posição própria para se colocarem na do proletariado.—

O lumpenproletariado, esta putrefacção passiva das camadas mais baixas da velha sociedade, é aqui e além atirado para o movimento por uma revolução proletária, e por toda a sua situação de vida estará mais disposto a deixar-se comprar para maquinações reacionárias.

As condições de vida da velha sociedade estão aniquiladas já nas condições de vida do proletariado. O proletário está desprovido de proprie-

dade; a sua relação com a mulher e os filhos já nada tem de comum com a relação familiar burguesa; o trabalho industrial moderno, a subjugação moderna ao capital, que é a mesma na Inglaterra e na França, na América e na Alemanha, tirou-lhe todo o carácter nacional. As leis, a moral, as religiões são para ele outros tantos preconceitos burgueses, atrás dos quais se escondem outros tantos interesses burgueses.

Todas as classes anteriores que conquistaram a dominação procuraram assegurar a posição na vida já alcançada, submetendo toda a sociedade às condições do seu proveito. Os proletários só podem conquistar as forças produtivas sociais abolindo o seu próprio modo de apropriação até aqui e com ele todo o modo de apropriação até aqui. Os proletários nada têm de seu a assegurar, têm sim de destruir todas as seguranças privadas (31*) e asseguramentos privados.

Todos os movimentos até aqui foram movimentos de minorias ou no interesse de minorias. O movimento proletário é o movimento autónomo da maioria imensa no interesse da maioria imensa. O proletariado, a camada mais baixa da sociedade atual, não pode elevar-se, não pode endireitar-se, sem fazer ir pelos ares toda a superestrutura [Überbau] das camadas que formam a sociedade oficial. Pela forma, embora não pelo conteúdo, a luta do proletariado contra a burguesia começa por ser uma luta nacional. O proletariado de cada um dos países tem naturalmente de começar por resolver os problemas com a sua própria burguesia.

Ao traçarmos as fases mais gerais do desenvolvimento do proletariado, seguimos de perto a guerra civil mais ou menos oculta no seio da sociedade existente até ao ponto em que rebenta numa revolução aberta e o proletariado, pelo derrube violento da burguesia, funda a sua dominação.

Toda a sociedade até aqui repousava, como vimos, na oposição de classes opressoras e opri-

midas. Mas para se poder oprimir uma classe, têm de lhe ser asseguradas condições em que possa pelo menos ir arrastando a sua existência servil. O servo [Leibeigene] conseguiu chegar, na servidão, a membro da comuna, tal como o pequeno burguês [Kleinbürger] a burguês [Bourgeois] sob o jugo do absolutismo feudal. Pelo contrário, o operário moderno, em vez de se elevar com o progresso da indústria, afunda-se cada vez mais abaixo das condições da sua própria classe. O operário torna-se num indigente [Pauper] e o pauperismo [Pauperismus] desenvolve-se ainda mais depressa (32*) do que a população e a riqueza. Torna-se com isto evidente que a burguesia é incapaz de continuar a ser por muito mais tempo a classe dominante da sociedade e a impor à sociedade como lei reguladora as condições de vida da sua classe. Ela é incapaz de dominar porque é incapaz de assegurar ao seu escravo a própria existência no seio da escravidão, porque é obrigada a deixá-lo afundar-se numa situação em que tem de ser ela a alimentá-lo, em vez de ser alimentada por ele. A sociedade não pode mais viver sob ela [ou seja, sob a dominação da burguesia], i. é, a vida desta já não é compatível com a sociedade.

A condição essencial (33*) para a existência e para a dominação da classe burguesa é a acumulação da riqueza nas mãos de privados, a formação e multiplicação do capital; a condição do capital é o trabalho assalariado. O trabalho assalariado repousa exclusivamente na concorrência entre os operários. O progresso da indústria, de que a burguesia é portadora, involuntária e sem resistência, coloca no lugar do isolamento dos operários pela concorrência a sua união revolucionária pela associação. Com o desenvolvimento da grande indústria é retirada debaixo dos pés da burguesia a própria base sobre que ela produz e se apropria dos produtos. Ela produz, antes do mais, o seu (34*) próprio coveiro. O seu declínio e a vitória do proletariado são igualmente inevitáveis.

Notas de rodapé:

(1*) Na edição de 1848: lendas. (N. Ed.) (retornar ao texto)

(2*) Sobre a publicação do Manifesto em diferentes traduções ver as indicações constantes dos Prefácios e as respectivas notas. (N. Ed.) (retornar ao texto)

(3*) Por burguesia entende-se a classe dos Capitalistas modernos, proprietários dos meios de produção social e empregadores de trabalho assalariado. Por proletariado, a classe dos trabalhadores assalariados modernos, os quais, não tendo meios próprios de produção, estão reduzidos a vender a sua força de trabalho [labour-power] para poderem viver. (Nota de Engels à edição inglesa de 1888.) (retornar ao texto)

(4*) Isto é, toda a história escrita. Em 1847, a pré-história da sociedade, a organização social existente antes da história registada, era praticamente desconhecida. Desde então, Haxthausen descobriu a propriedade comum da terra na Rússia, Maurer provou que ela é o fundamento social de que partiram todas as raças Teutónicas da história, e a pouco e pouco verificou-se que as comunidades aldeãs são ou foram a forma primitiva de sociedade em toda a parte, da Índia à Irlanda. A organização interna desta primitiva sociedade Comunista foi posta a nu, na sua forma típica, pela descoberta culminante feita por Morgan da verdadeira natureza da gens e da sua relação com a tribo. Com a dissolução destas comunidades primevas a sociedade começa a diferenciar-se em classes separadas e finalmente antagónicas. Tentei reconstituir este processo de dissolução em *Der Ursprung der Familie, des Privateigentums und des Staats, zweite Auflage, Stuttgart 1886.* [A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado, segunda edição, Estugarda, 1886. — Ver MEW, vol. 21, pp. 25-173; cf. OE, t. III, 1985, pp. 213-374.] (Nota de Engels à edição inglesa de 1888.) (37) (retornar ao texto)

(5*) Guild-master: membro pleno de uma corporação, mestre dentro de uma corporação, e não o seu presidente [que em alemão seria, por exemplo, Zunftherr. — N. Ed.]. (Nota de Engels à edição inglesa de 1888.) (retornar ao texto)

(6*) Nas edições de 1848, 1872 e 1883: os novos. (N. Ed.) (retornar ao texto)

(7*) Na edição de 1888 acrescenta-se: desta classe. (N. da Ed.) (retornar ao texto)

(8*) Nas edições de 1848 a 1872: as associações. (N. da Ed.) (retornar ao texto)

(9*) "Comuna" era o nome tomado em França pelas cidades nascentes mesmo antes de terem conquistado dos seus senhores e amos feudais a auto-administração local e direitos políticos como "Terceiro Estado". De um modo geral, para o desenvolvimento económico da burguesia, é a Inglaterra tomada aqui como o país típico; para o seu desenvolvimento ítico, a França. (Nota de Engels à edição inglesa de 1888.)

Assim chamavam os habitantes das cidades da Itália e da França às suas comunidades urbanas, depois de terem comprado ou conquistado aos seus senhores feudais os primeiros direitos de auto-administração. (Nota de Engels à edição alemã de 1890.) (retornar ao texto)

(10*) Na edição de 1888: (como na Itália e na Alemanha). (N. da Ed.) (retornar ao texto)

(11*) Na edição de 1888 acrescenta-se: (como em França). (N. da Ed.) (retornar ao texto)

(12*) Na edição de 1848 acrescenta-se: e. (N. da Ed.) (retornar ao texto)

(13*) Na edição de 1848: pela. (N. da Ed.) (retornar ao texto)

(14*) Na edição de 1848: porém. (N. da Ed.) (retornar ao texto)

(15*) Na edição de 1848 acrescenta-se: mesmo. (N. da Ed.) (retornar ao texto)

(16*) Na edição de 1848 acrescenta-se: guerra de devastação. (N. da Ed.) (retornar ao texto)

(17*) Na edição de 1848 acrescenta-se: da civilização burguesa e. (N. da Ed.) (retornar ao texto)

(18*) Nas edições de 1848 e 1872: dos. (N. da Ed.) (retornar ao texto)

(19*) Na edição de 1848: o operário. (N. da Ed.) (retornar ao texto)

(20*) Na edição de 1888: carga. (N. da Ed.) (retornar ao texto)

(21*) Na edição de 1848: o operário. (N. da Ed.) (retornar ao texto)

(22*) Na edição de 1888: carga. (N. da Ed.) (retornar ao texto)

(23*) Nas edições de 1848, 1872 e 1883 acrescenta-se: último. (N. da Ed.) (retornar ao texto)

(24*) Na edição de 1848 acrescenta-se: e crianças. (N. da Ed.) (retornar ao texto)

(25*) Em francês no texto: os que possuem ou vivem de rendimentos. (N. da Ed.) (retornar ao texto)

(26*) Na edição de 1848 acrescenta-se: para si. (N. da Ed.) (retornar ao texto)

(27*) Na edição de 1848 acrescenta-se: (Trade-Unionists). (N. da Ed.) (retornar ao texto)

(28*) Na edição de 1888 acrescenta-se: políticos e gerais. (N. da Ed.) (retornar ao texto)

(29*) Na edição de 1888 acrescenta-se: elementos de esclarecimento e de progresso. (N. da Ed.) (retornar ao texto)

(30*) Nas edições de 1848, 1872 e 1883 acrescenta-se: pois. (N. da Ed.) (retornar ao texto)

(31*) Nas edições de 1848, 1872 e 1883: toda a segurança privada até aqui. (N. da Ed.) (retornar ao texto)

(32*) Nas edições de 1848, 1872 e 1883: rapidamente. (N. da Ed.) (retornar ao texto)

(33*) Nas edições de 1848, 1872 e 1883: mais essencial. (N. da Ed.) (retornar ao texto)

(34*) Nas edições de 1848 e 1872: os. (N. da Ed.) (retornar ao texto)

Notas de fim de tomo:

(37) Engels incluiu também esta nota na edição alemã do Manifesto do Partido Comunista de 1890, retirando apenas a última frase. (retornar ao texto)

(38) Pfahlbürger; Pfahlbürgertum e Pfahlbürgerschaft: designações sem equivalente linguístico em português: literalmente, burguês da paliçada; burguesia da paliçada. Durante a Idade Média, no Norte e Leste da Europa, estas designações aplicavam-se aos moradores de um espaço compreendido entre os muros do castelo e uma paliçada circundante. Eram geralmene mercadores. Mediante o pagamento de imposto e obrigações de participação na defesa, recebiam também protecção da cidade. A determinação precisa do seu estatuto foi objecto de repetidas controvérsias. (retornar ao Cap 1)

(39) Cruzadas: movimento militar de colonização dirigido para o Oriente, promovido pelos grandes senhores feudais da Europa Ocidental, pelos cavaleiros e pelas cidades comerciais italianas nos séculos XI-XIII, sob a bandeira religiosa da libertação dos santuários cristãos em Jerusalém e outros "lugares santos", em poder dos muçulmanos. Os ideólogos e inspiradores das cruzadas foram a Igreja católica e o papado, que aspiravam ao domínio do mundo; a principal força militar foram os cavaleiros. Participaram nas cruzadas também os camponeses, que através delas procuravam libertar-se do jugo dos feudais. As cruzadas foram acompanhadas de pilhagens e violências exercidas tanto sobre as populações muçulmanas como sobre as populações cristãs dos países por onde passavam os cruzados. O seu objectivo era a conquista não apenas dos Estados muçulmanos da Síria, Palestina, Egipto e Túnis, mas

também o Império Bizantino ortodoxo. As conquistas dos cruzados no Mediterrâneo oriental não tinham solidez, e as possessões por eles obtidas voltaram dentro de pouco tempo às mãos dos muçulmanos. (retornar ao texto)

(40) Nos seus trabalhos posteriores Marx e Engels passaram a utilizar, em vez das expressões "valor do trabalho" e "preço do trabalho", as expressões mais precisas de "valor da força de trabalho" e "preço da força de trabalho", introduzidas por Marx. Ver sobre este assunto a introdução de Engels ao trabalho de Marx *Lohnarbeit und Kapital* (Trabalho Assalariado e Capital), MEW, vol. 6, pp. 593-599; cf. OE, 1982, t. I, pp. 142-150). (retornar ao texto)

(41) A lei sobre a jornada de trabalho de dez horas (Ten Hour's Bill), extensiva apenas a mulheres e adolescentes, foi aprovada no Parlamento em 8 de Junho de 1847, na sequência de uma forte e longa polémica em que não deixariam de se defrontar e opor sectores da aristocracia fundiária e da burguesia industrial. Todavia, na prática, numerosos industriais não respeitavam esta lei. Sobre esta questão veja-se, por exemplo, Engels, *The Ten Hour's Bill Question* [A Questão das Dez Horas] e *Die englische Zehnstundenbill* [A Lei das Dez Horas Inglesas], MEGA, vol. I/10, respectivamente, pp. 225-230 e pp. 305-314. (retornar ao texto)

Apontamentos:

Capítulo II - Proletários e Comunistas

Em que relação se encontram os comunistas com os proletários em geral?

Os comunistas não são nenhum partido particular face aos outros partidos operários.

Não têm nenhuns interesses separados dos interesses do proletariado todo.

Não estabelecem nenhuns princípios particulares (1*) segundo os quais queiram moldar o movimento proletário.

Os comunistas diferenciam-se dos demais partidos proletários apenas pelo facto de que, por um lado, nas diversas lutas nacionais dos proletários eles acentuam e fazem valer os interesses comuns, independentes da nacionalidade, do proletariado todo, e pelo facto de que, por outro lado, nos diversos estádios de desenvolvimento por que a luta entre o proletariado e a burguesia passa, representam sempre o interesse do movimento total.

Os comunistas são, pois, na prática [praktisch], o sector mais decidido, sempre impulsionador, dos partidos operários de todos os países; na teoria, eles têm, sobre a restante massa do proletariado, a vantagem da inteligência das condições, do curso e dos resultados gerais do movimento proletário.

O objectivo mais próximo dos comunistas é o mesmo do que o de todos os restantes partidos proletários: formação do proletariado em classe, derrubamento da dominação da burguesia, conquista do poder político pelo proletariado.

As proposições teóricas dos comunistas não repousam de modo nenhum em ideias, em princípios, que foram inventados ou descobertos por este ou por aquele melhorador do mundo.

São apenas expressões gerais de relações efetivas de uma luta de classes que existe, de um movimento histórico que se processa diante dos nossos olhos. A abolição de relações de propriedade

até aqui não é nada de peculiarmente característico do comunismo.

Todas as relações de propriedade estiveram submetidas a uma constante mudança histórica, a uma constante transformação histórica.

A Revolução Francesa, p. ex., aboliu a propriedade feudal a favor da burguesa.

O que distingue o comunismo não é a abolição da propriedade em geral, mas a abolição da propriedade burguesa.

Mas a moderna propriedade privada burguesa é a expressão última e mais consumada da geração e apropriação dos produtos que repousam em (2*) oposições de classes, na exploração de umas (3*) pelas outras (4*).

Neste sentido, os comunistas podem condensar a sua teoria numa única expressão: supressão [Aufhebung] da propriedade privada.

Têm-nos censurado, a nós, comunistas, de que quereríamos abolir a propriedade adquirida pessoalmente, fruto do trabalho próprio — a propriedade que formaria a base de toda a liberdade, actividade e autonomia pessoais.

Propriedade fruto do trabalho, conseguida, ganha pelo próprio! Falais da propriedade pequeno-burguesa, pequeno-camponesa, que precedeu a propriedade burguesa? Não precisamos de a abolir, o desenvolvimento da indústria aboliu-a e abole-a diariamente.

Ou falais da moderna propriedade privada burguesa?

Mas será que o trabalho assalariado, o trabalho do proletário, lhe cria propriedade? De modo nenhum. Cria o capital, i. é, a propriedade que explora o trabalho assalariado, que só pode multiplicar-se na condição de gerar novo trabalho assalariado para de novo o explorar. A propriedade, na sua figura hodierna, move-se na oposição de capital e trabalho assalariado. Consideremos ambos os lados desta oposição.

Ser capitalista significa ocupar na produção uma posição não só puramente pessoal, mas social. O capital é um produto comunitário e pode apenas ser posto em movimento por uma atividade comum de muitos membros, em última instância apenas pela atividade comum de todos os membros da sociedade.

O capital não é, portanto, um poder pessoal, é um poder social.

Se, portanto, o capital é transformado em propriedade comunitária, pertencente a todos os membros da sociedade, a propriedade pessoal não se transforma então em propriedade social. Só se transforma o carácter social da propriedade. Perde o seu carácter de classe.

Vejamos agora o trabalho assalariado:

O preço médio do trabalho assalariado é o mínimo do salário, i. é, a soma dos meios de vida que são necessários para manter vivo o operário como operário. Aquilo, portanto, de que o operário se apropria pela sua atividade chega apenas para gerar de novo a sua vida nua. De modo nenhum queremos abolir esta apropriação pessoal dos produtos de trabalho para a nova geração da vida imediata — uma apropriação que não deixa nenhum provento líquido capaz de conferir poder sobre trabalho alheio. Queremos suprimir apenas o carácter miserável desta apropriação, em que o operário só vive para multiplicar o capital, só vive na medida em que o exige o interesse da classe dominante.

Na sociedade burguesa o trabalho vivo é apenas um meio para multiplicar o trabalho acumulado. Na sociedade comunista o trabalho acumulado é apenas um meio para ampliar, enriquecer, promover o processo da vida dos operários.

Na sociedade burguesa domina, portanto, o passado sobre o presente, na comunista o presente sobre o passado. Na sociedade burguesa o capital é autónomo e pessoal, ao passo que o indivíduo ativo não é autónomo nem pessoal.

E à supressão desta relação chama a burguesia supressão da personalidade e da liberdade! E com razão. Trata-se certamente da supressão da personalidade burguesa, da autonomia burguesa e da liberdade burguesa.

Por liberdade entende-se, no interior das atuais relações de produção burguesas, o comércio livre, a compra e venda livres.

Mas se cai o tráfico, cai também o tráfico livre. O palavreado acerca do livre tráfico, como todas as demais tiradas da nossa burguesia (5*) sobre a liberdade, só têm em geral sentido face ao tráfico constrangido, face ao burguês subjugado da Idade Média, mas não face à supressão comunista do tráfico, das relações de produção burguesas e da própria burguesia.

Horrorizais-vos por querermos suprimir a propriedade privada. Mas na vossa sociedade existente, a propriedade privada está suprimida para nove décimos dos seus membros; ela existe precisamente pelo facto de não existir para nove décimos. Censurais-nos, portanto, por querermos suprimir uma propriedade que pressupõe como condição necessária que a imensa maioria da sociedade não possua propriedade.

Numa palavra, censurais-nos por querermos suprimir a vossa propriedade. Certamente, é isso mesmo que queremos.

A partir do momento em que o trabalho já não possa ser transformado em capital, em dinheiro, em renda, em suma, num poder social monopolizável, i. é, a partir do momento em que a propriedade pessoal já não possa converter-se em propriedade burguesa, a partir desse momento declarais que a pessoa é suprimida.

Concedeis, por conseguinte, que por pessoa não entendeis mais ninguém a não ser o burguês, o proprietário burguês. E esta pessoa tem certamente de ser suprimida.

O comunismo não tira a ninguém o poder de se apropriar de produtos sociais; tira apenas o po-

der de, por esta apropriação, subjugar a si trabalho alheio.

Tem-se objetado que com a supressão da propriedade privada cessaria toda a atividade e alastraria uma preguiça geral.

De acordo com isso, a sociedade burguesa teria há muito de ter perecido de inércia; pois os que nela trabalham não ganham, e os que nela ganham não trabalham. Toda esta objecção vai dar à tautologia de que deixa de haver trabalho assalariado assim que deixar de haver capital.

Todas as objecções dirigidas contra o modo de apropriação e de produção comunista dos produtos materiais foram igualmente alargadas à apropriação e à produção dos produtos espirituais. Tal como, para o burguês, o cessar da propriedade de classe é o cessar da própria produção, também para ele o cessar da cultura de classe é idêntico ao cessar da cultura em geral.

A cultura [Bildung] cuja perda ele lamenta é, para a enorme maioria, a formação [Heranbildung] para máquina.

Mas não disputeis conosco enquanto medirdes pelas vossas representações burguesas de liberdade, de cultura, de direito, etc., a abolição da propriedade burguesa. As vossas próprias ideias são produtos das relações de produção e propriedade burguesas, tal como o vosso direito é apenas a vontade da vossa classe elevada a lei, uma vontade cujo conteúdo está dado nas condições materiais de vida da vossa classe.

A representação interesseira, na qual transformais as vossas relações de produção e de propriedade de relações históricas transitórias no curso da produção em leis eternas da Natureza e da razão, partilhai-la com todas as classes dominantes já desaparecidas. O que compreendeis para a propriedade antiga, o que compreendeis para a propriedade feudal, já não podeis compreender para a propriedade burguesa.—

Supressão da família! Até os mais radicais se indignam com este propósito infame dos comunistas.

Sobre que assenta a família atual, a família burguesa? Sobre o capital, sobre o proveito privado. Completamente desenvolvida ela só existe para a burguesia; mas ela encontra o seu complemento na ausência forçada da família para os proletários e na prostituição pública.

A família dos (6*) burgueses elimina-se naturalmente com o eliminar deste seu complemento, e ambos desaparecem com o desaparecer do capital.

Censurais-nos por querermos suprimir a exploração das crianças pelos pais? Confessamos este crime.

Mas, dizeis vós, nós suprimimos as relações mais íntimas ao pormos no lugar da educação doméstica a social.

E não está também a vossa educação determinada pela sociedade? Pelas relações sociais em que educaís, pela intromissão mais direta ou mais indireta da sociedade, por meio da escola, etc.? Os comunistas não inventam o efeito da sociedade sobre a educação; apenas transformam o seu carácter, arrancam a educação à influência da classe dominante.

O palavreado burguês acerca da família e da educação, acerca da relação íntima de pais e filhos, torna-se tanto mais repugnante quanto mais, em consequência da grande indústria, todos os laços de família dos proletários são rasgados e os seus filhos transformados em simples artigos de comércio e instrumentos de trabalho.

Mas vós, comunistas, quereis introduzir a comunidade das mulheres, grita-nos toda a burguesia em coro.

O burguês vê na mulher um mero instrumento de produção. Ouve dizer que os instrumentos de produção devem ser explorados comunitariamente, e naturalmente não pode pensar senão que

a comunidade virá igualmente a ser o destino das mulheres.

Não suspeita que se trata precisamente de suprimir a posição das mulheres como meros instrumentos de produção.

De resto, não há nada mais ridículo do que a moralíssima indignação dos nossos burgueses acerca da pretensa comunidade oficial de mulheres dos comunistas. Os comunistas não precisam de introduzir a comunidade de mulheres; ela existiu quase sempre.

Os nossos burgueses, não contentes com o facto de que as mulheres e as filhas dos seus proletários estão à sua disposição, para nem sequer falar da prostituição oficial, acham um prazer capital em seduzir as esposas uns dos outros.

O casamento burguês é na realidade a comunidade das esposas. Quando muito poder-se-ia censurar aos comunistas quererem introduzir uma comunidade de mulheres franca, oficial, onde há uma hipocritamente escondida. É de resto evidente que com a supressão das relações de produção atuais desaparece também a comunidade de mulheres que dela decorre, ou seja, a prostituição oficial e não oficial.

Aos comunistas tem além disso sido censurado que querem abolir a pátria, a nacionalidade.

Os operários não têm pátria. Não se lhes pode tirar o que não têm. Na medida em que o proletariado tem primeiro de conquistar para si a dominação política, de se elevar a classe nacional (7*), de se constituir a si próprio como nação, ele próprio é ainda nacional, mas de modo nenhum no sentido da burguesia.

Os isolamentos e as oposições nacionais dos povos vão desaparecendo já cada vez mais com o desenvolvimento da burguesia, com a liberdade de comércio, com o mercado mundial, com a uniformidade da produção industrial e com as relações de vida que lhe correspondem.

A dominação do proletariado fá-los-á desaparecer ainda mais. A unidade de ação, pelo menos dos países civilizados, é uma das primeiras condições da sua libertação.

À medida que é suprimida a exploração de um indivíduo por outro, é suprimida a exploração de uma nação por outra.

Com a oposição das classes no interior da nação (8*) cai a posição hostil das nações entre si.

As acusações contra o comunismo que são levantadas sobretudo a partir de pontos de vista religiosos, filosóficos e ideológicos não merecem discussão pormenorizada.

Será preciso uma inteligência profunda para compreender que com as relações de vida dos homens, com as suas ligações sociais, com a sua existência social, mudam também as suas representações, intuições e conceitos, numa palavra, [muda] também a sua consciência?

Que prova a história das ideias senão que a produção espiritual se reconfigura com a da material? As ideias dominantes de um tempo foram sempre apenas as ideias da classe dominante.

Fala-se de ideias que revolucionam uma sociedade inteira; com isto exprime-se apenas o facto de que no seio da velha sociedade se formaram os elementos duma [sociedade] nova, de que a dissolução das velhas ideias acompanha a dissolução das velhas relações de vida.

Quando o mundo antigo estava em declínio, as religiões antigas foram vencidas pela religião cristã. Quando as ideias cristãs sucumbiram, no século XVIII, às ideias das Luzes, a sociedade feudal travava a sua luta de morte com a burguesia então revolucionária. As ideias de liberdade de consciência e de religião exprimiam apenas, no domínio do saber [Wissen] (9*), a dominação da livre concorrência.

"Mas", dirão, "as ideias religiosas, morais, filosóficas, políticas, jurídicas, etc., modificaram-se certamente no decurso do desenvolvimento his-

tórico. A religião, a moral, a filosofia, a política, o direito, mantiveram-se sempre nesta mudança.

"Além disso existem verdades eternas, como Liberdade, Justiça, etc., que são comuns a todos os estádios sociais. Mas o comunismo abole as verdades eternas, abole a religião, a moral, em vez de as configurar de novo, contradiz, portanto, todos os desenvolvimentos históricos até aqui."

A que se reduz esta acusação? A história de toda a sociedade até aqui moveu-se em oposições de classes, as quais nas diversas épocas foram diversamente configuradas.

Mas fosse qual fosse a forma assumida, a exploração de uma parte da sociedade pela outra é um facto comum a todos os séculos passados. Não é de admirar, por isso, que a consciência social de todos os séculos, a despeito de toda a multiplicidade e diversidade, se mova em certas formas comuns, em formas (10*) de consciência que só se dissolvem completamente com o desaparecimento total da oposição de classes.

A revolução comunista é a ruptura mais radical com as relações de propriedade legadas; não admira que no curso do seu desenvolvimento se rompa da maneira mais radical com as ideias legadas.

Deixemos, contudo, as objecções da burguesia contra o comunismo.

Já antes vimos que o primeiro passo na revolução operária é a elevação do proletariado a classe dominante, a conquista da democracia pela luta.

O proletariado usará a sua dominação política para arrancar a pouco e pouco todo o capital à burguesia, para centralizar todos os instrumentos de produção na mão do Estado, i. é, do proletariado organizado como classe dominante, e para multiplicar o mais rapidamente possível a massa das forças de produção.

Naturalmente isto só pode primeiro acontecer por meio de intervenções despóticas no direi-

to de propriedade e nas relações de produção burguesas, através de medidas, portanto, que economicamente parecem insuficientes e insustentáveis, mas que no decurso do movimento levam para além de si mesmas e são inevitáveis como meios de revolucionamento de todo o modo de produção.

Estas medidas (11*) serão naturalmente diversas consoante os diversos países.

Para os países mais avançados, contudo, poderão ser aplicadas de um modo bastante geral as seguintes:

1. Expropriação da propriedade fundiária e emprego das rendas fundiárias para despesas do Estado.
2. Pesado imposto progressivo.
3. Abolição do direito de herança.
4. Confiscação da propriedade de todos os emigrantes (12*) e rebeldes.
5. Centralização do crédito nas mãos do Estado, através de um banco nacional com capital de Estado e monopólio exclusivo.
6. Centralização do (13*) sistema de transportes nas mãos do Estado.
7. Multiplicação das fábricas nacionais, dos instrumentos de produção, arroteamento e melhoramento dos terrenos de acordo com um plano comunitário.
8. Obrigatoriedade do trabalho para todos, instituição de exércitos industriais, em especial para a agricultura.
9. Unificação da exploração da agricultura e da indústria, atuação com vista à eliminação gradual da diferença (14*) entre cidade e campo.
10. Educação pública e gratuita de todas as crianças. Eliminação do trabalho das crianças nas fábricas na sua forma hodierna. Unificação da educação com a produção material, etc. (15*)

Desaparecidas no curso de desenvolvimento as diferenças de classes e concentrada toda a pro-

dução nas mãos dos indivíduos associados, o poder público perde o carácter político. Em sentido próprio, o poder político é o poder organizado de uma classe para a opressão de uma outra. Se o proletariado na luta contra a burguesia necessariamente se unifica em classe, por uma revolução se faz classe dominante e como classe dominante suprime violentamente as velhas relações de produção, então suprime juntamente com estas relações de produção as condições de existência da oposição de classes, as (16*) classes em geral, e, com isto, a sua própria dominação como classe.

Para o lugar da velha sociedade burguesa com as suas classes e oposições de classes entra uma associação em que o livre desenvolvimento de cada um é a condição para o livre desenvolvimento de todos.

Notas de rodapé:

(1*) Na edição de 1888: sectários. (N. da Ed.) (retornar ao texto)

(2*) Nas edições de 1848, 1872 e 1883: nas. (N. da Ed.) (retornar ao texto)

(3*) Na edição de 1888: maioria. (N. da Ed.) (retornar ao texto)

(4*) Na edição de 1888: minoria. (N. da Ed.) (retornar ao texto)

(5*) Na edição de 1848: burguês. (N. da Ed.) (retornar ao texto)

(6*) Na edição de 1848: do. (N. da Ed.) (retornar ao texto)

(7*) Na edição de 1888: a classe dirigente da nação. (N. da Ed.) (retornar ao texto)

(8*) Na edição de 1848: das nações. (N. da Ed.) (retornar ao texto)

(9*) Na edição de 1848: da consciência moral [Gewissen]. (N. da Ed.) (retornar ao texto)

(10*) Nas edições de 1848, 1872 e 1883: em formas, formas. (N. da Ed.) (retornar ao texto)

(11*) Ver Prefácio à edição alemã de 1872. (N. da Ed.) (retornar ao texto)

(12*) Latifundiários e capitalistas, em geral fugidos para o estrangeiro, sabotando a economia. (N. da Ed.) (retornar ao texto)

(13*) Na edição de 1848: de todo o. (N. da Ed.) (retornar ao texto)

(14*) Na edição de 1848: oposição. (N. da Ed.) (retornar ao texto)

(15*) Nas edições de 1848, 1872 e 1883: etc., etc. (N. da Ed.) (retornar ao texto)

(16*) Na edição de 1848: das. (N. da Ed.) (retornar ao texto)

Nota de fim de tomo:

(39) Manifesto do Partido Comunista: primeiro documento programático do comunismo científico, que contém uma exposição integral e coerente das bases da grande doutrina de Marx e Engels. “Esta obra expõe, com uma clareza e um vigor geniais, a nova concepção do mundo, o materialismo consequente aplicado também ao domínio da vida social, a dialética como a doutrina mais vasta e mais profunda do desenvolvimento, a teoria da luta de classes e do papel revolucionário histórico universal do proletariado, criador de uma sociedade nova, a sociedade comunista.” (Ver Obras Escolhidas de V. I. Lênine em três tomos, Edições “Avantel”-Edições Progresso, Lisboa-Moscovo, 1977, t. 1, p. 5).

O Manifesto do Partido Comunista armou o proletariado com a demonstração científica da inevitabilidade do derrube do capitalismo e da vitória da revolução proletária, definiu as tarefas e objetivos do movimento proletário revolucionário.

Escrito por Marx e Engels como programa da Liga dos Comunistas, o Manifesto foi publicado pela primeira vez em Londres em Fevereiro de 1848. A presente edição inclui, para além do próprio Manifesto, os prefácios a todas as edições, exceto o da inglesa publicada em 1888, visto que as ideias nele expostas estão reproduzidas noutros prefácios, e em particular no prefácio à edição alemã de 1890. — 95, 106. (retornar ao texto)

I ENCONTRO TEMÁTICO

90 Anos do Manifesto Comunista

Leon Trotsky. 30 de Outubro de 1937

O presente texto, também conhecido como "A Atualidade do Manifesto do Partido Comunista", foi escrito por Leon Trotsky como prefácio à primeira edição do clássico de Marx e Engels publicada na África do Sul.

Custa acreditar que apenas dez anos nos separaram do centenário do Manifesto do Partido Comunista. Este manifesto, o mais genial entre todos os da literatura mundial, surpreende-nos ainda hoje pela sua atualidade. Suas partes mais importantes parecem ter sido escritas ontem. Sem dúvida alguma, os jovens autores (Marx tinha 29 anos e Engels 27) souberam antever o futuro como ninguém antes e como poucos depois deles.

No prefácio à edição de 1872, Marx e Engels afirmaram que, mesmo tendo certos trechos secundários do Manifesto envelhecido, não tinham o direito de modificar o texto original, visto que, no decorrer dos vinte e cinco anos então passados ele já se transformara em um documento histórico. De lá para cá mais sessenta e cinco anos transcorreram. Algumas partes isoladas envelheceram ainda mais. Consequentemente, neste prefácio apresentaremos, de forma resumida, as ideias do Manifesto que, até nossos dias conservam integralmente sua força e aquelas que necessitam de sérias modificações ou complementos.

1. A concepção materialista da História, formulada por Marx pouco tempo antes da aparição do texto e que nele se encontra aplicada com perfeita maestria, resistiu completamente à prova dos acontecimentos e aos golpes da crítica hostil. Constitui-se, atualmente, em um dos mais preciosos instrumentos do pensamento humano. Todas

as outras interpretações do processo histórico perderam todo significado científico. Podemos afirmar, com segurança, que atualmente é impossível não apenas ser um militante revolucionário, mas simplesmente um observador politicamente instruído sem assimilar a concepção materialista da História.

2. "A História de todas as sociedades até os nossos dias não foi senão a história das lutas de classes." O primeiro capítulo do Manifesto começa por esta frase.

Esta tese, que constitui a mais importante conclusão da concepção materialista da História, em pouco tempo transformou-se em elemento da luta de classes. A teoria que trocava o "bem-estar comum", a "unidade nacional" e as "verdades eternas da moral" pela luta entre interesses materiais, considerados como a força motriz da História, sofreu ataques particularmente ferozes da parte de reacionários hipócritas, doutrinários liberais e democratas idealistas. A eles acrescentaram-se mais tarde, desta vez a partir do próprio movimento operário, os ataques dos chamados revisionistas, isto é, dos partidários da revisão do marxismo em favor da colaboração e conciliação de classes. Finalmente, em nossa época, os desprezíveis epígonos da Internacional Comunista (os stalinistas) tornaram o mesmo caminho: a política daquilo a que se dá o nome 'frentes populares' decorre, inteiramente, da negação das leis da luta de classes. Entretanto, vivemos na época do imperialismo que, levando todas as contradições so-

ciais ao seu extremo, demonstra o triunfo teórico do Manifesto do Partido Comunista.

3. A anatomia do capitalismo, visto este como um estágio determinado da evolução econômica da sociedade, foi destrinchada por Marx de forma cabal em *O Capital* (1867). Mas, já no Manifesto as linhas fundamentais da análise futura foram traçadas com clareza: a) a retribuição à força de trabalho do equivalente de sua reprodução; b) a apropriação da mais-valia pelos capitalistas; c) a concorrência como lei fundamental das relações sociais; d) a ruína das classes médias, isto é, da pequena burguesia das cidades e do campesinato; e) a concentração da riqueza nas mãos de um número cada vez mais reduzido de possuidores, em um dos polos sociais, e o crescimento numérico do proletariado em outro; f) a preparação das condições materiais e políticas prévias ao regime socialista

4. A tendência do capitalismo em rebaixar o nível de vida dos operários, a torná-los cada vez mais pobres. Esta tese foi violentamente atacada. Os padres, os professores, os ministros, os jornalistas, os teóricos sociais-democratas e os dirigentes sindicais levantaram-se contra a assim chamada teoria do "empobrecimento". Invariavelmente enumeravam sinais do bem-estar crescente dos trabalhadores, tomando a aristocracia operária por todo o proletariado, ou tomando uma tendência temporária por uma situação perdurável. Paralelamente, a própria evolução do mais poderoso capitalismo, o dos Estados Unidos transformou milhões de operários em párias, sustentados às custas da caridade estatal ou privada.

5. Em oposição ao Manifesto, que descrevia as crises comercial-industriais como uma série de crescentes catástrofes, os revisionistas afirmavam que o desenvolvimento nacional e internacional dos monopólios garantiria o controle do mercado e a abolição gradual das crises. Não há dúvida de que a passagem do século passado ao atual carac-

terizou-se por um desenvolvimento tão impetuoso do sistema que as crises pareciam interrupções "acidentais". Mas esta época es' irremediavelmente ultrapassada. Em última análise, também com respeito a esta questão, a verdade está do lado de Marx.

6. "O governo moderno nada mais é do que um comitê para administrar os negócios comuns de toda a classe burguesa." Nesta fórmula sucinta, que os dirigentes social-democratas desprezavam como um paradoxo jornalístico, encontra-se, na verdade, a única teoria científica sobre o Estado. A democracia idealizada pela burguesia não é, como pensavam Bernstein e Kautsky, uma casca vazia que se pode, tranquilamente, encher sem se importar com o conteúdo. A democracia burguesa só pode servir à burguesia. O governo de "Frente Popular" dirigido por Blum ou Chauvignot, Caballero ou Negrin é tão somente "um comitê para administrar os negócios comuns de toda a classe burguesa". Quando este comitê se sai mal em seus negócios, a burguesia expulsa-a do poder a pontapés.

7. "Toda luta de classe é uma luta política" "A organização dos proletários em classe é, consequentemente, a sua organização em partido político..." Os sindicalistas por um lado e os anarcosindicalistas, por outro, durante muito tempo, e ainda hoje, vêm procurando fugir à compreensão dessas leis históricas. O sindicalismo "puro" recebeu, atualmente, um golpe fulminante em seu principal refúgio: os Estados Unidos. O anarcosindicalismo sofreu uma derrota esmagadora em sua última cidadela, a Espanha. Como nas outras questões também aqui o Manifesto demonstrou estar certo.

8. O proletariado não pode conquistar o poder por meio das leis promulgadas pela burguesia. "Os comunistas... proclamam abertamente que seus fins só podem ser atingidos pela derrubada violenta da ordem social existente." O reformis-

mo tentou explicar esta tese do Manifesto pela imaturidade do movimento operário da época e pelo insuficiente desenvolvimento da democracia. A sorte das "democracias" italiana e alemã, e de muitas outras, demonstrou que se alguma coisa não estava madura eram as próprias idéias reformistas

9. Para a transformação socialista da sociedade é necessário que a classe operária concentre em suas mãos o poder capaz de varrer todos os obstáculos políticos que se antepõem em sua trajetória até a nova ordem. "O proletariado organizado em classe dominante", eis o que é sua ditadura. Ao mesmo tempo, trata-se da única e verdadeira democracia proletária. Sua amplitude e profundidade dependem das condições históricas concretas. Quanto maior for o número de Estados que se lançarem no caminho da revolução socialista, mais livres e flexíveis serão as formas da ditadura, mais ampla e profunda será a democracia operária.

10. O desenvolvimento internacional do capitalismo determina o caráter internacional da revolução proletária. Uma das primeiras condições para a emancipação da classe operária consiste em sua ação comum, pelo menos nos países civilizados. O desenvolvimento posterior do capitalismo uniu de forma tão estreita as diversas partes de nosso planeta, as "civilizadas" e "não civilizadas", que o problema da revolução socialista adquiriu, completa e definitivamente, um caráter mundial. A burocracia soviética tentou liquidar o Manifesto nessa questão fundamental, mas a degeneração bonapartista do Estado soviético é a mortal ilustração do engodo que significa a teoria do "socialismo em um só país".

11. "A partir do momento em que, no curso do desenvolvimento, as diferenças de classe tenham desaparecido e que toda a produção esteja concentrada nas mãos de indivíduos associados, o poder público perde seu caráter político." Em ou-

tras palavras, o Estado extingue-se. Resta a sociedade liberta de sua camisa-de-força. E é exatamente isso o socialismo. O teorema inverso: o monstruoso crescimento da imposição e violência estatais na URSS demonstra que a sociedade soviética se afasta do socialismo.

12. "Os operários não têm pátria." Esta frase do Manifesto foi frequentemente considerada pelos filisteus como uma simples fórmula de agitação. Na verdade, ela oferece ao proletariado a única diretriz justa a respeito da "pátria" capitalista. A supressão deste princípio pela II Internacional conduziu não apenas à destruição da Europa durante quatro anos, mas também à atual estagnação da cultura mundial. Diante da nova guerra que se aproxima, cujo caminho foi aberto pela III Internacional, o Manifesto permanece, ainda hoje, o mais seguro conselheiro sobre a questão da "pátria" capitalista.

Vemos, portanto, que esta pequena obra dos dois jovens autores continua a fornecer indicações indispensáveis a respeito das questões mais fundamentais e candentes da luta pela emancipação. Que outro livro poderia, mesmo que de longe, estar à altura do Manifesto do Partido Comunista. Entretanto, isto não significa, absolutamente, que, após noventa anos de desenvolvimento sem parar das forças produtivas e de grandiosas lutas sociais, o Manifesto não tenha necessidade de retificações e complementos. O pensamento revolucionário nada tem em comum com a idolatria. Os programas e os prognósticos verificam-se e corrigem-se à luz da experiência, que é para o pensamento humano a suprema instância. O Manifesto requer correções e complementos. Entretanto, mesmo correções e complementos não podem ser aplicados com sucesso senão nos serviços do mesmo método que se encontra à base do Manifesto, como, além disso, o prova a própria experiência histórica. Mostraremos isso servindo-nos dos exemplos mais importantes.

1. Marx ensina que nenhuma ordem social deixa a cena antes de ter esgotado suas possibilidades criadoras. O Manifesto ataca o capitalismo porque ele bloqueia o desenvolvimento das forças produtivas. Contudo, na sua época e mesmo durante várias décadas seguintes, este entrave possuía apenas um caráter relativo. Se, na segunda metade do Século XIX tivesse sido possível à economia se organizar sobre fundamentos socialistas, o ritmo de seu crescimento teria sido incomparavelmente mais rápido. Esta tese, teoricamente incontestável, não modifica o fato de que as forças produtivas continuaram a crescer em escala mundial, e sem interrupção, até a Primeira Guerra Mundial. Foi unicamente nos últimos vinte anos que, malgrado as mais modernas conquistas científicas e técnicas, se abriu a época da estagnação completa e da própria decadência da economia mundial. A humanidade começa a viver do capital acumulado e a próxima guerra ameaça destruir por longo tempo as próprias bases da civilização. Os autores do Manifesto pensavam que o capital seria liquidado muito antes de passar de ser um regime relativamente reacionário para a sua fase absolutamente reacionária. Esta transformação, porém, só se consumou aos olhos da atual geração, fazendo de nossa época a época de guerras, revoluções e do fascismo.

2. O erro de Marx e Engels a respeito dos prazos históricos decorria, de um lado, da subestimação das possibilidades posteriores inerentes ao capitalismo e, de outro, da superestimação da maturidade revolucionária do proletariado. A revolução de 1848 não se transformou em revolução socialista, como o Manifesto havia previsto, mas criou, para a Alemanha, a possibilidade de um formidável desenvolvimento capitalista. A Comuna de Paris demonstrou que o proletariado não pode arrancar o poder à burguesia sem ter à sua frente um partido revolucionário experiente. Ora, o longo período de desenvolvimento capitalista

que se seguiu à Comuna conduziu não à educação de uma vanguarda revolucionária, mas, ao contrário, à degeneração burguesa da burocracia operária que se tornou, por sua vez; o principal obstáculo à vitória da revolução proletária. Esta "dialética" os autores do Manifesto não podiam prever.

3. Para o Manifesto, o capitalismo é o reino da livre concorrência. Referindo-se à crescente concentração do capital, o texto não tira deste fato a necessária conclusão a respeito dos monopólios, que se transformaram na força dominante do capitalismo em nossa época, premissa mais importante da economia socialista. Foi apenas mais tarde, em *O Capital* que Marx constatou a tendência para a transformação da livre concorrência em monopólio. A caracterização científica do capitalismo monopolista foi dada por Lênin em seu livro *Imperialismo, Estágio Superior do Capitalismo*.

4. Tomando como base sobretudo o exemplo da "Revolução Industrial" inglesa, os autores viam de maneira muito unilateral o processo de liquidação das classes médias com a proletarização completa do artesanato, do pequeno comércio e do campesinato. Na verdade, as forças elementares da concorrência ainda não finalizaram esta obra, ao mesmo tempo progressista e bárbara. O capital arruinou a pequena burguesia bem mais rapidamente do que a proletarizou. Por outro lado, a política consciente do Estado burguês, há muito tempo, visa conservar artificialmente as camadas pequeno-burguesas. No polo oposto, o crescimento da técnica e a racionalização da grande produção, ao mesmo tempo em que engendram um desemprego orgânico, freiam a proletarização da pequena burguesia. Houve um extraordinário adormecimento do exército de técnicos, administradores, empregados de comércio, em uma palavra, daquilo que é chamado de "novas classes médias". O resultado de tudo isso é que as classes

médias cujo desaparecimento o Manifesto previa de modo tão categórico, constituem, mesmo em um país altamente industrializado como a Alemanha, quase a metade da população. Mas a conservação artificial das camadas pequeno-burguesas, desde há muito caducas, em nada atenua as contradições sociais; torna-as, pelo contrário, particularmente, mórbidas. Somando-se ao exército permanente de desempregados, ela é a expressão mais nociva do apodrecimento capitalista

5. O Manifesto, escrito para uma época revolucionária, contém, no final do segundo capítulo, dez reivindicações que respondem ao período da imediata transição do capitalismo ao socialismo. No prefácio de 1872, Marx e Engels mostraram que essas reivindicações se encontravam parcialmente superadas e que, de qualquer modo, não tinham mais que um significado secundário. Os reformistas se apoderaram desta avaliação para interpretá-la no sentido que, para eles, as palavras-de-ordem revolucionárias transitórias davam definitivamente lugar ao "programa mínimo" da social-democracia que, como sabemos não ultrapassava os limites da democracia burguesa.

Na verdade, os autores do Manifesto indicaram de modo preciso a principal correção a ser feita em seu programa transitório: "Não basta que a classe operária se utilize da máquina estatal para colocá-la a serviço de seus próprios fins. "A correção era contra o fetichismo a respeito da democracia burguesa. Ao Estado burguês, Marx opôs, mais tarde, o Estado do tipo da Comuna. Este "tipo" tomou, em seguida, a forma muito mais precisa de soviets. Em nossos dias não pode haver programa revolucionário sem soviets e sem poder operário. Quanto ao mais, isto é, às dez reivindicações do Manifesto que na época da pacífica atividade parlamentar, pareceram "caducar", é preciso que se diga que recobram, hoje, todo seu verdadeiro significado. O que caducou inape-

lavelmente foi o "programa mínimo" social-democrata.

6. Para justificar a esperança de que "a revolução burguesa alemã... será o prelúdio da revolução proletária", o Manifesto cita que as condições gerais da civilização europeia de então, assim como do proletariado, eram bem mais desenvolvidas do que na Inglaterra do Século XVII ou na França do Século XVIII. O erro deste prognóstico não está apenas na questão do prazo, alguns meses mais tarde, a Revolução de 1848 mostrou, precisamente, que, em presença de condições mais avançadas, nenhuma das classes burguesas é capaz de levar a revolução até o fim: a grande e a média burguesia estão muito ligadas aos proprietários fundiários e muito unidas pelo medo das massas; a pequena burguesia muito dispersa e seus dirigentes muito dependentes da grande burguesia. Como demonstrou a posterior evolução dos acontecimentos na Europa e na Ásia, a revolução burguesa, em si mesma, não mais pode realizar-se. A purificação da sociedade dos males feudais só é possível se o proletariado, liberto das influências dos partidos burgueses for capaz de se colocar à frente do campesinato e estabelecer sua ditadura revolucionária. Em função disso, a revolução burguesa mescla-se com a primeira fase da revolução socialista para, nesta, dissolver-se em seguida. A revolução nacional torna-se, assim, apenas um elo da revolução proletária internacional. A transformação dos fundamentos econômicos e de todas as relações sociais adquirem um caráter permanente.

Para os partidos revolucionários dos países atrasados da Ásia, América Latina e África, a compreensão clara da relação orgânica entre a revolução democrática e a revolução socialista internacional é uma questão de vida ou morte.

7. Mostrando como o capitalismo arrebanha em seu turbilhão os países atrasados e bárbaros, o Manifesto nada diz a respeito da luta dos povos

coloniais e semi-coloniais pela sua independência. À medida que Marx e Engels pensavam que a vitória da revolução socialista, "nos países civilizados pelo menos", era uma questão a ser resolvida nos anos seguintes, o problema das colônias resolver-se-ia igualmente não como o resultado de um movimento autônomo dos povos oprimidos, mas, simplesmente, como a consequência da vitória do proletariado nas metrópoles capitalistas. Esta é a razão pela qual as questões da estratégia revolucionária nos países coloniais e semi-coloniais nem mesmo estão esboçadas no Manifesto. Mas elas exigem soluções particulares. Dessa forma, é evidente que se a "pátria nacional" se tornou o pior obstáculo à revolução proletária nos países capitalistas avançados mantém-se ainda como um fator relativamente progressista nos países atrasados que são obrigados a lucrar por sua existência nacional independente. "Os comunistas, declara o Manifesto, apoiam, em todos os países, qualquer movimento revolucionário contra a ordem social e política existente." O movimento das raças de cor contra os opressores imperialistas é um dos mais poderosos e importantes movimentos contra a ordem social existente e é esta a razão pela qual necessita do total apoio, indiscutível e sem reticências, do proletariado de raça branca. O mérito de haver desenvolvido a estratégia revolucionária dos povos oprimidos é, sobretudo, de Lênin.

8. O trecho que mais envelheceu no Manifesto - não quanto a seu método, mas quanto a seus objetivos - é a crítica da literatura "socialista" da primeira metade do Século XIX (Capítulo 3) e a definição da posição dos comunistas em relação aos diversos partidos de oposição <Capítulo 4g. As tendências e os partidos enumerados pelo texto foram varridos tão radicalmente pela revolução de 1848, ou pela contra-revolução que se seguiu, que a História já não os menciona sequer. Entretanto, mesmo com respeito a este trecho, o Mani-

festo encontra-se mais próximo de nós do que o estava em relação à geração anterior. Na época de prosperidade da II internacional, quando o marxismo parecia reinar absolutamente no movimento operário, as ideias do socialismo anteriores a Marx podiam ser consideradas como definitivamente ultrapassadas. Hoje isso já não é mais verdade. A decadência da social-democracia e da Internacional Comunista provoca, a cada passo, monstruosas recaídas ideológicas. O pensamento senil recai, por assim dizer, na infância. À procura de fórmulas salvadoras, os profetas da época de declínio geral do capitalismo redescobrem doutrinas há muito enterradas pelo socialismo científico.

No que diz respeito ao problema dos partidos de oposição, as décadas que nos separam do Manifesto provocaram as mais profundas mudanças: não apenas os velhos partidos foram há muito substituídos por novos, como também o próprio caráter dos partidos e de suas mútuas relações modificou-se radicalmente. Sob as condições da época imperialista, o Manifesto, portanto, deve ser complementado pelos documentos dos quatro primeiros congressos da Internacional Comunista, pela literatura fundamental do bolchevismo e pelas decisões das conferências do movimento pela IV Internacional.

Lembramos acima que, segundo Marx, nenhuma ordem social deixa a cena da História antes de haver esgotado todas n.- suas possibilidades. Entretanto, uma ordem social, mesmo já tendo caducado, não cede seu lugar sem opor resistência a uma nova ordem. A sucessão dos regimes sociais supõe a mais nêspira luta de classes, isto é a revolução. Se o proletariado, por uma razão ou outra, se mostra incapaz de derrubar a ordem burguesa que sobrevive, não resta ao capital financeiro, em luta para manter seu domínio abalado, senão transformar a pequena burguesia, por ele levada ao desespero e à desmoralização, no

exército de terror do fascismo. A degeneração burguesa da social-democracia e a degeneração fascista da pequena burguesia estão entrelaçadas como causa e efeito.

Em nossos dias, a IV Internacional Comunista leva a cabo, em todos os países, com uma obscenidade ainda maior, a obra de engodo e desmoralização dos trabalhadores. Massacrando a vanguarda do proletariado espanhol, os mercenários sem escrúpulos de Moscou não apenas abrem caminho, para o fascismo, como também realizam uma boa parte de seu trabalho. A longa crise da revolução internacional, que cada vez mais se transforma em crise da cultura humana, reduz-se, no fundo, à crise da direção revolucionária do proletariado.

Como herdeira da grande tradição para a qual o Manifesto do Partido Comunista é o mais precioso elo, a IV Internacional educa novos quadros

para resolver antigas tarefas. A teoria nada mais é do que a realidade generalizada. Em uma atitude honesta com respeito à teoria revolucionária se expressa a apaixonada vontade de refundir a realidade social. O fato de que ao sul do continente negro nossos camaradas de idéias traduziram pela primeira vez o Manifesto é uma evidente confirmação de que, em nossos dias, o pensamento marxista só está vivo sob a bandeira da IV Internacional. O futuro pertence-lhe. Quando se comemorar o centenário do Manifesto do Partido Comunista, a IV Internacional será a força revolucionária determinante em nosso planeta.

Apontamentos:

II ENCONTRO TEMÁTICO**O Estado e a Revolução****Capítulo I. As Classes Sociais e o Estado****V.I. Lenin****1. O Estado é um Produto do Antagonismo Inconciliável das Classes**

Dá-se com a doutrina de Marx, neste momento, aquilo que, muitas vezes, através da História, tem acontecido com as doutrinas dos pensadores revolucionários e dos dirigentes do movimento libertador das classes oprimidas. Os grandes revolucionários foram sempre perseguidos durante a vida; a sua doutrina foi sempre alvo do ódio mais feroz, das mais furiosas campanhas de mentiras e difamação por parte das classes dominantes. Mas, depois da sua morte, tenta-se convertê-los em ídolos inofensivos, canonizá-los por assim dizer, cercar o seu nome de uma auréola de glória, para "consolo" das classes oprimidas e para o seu ludíbrio, enquanto se castra a substância do seu ensinamento revolucionário, embotando-lhe o gume, aviltando-o. A burguesia e os oportunistas do movimento operário se unem presentemente para infligir ao marxismo um tal "tratamento". Esquece-se, esbate-se, desvirtua-se o lado revolucionário, a essência revolucionária da doutrina, a sua alma revolucionária. Exalta-se e coloca-se em primeiro plano o que é ou parece aceitável para a burguesia. Todos os sociais-patriotas (não riam!) são, agora, marxistas. Os sábios burgueses, que ainda ontem, na Alemanha, se especializavam em refutar o marxismo, falam cada vez mais num Marx "nacional-alemão", que, a dar-lhes ouvidos, teria educado os sindicatos

operários, tão magnificamente organizados, para uma guerra de rapina.

Em tais circunstâncias, e uma vez que se logrou difundir tão amplamente o marxismo deformado, a nossa missão é, antes de mais nada, restabelecer a verdadeira doutrina de Marx sobre o Estado. Para isso, teremos de fazer longas citações das obras de Marx e de Engels. Essas longas citações tornarão pesada e exposição e não contribuirão para torná-la popular; mas, é absolutamente impossível dispensá-las. Todas as passagens de Marx e Engels, pelo menos as passagens essenciais que tratam do Estado, devem ser reproduzidas sob a forma mais completa possível, para que o leitor possa fazer uma ideia pessoal do conjunto e do desenvolvimento das concepções dos fundadores do socialismo científico. Assim, apoiados em provas, demonstraremos, à evidência, que o atual "kautskismo" as deturpou.

Começamos pela mais vulgarizada das obras de Engels, *A Origem da Família, da Propriedade Privada, e do Estado*, cuja sexta edição apareceu em Stuttgart, em 1894. Traduziremos os nossos extratos do original alemão, porque as traduções russas, embora numerosas, são, em sua maior parte, incompletas ou muito defeituosas.

Resumindo a sua análise histórica, diz Engels:

"O Estado não é, de forma alguma, uma força imposta, do exterior, à sociedade. Não é, tampouco, "a realidade da Ideia moral", "a imagem e

a realidade da Razão como pretende Hegel. É um produto da sociedade numa certa fase do seu desenvolvimento. É a confissão de que essa sociedade se embarçou numa insolúvel contradição interna, se dividiu em antagonismos inconciliáveis de que não pode desvencilhar-se. Mas, para que essas classes antagônicas, com interesses econômicos contrários, não se entre devorassem e não devorassem a sociedade numa luta estéril, sentiu-se a necessidade de uma força que se colocasse aparentemente acima da sociedade, com o fim de atenuar o conflito nos limites da "ordem". Essa força, que sai da sociedade, ficando, porém, por cima dela e dela se afastando cada vez mais, é o Estado".

Eis, expressa com toda a clareza, a ideia fundamental do marxismo no que concerne ao papel histórico e à significação do Estado. O Estado é o produto e a manifestação do antagonismo inconciliável das classes. O Estado aparece onde e na medida em que os antagonismos de classes não podem objetivamente ser conciliados. E, reciprocamente, a existência do Estado prova que as contradições de classes são inconciliáveis. O Estado aparece onde e na medida em que os antagonismos de classes não podem objetivamente ser conciliados. E, reciprocamente, a existência do Estado prova que as contradições de classe são inconciliáveis.

É precisamente sobre esse ponto de importância capital e fundamental que começa a deformação do marxismo, seguindo duas linhas principais.

De um lado, os ideólogos burgueses e, sobretudo, os da pequena burguesia, obrigados, sob a pressão de fatos históricos incontestáveis, a reconhecer que o estado não existe senão onde existem as contradições e a luta de classes, "corrigem" Marx de maneira a fazê-lo dizer que o Estado é o órgão da conciliação das classes. Para Marx, o Estado não poderia surgir nem subsistir se a concilia-

ção das classes fosse possível. Para os professores e publicistas burgueses e para os filisteus despidos de escrúpulos, resulta, ao contrário, de citações complacentes de Marx, semeadas em profusão, que o Estado é um instrumento de conciliação das classes. Para Marx, o Estado é um órgão de dominação de classe, um órgão de submissão de uma classe por outra; é a criação de uma "ordem" que legalize e consolide essa submissão, amortecendo a colisão das classes. Para os políticos da pequena burguesia, ao contrário, a ordem é precisamente a conciliação das classes e não a submissão de uma classe por outra; atenuar a colisão significa conciliar, e não arrancar às classes oprimidas os meios e processos de luta contra os opressores a cuja derrocada elas aspiram.

Assim, na revolução de 1917, quando a questão da significação do papel do Estado foi posta em toda a sua amplitude, posta praticamente, como que reclamando uma ação imediata das massas, todos os socialistas-revolucionários e todos os mencheviques, sem exceção, caíram, imediata e completamente, na teoria burguesa da "conciliação" das classes pelo "Estado". Inúmeras resoluções e artigos desses políticos estão profundamente impregnados dessa teoria burguesa e oportunista da "conciliação". Essa democracia pequeno-burguesa é incapaz de compreender que o Estado seja o órgão de dominação de uma determinada classe que não pode conciliar-se com a sua antípoda (a classe adversa). A sua noção do Estado é uma das provas mais manifestas de que os nossos socialistas-revolucionários e os nossos mencheviques não são socialistas, como nós, os bolcheviques, sempre o demonstramos, mas democratas pequeno-burgueses de fraseologia aproximadamente socialista.

Em Kautsky, a deformação do marxismo é muito mais sutil. "Teoricamente", não nega que o Estado seja o órgão de dominação de uma classe, nem que as contradições de classe sejam inconci-

liáveis; mas, omite ou obscurece o seguinte: se o Estado é o produto da inconciliabilidade das contradições de classe, se é uma força superior à sociedade, "afastando-se cada vez mais da sociedade", é claro que a libertação da classe oprimida só é possível por meio de uma revolução violenta e da supressão do aparelho governamental criado pela classe dominante e que, pela sua própria existência, "se afasta" da sociedade. Esta conclusão teoricamente clara por si mesma, tirou-a Marx, com inteira precisão, como adiante veremos, da análise histórica concreta dos problemas da revolução. E foi precisamente essa conclusão que Kautsky "esqueceu" e desvirtuou, como demonstraremos detalhadamente no decurso da nossa exposição.

2. Força Armada Separada, Prisões Etc.

Contrariamente à antiga organização patriarcal (da tribo ou do clã) - continua Engels - o Estado se caracteriza, em primeiro lugar, pela divisão dos súditos segundo o território.

Essa divisão nos parece "natural", mas representa uma longa luta com a antiga organização patriarcal por clãs ou famílias.

"O segundo traço característico do Estado é a instituição de um poder público que já não corresponde diretamente à população e se organiza também como força armada. Esse poder público separado é indispensável, porque a organização espontânea da população em armas se tornou impossível desde que a sociedade se dividiu em classes ... Esse poder público existe em todos os Estados. Compreende não só homens armados, como também elementos materiais, prisões e instituições coercivas de toda espécie, que a sociedade patriarcal (clã) não conheceu".

Engels desenvolve a noção dessa "força" que se chama Estado, força proveniente da sociedade, mas superior a ela e que dela se afasta cada vez mais. Em que consiste, principalmente, essa for-

ça? Em destacamentos de homens armados que dispõem das prisões, etc.

Temos o direito de falar em destacamentos de homens armados, porque o poder público próprio a cada Estado "já não corresponde diretamente" à população armada, isto é, à sua "organização espontânea em armas".

Como todos os grandes pensadores revolucionários, Engels esforça-se por atrair a atenção dos trabalhadores conscientes para o que a medíocre pequena burguesia dominante considera menos digno de atenção, mais banal, consagrado por preconceitos não apenas resistentes, mas, pode-se dizer, petrificados. O exército permanente e a política são os principais instrumentos do poder governamental. Mas, poderia ser de outra forma?

Para a grande maioria dos europeus do fim do século XIX, aos quais Engels se dirige e que não viveram nem observaram de perto nenhuma grande revolução, não poderia ser de outra forma. Não compreendem de maneira alguma o que seja a "organização espontânea da população em armas". De onde vem a necessidade de corpos especiais de homens armados (polícia, exército permanente), separados da sociedade e superiores a ela? Os filisteus da Europa ocidental e da Rússia respondem, muito naturalmente, a essa pergunta, por uma ou duas frases colhidas em Spencer ou em Mikhailovsky, e alegam a complicação crescente da vida social, a diferenciação das funções sociais, etc.

Essas alegações parecem "científicas" e tranquilizam admiravelmente o bom público, obscurecendo o principal, o essencial: a cisão da sociedade em classes irreconciliavelmente inimigas.

Se essa cisão não existisse, a "organização espontânea da população em armas" se distinguiria certamente, por sua complexidade, por sua técnica, etc., da organização primitiva de um bando de macacos armados de cacetes, ou da de homens

primitivos ou associados em clãs, mas seria possível.

É, porém, impossível, porque a sociedade civilizada está dividida em classes hostis e irreconciliáveis cujo armamento "espontâneo" provocaria a luta armada. Forma-se o Estado; cria-se uma força especial, criam-se corpos armados, e cada revolução, destruindo o aparelho governamental, põe em evidência como a classe dominante se empenha em reconstituir, a seu serviço, corpos de homens armados, como a classe oprimida se empenha em criar uma nova organização do mesmo gênero, para pô-la ao serviço, não mais dos exploradores, mas dos explorados.

Na passagem citada, Engels coloca teoricamente a questão que, na prática, toda grande revolução põe diante de nós em plena evidência e na escala da ação das massas, ou seja, a questão das relações entre os destacamentos "separados" de homens armados e a "organização espontânea da população em armas". Veremos essa questão evoluir na experiência das revoluções europeias e russas.

Mas, voltemos à exposição de Engels.

Ele mostra que o poder público é, às vezes, fraco - por exemplo, em certas regiões da América do Norte (trata-se - exceção bem rara na sociedade capitalista - de certas regiões em que, antes do período imperialista, predominava o colono livre) mas, em geral, o poder público aumenta:

O poder público se reforça à medida que se agravam os antagonismos de classe no interior e à medida que os Estados contíguos se tornam mais fortes e mais populosos. Basta considerar a Europa atual, onde a luta de classes e a competição às conquistas têm aumentado o poder público a um tal grau que ameaça absorver toda a sociedade e até o próprio Estado.

Essas linhas foram escritas, quando muito, pouco depois de 1890. O último prefácio de Engels tem a data de 16 de junho de 1891. A evolu-

ção para o imperialismo, caracterizada pela dominação absoluta dos trustes, pela onipotência dos grandes bancos, pela política colonial em grande escala, etc., mal começava na França e era ainda mais fraca na América e na Alemanha. Desde então, a "competição às conquistas" deu um passo gigantesco, a ponto de o globo terrestre, mais ou menos em 1910, achar-se definitivamente partilhado entre os "conquistadores rivais", isto é, entre as grandes potências espoliadoras. Os armamentos terrestres e marítimos aumentaram em enormes proporções e a guerra de rapina de 1914-1917, que devia acarretar a hegemonia universal da Inglaterra ou da Alemanha e repartir o despojo, quase levou a uma catástrofe completa a "absorção" de todas as forças sociais pela voracidade do poder governamental.

Engels soube, já em 1891, denunciar a "competição às conquistas" como um dos principais traços, características da política exterior das grandes potências, ao passo que os malandrins do social-patriotismo, em 1914-1917, depois que essa rivalidade centuplicada gerou a guerra imperialista, disfarçam a sua solicitude pelos interesses espoliadores da "sua" burguesia com frases sobre a "defesa nacional", a "defesa da República e da Revolução", etc.!

3. O Estado, Instrumento de Exploração da Classe Oprimida

Para manter um poder público separado da sociedade e situado acima dela, são necessários os impostos e uma dívida pública.

Investidos do poder público e do direito de cobrança dos impostos - escreve Engels; - os funcionários, considerados como órgãos da sociedade, são colocados acima da sociedade. O respeito livre, voluntário, de que eram cercados os órgãos da sociedade patriarcal (do clã) já lhes não bastaria, mesmo que pudessem adquiri-lo.

Fazem-se leis sobre a "santidade" e "inviolabilidade" dos funcionários.

"O mais insignificante agente de polícia" tem mais "autoridade" que os representantes do clã; mas, o chefe militar de um país civilizado poderia invejar um chefe de clã, que a sociedade patriarcal cercava de um respeito "voluntário e não imposto pelo cacete".

Surge, agora, a questão da situação privilegiada dos funcionários como órgãos do poder público. O ponto essencial é este: que é que os coloca acima da sociedade? Veremos como esta questão teórica foi resolvida praticamente pela Comuna de Paris em 1871, e contornada por Kautsky em 1912, com o emprego de um processo reacionário.

Como o Estado nasceu da necessidade de refrear os antagonismos de classes, no próprio conflito dessas classes, resulta, em princípio, que o Estado é sempre o Estado da classe mais poderosa, da classe economicamente dominante que, também graças a ele, se toma a classe politicamente dominante e adquire, assim, novos meios de oprimir e explorar a classe dominada.

Não só o Estado antigo e o Estado feudal eram órgãos de exploração dos escravos e dos servos, como também:

O Estado representativo moderno é um instrumento de exploração do trabalho assalariado pelo capital. Há, no entanto, períodos excepcionais em que as classes em luta atingem tal equilíbrio de forças, que o poder público adquire momentaneamente certa independência em relação às mesmas e se torna uma espécie de árbitro entre elas.

Tais foram a monarquia absoluta dos séculos XVII e XVIII, o bonapartismo do primeiro e do segundo Império na França, e Bismarck na Alemanha.

Tal é, acrescentaremos nós, o governo de Kerensky na Rússia republicana, com a sua política

de perseguição contra o proletariado revolucionário no momento em que os Sovietes são já impotentes em virtude de seus dirigentes pequeno-burgueses e a burguesia ainda não é bastante forte para os dissolver sem cerimônia.

"Na República democrática" - continua Engels - "a riqueza utiliza-se do seu poder indiretamente, mas com maior segurança", primeiro pela "corrupção pura e simples dos funcionários" (América), depois pela "aliança entre o Governo e a Bolsa" (França e América).

Atualmente, o imperialismo e o reinado dos Bancos têm "desenvolvido", com uma arte requintada, em todas as repúblicas democráticas, esses dois meios de manter e exercer a onipotência da riqueza. Se, por exemplo, nos primeiros meses da República democrática na Rússia, em plena lua-de-mel, por assim dizer, do casamento dos socialistas-revolucionários e dos mencheviques com a burguesia dentro do governo de coligação, o sr. Paltchinski sabotava todas as medidas propostas para refrear os apetites desenfreados dos capitalistas e as suas exações nos fornecimentos militares; se, em seguida, o sr. Paltchinski, saído do ministério e substituído, naturalmente, por outro Paltchinski da mesma marca, se vê "gratificado" pelos capitalistas com uma boa sinecura rendendo cento e vinte mil rublos por ano, que significa isso? Corrupção direta ou indireta? Aliança do governo com os sindicatos patronais ou "apenas" relações de amizade? Qual é o papel desempenhado por Tchernov e Tseretelli, Avksentiev e Skobelev? São aliados "diretos" ou apenas indiretos dos milionários concussionários?

A onipotência da "riqueza" é tanto melhor assegurada numa república democrática quanto não está sujeita a uma crosta acanhada do capitalismo. A república democrática é a melhor crosta possível do capitalismo. Eis por que o capital, depois de se ter apoderado dessa crosta ideal, graças aos Paltchinski, aos Tchernov, aos Tseretelli e

consortes, firmou o seu poder de maneira tão sólida, tão segura, que nenhuma mudança de pessoas, instituições ou partidos, na república democrática burguesa, é suscetível de abalar esse poder.

É preciso notar ainda, que Engels definiu o sufrágio universal de uma forma categórica: um instrumento de dominação da burguesia. O sufrágio universal, diz ele, considerando, manifestamente, a longa experiência da social-democracia alemã, é o indício da maturidade da classe operária. Nunca mais pode dar e nunca dará nada no Estado atual.

Os democratas pequeno-burgueses, do gênero dos nossos socialistas-revolucionários e mencheviques, e os seus irmãos, os social-patriotas e oportunistas da Europa ocidental, esperam, precisamente, "mais alguma coisa" do sufrágio universal. Partilham e fazem o povo partilhar da falsa concepção de que o sufrágio universal, "no Estado atual", é capaz de manifestar verdadeiramente e impor a vontade da maioria dos trabalhadores.

Não podemos senão notar aqui essa falsa concepção e salientar que a declaração clara, precisa e concreta de Engels é desvirtuada a cada passo na propaganda e na agitação dos partidos socialistas "oficiais", isto é, oportunistas. Demonstraremos mais amplamente toda a falsidade da ideia que Engels aqui repudia, desenvolvendo mais adiante as teorias de Marx e Engels sobre o Estado "atual".

Em sua obra mais popular, Engels resume nestes termos a sua teoria:

"O Estado, por conseguinte, não existiu sempre. Houve sociedades que passaram sem ele e que não tinham a menor noção de Estado nem de poder governamental. A um certo grau do desenvolvimento econômico, implicando necessariamente na divisão da sociedade em classes, o Estado tornou-se uma necessidade, em consequência dessa divisão. Presentemente, marchamos a passos largos para um tal desenvolvimento da produ-

ção, que a existência dessas classes não só deixou de ser uma necessidade, como se toma mesmo um obstáculo à produção. As classes desaparecerão tão inelutavelmente como apareceram. Ao mesmo tempo que as classes desaparecerão inevitavelmente o Estado. A sociedade reorganizando a produção sobre a base da associação livre e igual de todos os produtores, enviará a máquina governamental para o lugar que lhe convém: o museu de antiguidades, ao lado da roda de fiar e do machado de bronze". [1]

Na literatura de propaganda da social-democracia contemporânea, não se encontra essa citação. E quando reproduz esse trecho, é, em geral, como quem se curva diante de um ídolo, como quem faz um ato de veneração oficial por Engels, sem o menor cuidado de refletir sobre a amplitude e profundidade da revolução que "enviará a máquina governamental para o museu de antiguidades". A maior parte das vezes, parece que nem sequer se compreendeu o que Engels entende por máquina governamental.

4. "Definhamento" do Estado e a Revolução Violenta

As palavras de Engels sobre o "definhamento" do Estado gozam de tal celebridade, são tão frequentemente citadas, põem tão bem em relevo o fundo da falsificação oportunista do marxismo, que é necessário examiná-las detalhadamente. Citaremos toda a passagem de onde são extraídas:

O proletariado se apodera da força do Estado e começa por transformar os meios de produção em propriedade do Estado. Por esse meio, ele próprio se destrói como proletariado, abole todas as distinções e antagonismos de classes e, simultaneamente, também o Estado, como Estado. A antiga sociedade, que se movia através dos antagonismos de classe, tinha necessidade do Estado, isto é, de uma organização da classe explora-

dora, em cada época, para manter as suas condições exteriores de produção e, principalmente, para manter pela força a classe explorada nas condições de opressão exigidas pelo modo de produção existente (escravidão, servidão, trabalho assalariado). O Estado era o representante oficial de toda a sociedade, a sua síntese num corpo visível, mas só o era como Estado da própria classe que representava em seu tempo toda a sociedade: Estado de cidadãos proprietários de escravos, na antiguidade; Estado da nobreza feudal, na Idade Média; e Estado da burguesia de nossos dias. Mas, quando o Estado se toma, finalmente, representante efetivo da sociedade inteira, então toma-se supérfluo. Uma vez que não haja nenhuma classe social a oprimir; uma vez que, com a soberania de classe e com a luta pela existência individual, baseada na antiga anarquia da produção, desapareçam as colisões e os excessos que daí resultavam - não haverá mais nada a reprimir, e, um poder especial de repressão, um Estado, deixa de ser necessário.

O primeiro ato pelo qual o Estado se manifesta realmente como representante de toda a sociedade - a posse dos meios de produção em nome da sociedade - é, ao mesmo tempo, o último ato próprio do Estado. A intervenção do Estado nas relações sociais se vai tomando supérflua daí por diante e desaparece automaticamente. O governo das pessoas é substituído pela administração das coisas e pela direção do processo de produção. O Estado não é "abolido": morre. É desse ponto de vista que se deve apreciar a palavra de ordem de "Estado livre do povo", tanto em seu interesse passageiro para a agitação, como em sua definitiva insuficiência científica; é, igualmente, desse ponto de vista que se deve apreciar a reivindicação dos chamados anarquistas, pretendendo que o Estado seja abolido de um dia para o outro (1).

Sem receio de erro, pode-se dizer que, de todo esse raciocínio de Engels, de uma notável riqueza de pensamento, só resta, nos partidos socialistas de hoje, como verdadeira aquisição do pensamento socialista, a fórmula de Marx, segundo a qual o Estado "morre", contrariamente à doutrina anarquista da "abolição" do Estado. Amputar assim o marxismo é reduzi-lo ao oportunismo, pois que, depois de um tal "comentário", não fica senão a concepção de uma, transformação lenta, igual, progressiva, sem sobressalto nem tempestade, sem revolução. A "extinção" do Estado, na concepção corrente, espalhada, esse "comentário" é a mais grosseira deformação do marxismo em proveito exclusivo da burguesia, deformação baseada teoricamente na omissão das principais circunstâncias e considerações indicadas, nas conclusões de Engels, que acabamos de citar por extenso.

1. Logo no início do seu raciocínio, Engels diz que, ao tomar o poder, o proletariado, "por esse meio, abole o Estado como Estado". "Não se costuma" aprofundar o que isso significa. Em geral, despreza-se inteiramente esse pensamento ou se vê nele uma espécie de "fraqueza hegeliana" de Engels. Na realidade, essas palavras significam, em síntese, a experiência de uma das maiores revoluções proletárias, a experiência da Comuna de Paris de 1871, de que falaremos mais detalhadamente no lugar que lhe compete. De fato, Engels fala da "abolição" do Estado burguês pela revolução proletária, ao passo que as suas palavras sobre o definhamento e a "morte" do Estado se referem aos vestígios do Estado proletário que subsistem depois da revolução socialista. Segundo Engels, o Estado burguês não "morre"; é "aniquilado" pelo proletariado na revolução. O que morre depois dessa revolução é o Estado proletário ou semi-Estado.

2. O Estado é "uma força especial de repressão". Esta notável e profunda definição de Engels é de uma absoluta clareza. Dela resulta que essa "força especial de repressão" do proletariado pela burguesia, de milhões de trabalhadores por um punhado de ricos, deve ser substituída por uma "força especial de repressão" da burguesia pelo proletariado (a ditadura do proletariado). É nisso que consiste a "abolição do Estado como Estado". É nisso que consiste o "ato" de posse dos meios de produção em nome da sociedade. Consequentemente, essa substituição de uma "força especial" (a da burguesia) por outra "força especial" (a do proletariado) não pode equivaler para aquela a um "definhamento".

3. Esse "definhamento" ou, para falar com mais relevo e cor, essa "letargia", coloca-a Engels, claramente, no período posterior ao "ato de posse dos meios de produção pelo Estado, em nome da sociedade", posterior, portanto, à revolução socialista. Todos nós sabemos que a forma política do "Estado" é, então, a plena democracia. Mas, nenhum dos oportunistas, que impudentemente desvirtuam o marxismo, concebe que Engels se refira à "letargia" e à "morte" da democracia. À primeira vista, parece estranho; mas, só é incompreensível para quem não reflete que a democracia é também Estado e, por conseguinte, desaparecerá quando o Estado desaparecer. Só a Revolução pode "abolir" o Estado burguês. O Estado em geral, isto é, a plena democracia, só pode "definhar".

4. Ao enunciar a sua famosa fórmula: "O Estado morre", Engels apressou-se a precisar que essa fórmula é dirigida contra os oportunistas e contra os anarquistas. E coloca em primeiro lugar o corolário que atinge os oportunistas.

Pode-se apostar que, em dez mil pessoas que leram essas linhas ou ouviram falar do "definhamento" do Estado, nove mil e novecentos ignoram absolutamente ou fingem esquecer

que Engels não dirigia as conclusões da sua fórmula apenas contra os anarquistas. E, nas dez restantes, há seguramente nove que não sabem o que é o "Estado livre do povo" e porque, atacando-o, Engels ataca ao mesmo tempo os oportunistas. É assim que se escreve a história. É assim que se adultera insensivelmente a grande doutrina revolucionária, até transformá-la numa banalidade ao nível da mediocridade reinante. A conclusão contra os anarquistas foi mil vezes repetida, repisada e simplificada, fixando-se nos cérebros com a tenacidade de um preconceito. A conclusão contra os oportunistas, porém, deixaram-na na sombra e "esquecida"!

O "Estado livre do povo" era o programa e a fórmula corrente dos social-democratas alemães de 1870. Essa fórmula não tem nenhum conteúdo político, não passando de uma pomposa expressão burguesa da ideia de democracia. Engels dispunha-se a "justificar momentaneamente" o seu emprego na agitação, na medida em que essa fórmula aludia legalmente à república democrática. Mas era uma fórmula oportunista, pois exprimia não só uma democracia burguesa mal disfarçada, como também - a incompreensão da crítica socialista do Estado em geral. Nós somos partidários da república democrática como sendo a melhor forma de governo para o proletariado sob o regime capitalista, mas andaríamos mal se esquecêssemos que a escravidão assalariada é o quinhão do povo mesmo na república burguesa mais democrática.

Mais adiante: todo Estado é uma "força especial de repressão" da classe oprimida. Um Estado, seja ele qual for, não poderá ser livre nem popular. Marx e Engels explicaram isso muitas vezes aos seus camaradas de partido, mais ou menos em 1870.

5. Na mesma obra de Engels, de cujo raciocínio sobre o definhamento do Estado todos se recordam, encontra-se desenvolvida a definição da

revolução violenta. A apreciação do seu papel histórico torna-se, na obra de Engels, verdadeira apologia da revolução. Disso ninguém "se lembra"; é moda, nos partidos socialistas contemporâneos, não falar nem pensar nunca no assunto; na propaganda e na agitação cotidianas entre as massas, essas idéias não desempenham papel algum. No entanto, estão indissolúvelmente ligadas à idéia do "definhamento" do Estado, com a qual formam um todo.

Eis a passagem de Engels:

"Que a violência desempenha ainda outro papel na história, um papel revolucionário; que é, segundo Marx, a parteira de toda velha sociedade, grávida de uma sociedade nova; que é a arma com a qual o movimento social abre caminho e quebra formas políticas petrificadas e mortas - sobre isso o sr. Dühring silencia. É suspirando e gemendo que ele admite a possível necessidade da violência para derrubar a exploração econômica.... Infelizmente, pois a violência, diz ele, sempre desmoraliza os que a ela recorrem. E isso, a despeito do grande surto moral e intelectual que nasce de toda revolução vitoriosa! E isso na Alemanha, onde o choque violento, ao qual o povo poderia ser constringido, teria, ao menos, a vantagem de destruir o servilismo que penetrou na consciência nacional em seguida às humilhações da Guerra dos Trinta Anos. E é essa mentalidade de predicante, sem arrojo, sem sabor e sem força, que pretenderia impor-se ao partido mais revolucionário que a história conhece".

Como conciliar na mesma doutrina essa apologia da revolução violenta, insistentemente repetida por Engels, aos social-democratas alemães de 1878 a 1895, isto é, até a sua morte, com a teoria do "definhamento" do Estado?

Costumam conciliá-las ecleticamente, tomando, por um processo empírico ou sofisticado, arbitrariamente, ou para agradar aos poderosos do dia, ora a idéia da revolução violenta, ora a do de-

finhamento; e noventa e nove por cento das vezes, senão mais, colocam em primeiro plano justamente esta última. A dialética cede lugar ao ecletismo: com relação ao marxismo, é a coisa mais frequente e mais espalhada na literatura social-democrata oficial dos nossos dias. Não é uma novidade, certamente, pois o ecletismo já substituiu a dialética na história da filosofia clássica grega. Na falsificação oportunista do marxismo, a falsificação eclética da dialética engana as massas com mais facilidade, dando-lhes uma aparente satisfação, fingindo ter em conta todas as faces do fenómeno, todas as formas de desenvolvimento e todas as influências contraditórias; mas, de fato, isso não dá uma noção completa e revolucionária do desenvolvimento social.

Já dissemos, e o demonstraremos mais detalhadamente a seguir, que a doutrina de Marx e Engels sobre a necessidade da revolução violenta se refere ao Estado burguês. Este só pode, em geral, ceder lugar ao Estado proletário (ditadura do proletariado) por meio da revolução violenta e não por meio do "definhamento". A apologia que Engels faz da revolução violenta está plenamente de acordo com as numerosas declarações, altivas e categóricas, de Marx (lembremo-nos do final de *A Miséria da Filosofia* e do *Manifesto Comunista*) sobre a inevitabilidade da revolução violenta; lembremo-nos da crítica ao programa de Gotha em 1875, quase trinta anos mais tarde, em que Marx flagela desapiedadamente o oportunismo. Essa apologia de Engels não é, decerto, o produto do "entusiasmo", nem das necessidades da declamação ou da polêmica. A essência de toda a doutrina de Marx e de Engels é a necessidade de inocular sistematicamente nas massas essa idéia da revolução violenta. É a omissão dessa propaganda, dessa agitação, que marca com mais relevo a traição doutrinária das tendências social-patrióticas e kautskistas.

A substituição do Estado burguês pelo Estado proletário não é possível sem revolução violenta. A abolição do Estado proletário, isto é, a abolição de todo e qualquer Estado, só é possível pelo "definhamento".

Marx e Engels desenvolveram essa teoria por uma forma detalhada e concreta, estudando separadamente cada situação revolucionária e analisando as lições fornecidas pela experiência de cada revolução em particular. Passemos a essa parte da sua doutrina que é, evidentemente, a mais importante.

Apontamentos:

III ENCONTRO TEMÁTICO**O socialismo e o Estado****Capítulo III – A Revolução Traída****Leon Trotsky, 1936****1. O regime de transição**

É verdade, como as autoridades oficiais afirmam, que o socialismo já é uma realidade na União Soviética? E se não é, teriam os sucessos conquistados dado a certeza da realização do socialismo em fronteiras nacionais, sem considerar o curso dos acontecimentos no resto do mundo? A apreciação crítica precedente dos principais índices da economia soviética deve ter nos dado o ponto de partida para a resposta correta à essa questão, porém nós exigiremos também alguns pontos preliminares de referência teórica.

O marxismo estabelece o desenvolvimento da técnica como a principal mola do progresso, e constrói o programa comunista sobre a dinâmica das forças produtivas. Se se concebe que alguma catástrofe cósmica irá destruir nosso planeta num futuro próximo então você deve, claramente, rejeitar a perspectiva comunista junto com todo o resto. Excedendo-se esse exemplo problemático, não há a menor base científica para delimitar qualquer limite ao avanço das nossas possibilidades culturais e técnico-produtivas. O marxismo é saturado com o otimismo do progresso, e isso somente, a propósito, o faz irreconciliavelmente oposto à religião.

A premissa material do comunismo é a de um desenvolvimento tão grande da potência econômica humana que o trabalho produtivo, tendo cessado de ser um fardo, não irá requerer ne-

nhum incentivo, e a distribuição dos bens de consumo, existindo em contínua abundância, não demandará (como não existe numa família rica ou num pensionato “decente”) nenhum controle exceto aquele da educação, do hábito e da opinião pública. Falando francamente, eu acho que seria realmente obtuso considerar uma perspectiva tão modesta como “utópica”.

O capitalismo preparou as condições e forças para uma revolução social: técnica, ciência e o proletariado. A estrutura comunista não pode, entretanto, substituir imediatamente a sociedade burguesa. A herança material e cultural do passado é completamente inadequada para isso. Nos seus primeiros passos o Estado Operário não pode ainda permitir que ninguém trabalhe “de acordo com as suas capacidades” – isto é, o tanto que puder e quiser – nem pode remunerar qualquer um “de acordo com as suas necessidades”, independentemente do trabalho feito. Para aumentar as forças produtivas, faz-se necessário lançar mão das normas costumeiras de pagamento em salário – isto é, a distribuição dos bens de consumo em proporção à quantidade e qualidade do trabalho individual.

Marx chamou esse primeiro estágio da nova sociedade de “estágio inferior do comunismo”, distinguindo do seu estágio superior, que junto com os antigos fantasmas da penúria da desigualdade material, irá desaparecer. Nesse sentido soci-

alismo e comunismo são frequentemente contrastados como os estágios inferior e superior da nova sociedade. “Nós não temos ainda, obviamente, o comunismo completo”, diz a doutrina soviética oficial hoje, “mas nós já atingimos o socialismo – isto é, o estágio inferior do comunismo”. Para provar isso, eles citam a predominância de trustes estatais na indústria, as fazendas coletivas na agricultura, as empresas estatais e cooperativas no comércio. À primeira vista isso dá uma correspondência completa com o esquema a priori – e conseqüentemente hipotético – de Marx. Mas é exatamente para o marxista que essa questão não termina com uma consideração das formas de propriedade sem considerar a produtividade do trabalho atingida. Por estágio inferior do comunismo Marx entende, de qualquer maneira, uma sociedade que desde o seu início está acima no seu desenvolvimento econômico que o mais avançado capitalismo. Teoricamente tal concepção não tem falhas, pois, tomar um comunismo em escala mundial, mesmo num primeiro estágio embrionário, significa um nível maior de desenvolvimento que o da sociedade burguesa. Além disso, Marx esperava que os franceses iniciariam a revolução social, os alemães a continuariam e os ingleses a finalizariam; e aqueles como a Rússia, Marx os deixou longe na estrada. Porém essa ordem conceitual foi derrotada pelos fatos. Qualquer um que tenta hoje aplicar mecanicamente a concepção histórica universal de Marx ao caso particular da União Soviética num determinado estágio do seu desenvolvimento, irá se emaranhar em contradições insolúveis.

A Rússia não era o elo mais forte, senão o mais fraco da corrente capitalista. A atual União Soviética não está acima do nível econômico mundial, mas está somente tentando alcançar os países capitalistas. Se Marx chamava a sociedade a ser formada sobre a base da socialização das forças produtivas dos países capitalistas mais avança-

dos da época de o estágio inferior do comunismo, então essa designação obviamente não se aplica à União Soviética, que ainda hoje é consideravelmente mais pobre em técnica, cultura e bens de consumo que os países capitalistas. Seria mais verdadeiro, portanto, chamar o atual regime soviético com todas as suas contradições não de regime socialista, mas de um regime transicional preparatório do capitalismo para o socialismo.

Não há uma gota de pedantismo em abordar essa precisão terminológica. A força e estabilidade dos regimes são determinados, a longo prazo, pela sua produtividade do trabalho relativa. Uma economia socialista possuindo uma técnica superior à do capitalismo deveria realmente ter garantido o seu desenvolvimento socialista – digamos assim, automaticamente - uma coisa que infelizmente ainda é impossível de dizer sobre a economia soviética.

Uma grande maioria dos defensores vulgares da União Soviética como ela é são inclinados a raciocinar mais ou menos assim: “mesmo embora você caracterizando que o regime soviético atual ainda não é socialista, um desenvolvimento posterior das forças produtivas sobre as bases atuais deve cedo ou tarde levar à vitória completa do socialismo. Assim somente o fator tempo é uma incerteza. Realmente vale a pena fazer tanto barulho por isso? ” Não importa o quão triunfante esse argumento pareça num primeiro momento, ele é absolutamente superficial. O tempo não é de jeito algum um fator secundário quando processos históricos são abordados. É muito mais perigoso confundir os tempos presente e futuro em política que em gramática. A evolução está longe de consistir (como evolucionistas vulgares do tipo de Webb pensam) numa acumulação constante e numa contínua “melhora” daquilo que existe. Ela tem as suas transições de quantidade em qualidades, suas crises, saltos e lapsos retrógrafos. É exatamente pelo fato da União Soviética estar longe

de ter atingido o primeiro estágio do socialismo, como um sistema estável de produção e distribuição, que o seu desenvolvimento não procede harmonicamente, mas contraditoriamente. Contradições econômicas produzem antagonismos sociais, que por sua vez desenvolvem sua própria lógica, sem esperar o posterior crescimento das forças produtivas. Nós acabamos de ver a verdade disso no caso do Kulak que não desejava “crescer” de forma evolucionária no socialismo e que, para a surpresa da burocracia e seus ideólogos, demandava uma revolução nova e suplementar. Irá a própria burocracia, em cujas mãos o poder e as riquezas estão concentrados, desejar crescer pacificamente dentro do socialismo? Em relação a isso, dúvidas são certamente toleráveis. Em qualquer caso, seria ser imprudente tomar a palavra da burocracia para essa questão. É impossível no momento atual responder definitivamente e irrevogavelmente a questão de em qual direção as contradições econômicas e os antagonismos sociais da sociedade soviética irão se desenvolver no período dos próximos três, cinco ou dez anos. O desfecho depende da luta de forças sociais vivas – não na escala nacional, somente, mas numa escala internacional. A cada novo estágio, portanto, é necessária uma análise concreta das reais relações e tendências nas suas conexões e interações contínuas. Nós iremos ver agora a importância de tal análise no caso do Estado.

2. Programa e realidade

Lenin, seguindo Marx e Engels, viu os primeiros traços distintivos da revolução proletária no fato de, tendo expropriado os exploradores, ela deveria abolir a necessidade de um aparato burocrático acima da sociedade – e acima de tudo, de uma polícia e de um exército permanente.

“O proletariado necessita de um Estado – isso qualquer oportunista pode te dizer”, escreveu Lenin em 1917, dois meses antes da tomada do

poder, “mas eles, os oportunistas, esquecem de adicionar que o proletariado necessita somente de um meio-Estado – isto é, um Estado construído de tal forma que começa a desaparecer assim que criado e não pode deixar de desaparecer.” (O Estado e a Revolução)

A crítica era dirigida, naquela época, contra os socialistas reformistas do tipo menchevique russo, Fabiano britânico, etc.... Hoje essa crítica ataca com força redobrada os idolatras soviéticos com seu culto de um Estado burocrático que não tem a mínima intenção de “desaparecer.”

A demanda social para uma burocracia surge em todas as situações onde antagonismos agudos necessitam ser “suavizados”, “ajustados”, “regulados” (sempre nos interesses dos privilegiados, dos possuidores, e sempre em vantagem da própria burocracia). Por todas as revoluções burguesas, portanto, não importando a quão democrática cada uma foi, houve um reforço e um aperfeiçoamento do aparelho burocrático.

“A oficialidade e o exército permanente” – escreve Lenin – “isto é, um parasita no corpo da sociedade burguesa, um parasita criado pelas contradições internas que dilaceram essa sociedade, mas ainda nada mais que um parasita que entope os poros da vida”.

Começando em 1917 – isto é, do momento em que a conquista do poder confrontou o partido como um problema prático – Lenin estava continuamente ocupado com a sua ideia de liquidar esse “parasita”. Depois da derrocada das classes exploradoras, - ele repete e explica em todo capítulo de O Estado e a Revolução – o proletariado irá quebrar a velha máquina burocrática e criar o seu próprio aparato de empregados e operários. E este vai tomar medidas contra a transformação daqueles em burocratas:

“Medidas analisadas em detalhe por Marx e Engels: (1) Não somente eleição mas revogação a qualquer momento; (2) Pagamento não maior que

o salário de um operário; (3) Transição imediata para um regime no qual todos irão preencher funções de controle e supervisão, assim todos serão por um período de tempo ‘burocratas’, e logo ninguém pode se tornar um burocrata.”

Não se pode achar que Lenin estava falando de problemas para uma década. Não, aquilo era o primeiro passo com o qual “nós deveríamos e devemos começar por conseguir uma revolução proletária”.

Essa mesma visão ousada do Estado numa ditadura do proletariado achou a sua expressão mais acabada um ano e meio depois da conquista do poder no programa do Partido Bolchevique, incluso a sua seção no exército. Um Estado forte, mas sem mandarins; força armada, mas sem o Samurái! Não foram as tarefas de defesa que criaram uma burocracia militar e estatal, mas a estrutura de classe levada na organização da defesa. O exército é somente uma cópia das relações sociais. A luta contra o perigo estrangeiro necessita, é claro, no Estado Operário como em qualquer outro, uma organização técnico-militar especializada, mas em nenhum caso uma casta de oficiais privilegiada. O programa do partido demandava a troca do exército permanente pelo povo armado.

O regime da ditadura do proletariado desde o seu início, então, deixa de ser um “Estado” no sentido antigo do termo – um aparato especial, isto é, para submeter a maioria do povo. O poder material, junto com as armas, vai direta e imediatamente para as mãos das organizações dos trabalhadores como os soviets. O Estado como um aparato burocrático passa a desaparecer a partir do primeiro dia da ditadura do proletariado. Essa é a voz do programa do partido – não anulada até hoje. Estranho: soa como uma voz espectral vinda de um mausoléu.

Apesar de poder interpretar a natureza do atual Estado soviético, uma coisa é indiscutível: ao fim da sua segunda década de existência, esse

Estado não somente não desapareceu, como não começou a desaparecer. Pior, ele cresceu num aparato a uma dimensão de coerção até então inédita. A burocracia não somente não desapareceu, tomando o seu lugar das massas, mas se tornou numa força incontável que domina as massas. O exército não só tem não tem sido substituído pelo povo em armas, mas tem dado nascimento a uma casta de oficiais privilegiados, coroado com os marechais, enquanto o povo, “sustento armado da ditadura”, hoje é proibido na União Soviética de carregar mesmo armas não explosivas. Mesmo com um alto grau de surrealismo é difícil de imaginar um contraste mais impactante que o que existe entre o esquema de Estado Operário de acordo com Marx, Engels e Lenin e o atual Estado chefiado por Stálin. Enquanto continuam a publicar os trabalhos de Lênin (para ser mais correto, com excertos e distorções do censor), os atuais dirigentes da União Soviética e seus representantes ideológicos nem ao menos levantam a questão das causas de uma divergência tão gritante entre o programa e a realidade. Nós tentaremos fazer isso por eles.

3. O caráter dual do Estado Operário

A ditadura do proletariado é somente uma ponte entre as sociedades burguesa e socialista. Na sua essência, portanto, ela carrega um caráter temporário. Uma tarefa acidental, porém, central do Estado que realiza a ditadura do proletariado consiste em preparar-se para sua própria dissolução. O grau de realização dessa tarefa “acidental” é, de certo modo, uma medida do sucesso no cumprimento dessa missão fundamental: a construção de uma sociedade sem classes e sem contradições materiais. Burocracia e harmonia social são inversamente proporcionais.

Na sua famosa polêmica contra Dühring, Engels escreveu:

“Quando, juntos com a dominação de classe e a luta pela existência individual criada pela atual

anarquia da produção, esses conflitos e excessos que resultam dessa luta desaparecerem, desse período em diante não haverá mais nada para reprimir, e logo não haverá mais a necessidade de um aparelho especial de repressão, o Estado.”

O filisteu considera o gendarme uma instituição eterna. Na realidade, o gendarme irá dominar a espécie humana somente enquanto essa não dominar totalmente a natureza. Para que o Estado desapareça, a “dominação de classe e a luta pela existência individual” devem desaparecer. Engels junta essas duas concepções e conclui que, na perspectiva da sucessão de regimes sociais, umas poucas décadas não contam muito. Mas as coisas aparecem de forma diferente para essas gerações que suportam o peso de uma revolução. É fato que a anarquia capitalista cria a luta de um contra todos, mas o problema é que a socialização dos meios de produção não remove automaticamente a “luta pela existência individual”. Esse é o cerne da questão!

Um Estado socialista, mesmo na América, sobre a base do mais avançado capitalismo, não poderia prover imediatamente a todos o tanto que cada um necessita, e deveria portanto ser compelido a impelir cada um a produzir o máximo possível. O dever do estimulador nessas circunstâncias naturalmente recai sobre o Estado, o qual, por sua vez, não pode nada a não ser recorrer, com várias mudanças e suavizações, ao método do pagamento de acordo com a quantidade e qualidade do trabalho, feito pelo capitalismo. Foi nesse sentido que Marx escreveu em 1875:

“A lei burguesa... É inevitável na primeira fase da sociedade comunista, na forma em que essa nasce a partir das dores do trabalho da sociedade capitalista. A lei não pode ser jamais mais avançada que a estrutura econômica e o desenvolvimento cultural de uma sociedade (por sua vez, condicionado por aquela estrutura)”.

Explicando essas linhas excepcionais, Lenin acrescenta:

“A lei burguesa, em relação à distribuição dos produtos de consumo pressupõe, é claro, inevitavelmente um Estado burguês, para o qual a lei não é nada senão um aparato capaz de tornar convincente o cumprimento de suas normas. Daí segue (ainda estamos citando Lenin) que sob o Comunismo não somente a lei burguesa vai sobreviver por um certo tempo, mas também mesmo um Estado burguês sem a burguesia!”

A conclusão altamente significativa, completamente ignorada pelos atuais teóricos oficiais, tem um significado decisivo para a compreensão da natureza do Estado soviético – ou, mais precisamente, para uma primeira aproximação de tal compreensão. Enquanto o Estado que assume a tarefa da transformação socialista está compelido a defender a desigualdade – isto é, os privilégios materiais de uma minoria – por métodos de coação, enquanto faz isso se mantém um Estado “burguês”, mesmo que sem uma burguesia. Essas palavras não contêm nem louvor nem censura; elas chamam as coisas pelos seus nomes verdadeiros.

As normas burguesas de distribuição, por meio de acelerar o crescimento da potência material, devem servir aos fins socialistas – mas somente em última análise. O Estado assume diretamente e desde o começo um caráter dual: socialista, enquanto defender a propriedade social dos meios de produção; burguês, enquanto a distribuição dos bens de consumo é levada com medidas capitalistas de valor e todas as consequências que daí decorrem. Tal caracterização contraditória pode horripilar os dogmáticos e os escolásticos; nós somente podemos oferece-los nossos pêsames.

A fisionomia final do Estado Operário deve ser determinada pelas relações dinâmicas entre as suas tendências burguesa e socialista. O triunfo da

última deveria ipso facto(1) significar a liquidação final do gendarme – isto é, a dissolução do Estado numa sociedade autogerida. Disso somente já fica suficientemente claro o quão imensuravelmente significativo é o problema do burocratismo soviético, tanto em si mesmo como quanto um sistema!

É porque Lenin, de acordo com a sua têmpera intelectual tomada de conjunto, deu uma expressão extremamente aguda para a concepção de Marx, que revelou a fonte das futuras dificuldades, as suas próprias entre elas, embora ele mesmo não sucedeu sua análise até o fim. “Um Estado burguês sem uma burguesia” mostrou-se inconsistente com uma democracia soviética genuína. O papel duplo do Estado não poderia deixar de afetar a sua estrutura. A experiência revelou que a teoria não foi capaz de prever claramente. Se para a defesa da propriedade socializada contra a contrarrevolução burguesa um “Estado de trabalhadores armados” era completamente adequado, a situação era bem diferente se a tarefa era regular as desigualdades na esfera do consumo. Aqueles despojados de propriedade não estão inclinados a criá-la e defende-la [a lei burguesa, N.T.]. A maioria não vai preocupar-se com os privilégios da minoria. Para a defesa da “lei burguesa” o Estado operário foi forçado a criar um instrumento de tipo “burguês” – isto é, o mesmo velho gendarme, embora num novo uniforme.

Nós alcançamos assim os primeiros passos rumo a uma compreensão das contradições fundamentais entre o programa bolchevique e a realidade soviética. Se o Estado não desaparece, mas cresce mais e mais despoticamente, se os plenipotenciários da classe trabalhadora viram burocratas, e a burocracia sobe acima da nova sociedade; isso não acontece por razões secundárias como os restos psicológicas do passado, etc., mas é um resultado da necessidade férrea de dar à luz e sus-

tentar uma minoria privilegiada partindo de que é impossível a garantia de uma igualdade real.

As tendências de burocratismo, as quais estrangulam o movimento dos trabalhadores nos países capitalistas, deverão em todos os lugares mostrar suas caras mesmo depois de uma revolução proletária. Porém é perfeitamente óbvio que o quanto mais pobre é a sociedade que dá à luz uma revolução, a mais severa e crua será a expressão dessa “lei”, o mais rude serão as formas assumidas pelo burocratismo, e mais perigosas serão essas para o desenvolvimento socialista. O Estado soviético está impedido não só de desaparecer, mas mesmo de se livrar do parasita burocrático, não pelos “restos” das antigas classes dominantes, como declara a crua doutrina política de Stálin, pois essas sobras são impotentes em si mesmas. Esse Estado está impedido por fatores imensuravelmente mais poderosos, como a escassez material, o atraso cultural e a resultante dominação da “lei burguesa” – a qual mais imediata e agudamente toca cada ser humano, o objetivo de assegurar a sua existência pessoal.

4. Gendarme e escassez generalizada

Dois anos antes do Manifesto Comunista, o jovem Marx escrevia:

“Um desenvolvimento das forças produtivas é a premissa prática absolutamente necessária [ao Comunismo] pois sem isso a escassez é generalizada e com a escassez a luta pela necessidade começa novamente, e isso significa que toda a luta pela existência individual vai voltar”.

Marx nunca desenvolveu essa ideia diretamente, e não por razões acidentais: ele nunca previu uma revolução proletária num país atrasado. Lenin também não se alongou nisso, e isso também não foi acidental. Ele nunca previu um isolamento tão prolongado do Estado soviético. Não obstante, a citação, meramente uma construção abstrata de Marx, uma inferência do oposto, nos

dá uma chave teórica indispensável para o conjunto das dificuldades e enfermidades concretas do regime soviético. Na base histórica da penúria, agravada pela destruição das guerras imperialista e civil, a “luta pela existência individual” não somente não desapareceu no dia em que a burguesia foi derrotada, e não somente não diminuiu nos anos subsequentes, mas, ao contrário, por vezes assumiu uma selvageria sem precedentes. Devíamos nós lembrar de que certas regiões do país tinham ido duas vezes às vias do canibalismo?

A distância separando a Rússia czarista do Ocidente pode ser realmente apreciada só agora. Nas condições mais favoráveis – isto é, na ausência de distúrbios internos e catástrofes externas – vários períodos quinquenais seriam necessários antes que a União Soviética pudesse assimilar completamente essas conquistas econômicas e educacionais sobre as quais as primeiras nações da civilização capitalista gastaram séculos. A aplicação dos métodos socialistas para a resolução de problemas pré-socialistas – esta é a essência da tarefa atual no terreno econômico e cultural na União Soviética.

A União Soviética, com certeza, mesmo hoje excede, em matéria de forças produtivas, os países mais avançados na época de Marx. Porém, em primeiro lugar, a rivalidade histórica de dois regimes não é tanto uma questão de níveis absolutos como de relativos: a economia soviética opõe o capitalismo de Hitler, Baldwin e Roosevelt, não o de Bismarck, Palmerston ou Abraham Lincoln. E em segundo lugar, a extensão das demandas humanas muda fundamentalmente com o crescimento da técnica mundial. Os contemporâneos de Marx não conheciam nada de automóveis, rádios, filmes e aviões. Uma sociedade socialista, entretanto, é impensável sem um usufruto livre desses bens.

“O estágio inferior do comunismo”, para empregar o termo de Marx, começa no nível do qual

o país capitalista mais avançado chegou. O programa real do plano quinquenal soviético vindouro, entretanto, é “empalmar com a Europa e América. “A construção de uma rede de rodovias e estradas de asfalto no terreno desmedido da União Soviética irá requerer muito mais tempo e material que transplantar fábricas de automóveis da América, ou mesmo adquirir sua técnica. Quantos anos são necessários para que cada cidadão soviético possa utilizar um automóvel em qualquer direção que quiser, enchendo o tanque sem dificuldade em qualquer via? Na sociedade bárbara o cavaleiro e o pedestre constituíam duas classes. O automóvel diferencia a sociedade não menos que o cavalo de sela. Enquanto um modesto “Ford” permanecer o privilégio de uma minoria, aí sobrevivem todas as relações e costumes próprios a uma sociedade burguesa. E junto com eles sobrevive o guardião da desigualdade, o Estado.

Baseando-se completamente sobre a teoria marxista da ditadura do proletariado, Lenin não teve êxito, como dissemos, nem na sua obra prima dedicada à questão (O Estado e a Revolução), nem no programa do partido, em traçar as conclusões necessárias quanto ao caráter do Estado dado atraso econômico e o isolamento do país. Explicando o renascimento do burocratismo pelo desconhecimento das massas da administração e das dificuldades especiais resultantes da guerra, o programa prescrevia meramente medidas políticas para superar as “distorções burocráticas”: eleições e revogação a qualquer momento para todos os plenipotenciários, abolição dos privilégios materiais, controle ativo pelas massas, etc. Foi assumido que ao longo desse caminho o burocrata, de chefe, iria se tornar numa pessoa simples e além do mais agente técnico temporário, e o Estado iria gradualmente e imperceptivelmente desaparecer de cena.

A subestimação óbvia das dificuldades é explicada pelo fato de que o programa era baseado inteiramente sobre uma perspectiva internacional. “A revolução de outubro na Rússia tem realizado a ditadura do proletariado... A era da revolução comunista proletária mundial começou”. Essas eram as linhas introdutórias do programa. Seus autores não somente não deram a si o fim de construir “o socialismo num só país” – essa ideia não tinha entrado na cabeça de ninguém à época, muito menos na de Stalin – porém eles também não tocaram a questão de qual caráter o Estado soviético iria assumir, se forçado a, ao longo de duas décadas, resolver em isolamento os problemas culturais e econômicos que o capitalismo avançado tinha resolvido há tanto tempo.

A crise revolucionária do pós-guerra não levou à vitória do socialismo na Europa. Os social-democratas salvaram a burguesia. Aquele período, que Lenin e seus colegas caracterizavam como um “alívio momentâneo”, se estendeu por toda uma época histórica. A estrutura social contraditória da União Soviética, e o caráter ultra-burocrático do seu Estado, são consequências diretas dessa única e “imprevista” dificuldade histórica, a qual ao mesmo tempo levou os países capitalistas à reação fascista ou pré-fascista.

Enquanto a primeira tentativa de criar um Estado livre de burocratismo revelou-se infrutífera, em primeiro lugar, pela estranheza das massas com um autogoverno, a falta de trabalhadores qualificados dedicados ao socialismo, etc., ela bem cedo, após essas primeiras dificuldades, encontrou outras mais profundas. A redução do Estado a funções de “recenseamento e controle”, com uma contínua diminuição das funções de coação, exigida pelo programa do partido, assumia pelo menos uma condição de relativa satisfação geral. Só essa condição é que faltava. Nenhuma ajuda veio do Ocidente. O poder dos soviéticos democráticos sentiu dores, insuportáveis mesmo,

quando a tarefa do dia era alocar esses grupos privilegiados cuja existência era necessária para a defesa, indústria, técnica e ciência. Nessa operação claramente nada “socialista”, pegando de dez e dando a um, cristalizou-se e desenvolveu-se uma casta poderosa de especialistas na distribuição.

Como e por que, entretanto, os enormes sucessos econômicos do período recente não levaram a uma atenuação, mas ao contrário a um agravamento, das desigualdades e ao mesmo tempo a um crescimento ainda maior do burocratismo, tal que de uma “distorção” este virou hoje um sistema de administração? Antes de tentar responder a essa questão, deixemo-nos ouvir como os líderes autorizados da burocracia soviética veem o próprio regime.

5. A “vitória completa do socialismo” e a “consolidação da ditadura”

Tem havido vários anúncios durante os últimos anos sobre a “vitória completa” do socialismo na União Soviética – estabelecendo conexões categóricas com a “liquidação do Kulak como classe”. Em 30 de janeiro de 1931, o Pravda, interpretando um discurso de Stálin, disse: “Durante o segundo período quinquenal, os últimos restos dos elementos capitalistas na nossa economia foram liquidados” (itálico nosso). Partindo desse ponto de vista, o Estado deveria, como conclusão, desaparecer no mesmo período, pois onde “os últimos restos” do capitalismo foram liquidados, o Estado não tem nada a fazer.

“O poder soviético”, diz o programa do partido bolchevique sobre este assunto, “abertamente reconhece a inevitabilidade do caráter de classe de todo Estado, enquanto que a divisão da sociedade em classes, e com isso todo poder estatal, não tiver desaparecido por completo”.

Entretanto, quando teóricos moscovitas desavisados tentam, da liquidação dos “últimos restos” do capitalismo, inferir o desaparecimento do

Estado, a burocracia imediatamente declara tais teorias de “contrarrevolucionárias”.

Aonde reside o erro teórico da burocracia – na premissa básica ou na conclusão? Numa e na outra. Ao primeiro anúncio da “vitória completa”, a Oposição de Esquerda respondeu: vocês não devem se limitar às formas de relação sócio-jurídicas, as quais são imaturas, contraditórias, na agricultura ainda bastante instáveis, abstraindo do critério fundamental: o nível das forças produtivas. As formas jurídicas mesmas têm um conteúdo social essencialmente diferente dependendo da amplitude do nível técnico. “A lei nunca pode estar acima da estrutura econômica e do nível cultural condicionantes.” (Marx) As formas soviéticas de propriedade na base das mais modernas conquistas da técnica americana transplantadas em todos os ramos da vida econômica – isto seria de fato o primeiro estágio do socialismo. As formas soviéticas com uma baixa produtividade do trabalho significam somente um regime de transição cujo destino a história ainda não selou.

“Não é monstruoso?” – escrevíamos em março de 1932. “O país não consegue sair de uma escassez de alimento. Existe uma interferência no abastecimento a cada passo. Às crianças falta leite. Mas os oráculos oficiais proclamam: ‘O país entrou na época do socialismo!’ Seria possível comprometer o nome do socialismo de forma mais brutal?” Karl Radek, hoje um publicista proeminente dos círculos soviéticos dirigentes(2), esquivou-se destes apontamentos num jornal liberal alemão, Berliner Tageblatt, numa matéria especial dedicada à União Soviética (Maio de 1932), nas seguintes palavras que merecem tornarem-se imortais:

“Leite é um produto de vacas e não de socialismo, e você deveria realmente confundir socialismo com a imagem de um país com rios que fluem leite, se não entender que um país pode avançar por um tempo para um maior nível de desen-

volvimento sem nenhum avanço substancial na situação material das massas populares.”

Essas linhas foram escritas enquanto uma fome terrível corroía o país.

O socialismo é uma estrutura planificada até o fim para a melhor satisfação das necessidades humanas; se é outra coisa, não merece o nome de socialismo. Se as vacas são socializadas, porém há muito poucas delas, ou elas têm úberes muito parcos, então conflitos surgirão por causa do abastecimento inadequado de leite – conflitos entre a cidade e o campo, entre camponeses de coletivos e individuais, entre diferentes estratos do proletariado, entre o conjunto do povo pobre e a burocracia. De fato, foi a socialização das vacas o que levou à sua exterminação em massa pelos camponeses. Conflitos sociais criados pela miséria podem, em seu momento, levar a uma ressurreição de “todo o lixo capitalista.” Isto era, em essência, a nossa resposta.

O 7º Congresso da Internacional Comunista, numa resolução de 29 de agosto de 1935, solenemente afirmou que somando os sucessos das indústrias nacionalizadas, a conquista da coletivização, a expulsão dos elementos capitalistas e a liquidação do Kulak como classe, “a vitória final e irrevogável do socialismo e o reforço do Estado da ditadura do proletariado, foram conseguidos na União Soviética”. Com todo esse tom categórico, essa declaração da Internacional Comunista é contraditória de cima a baixo. Se o socialismo triunfou “final e irrevogavelmente”, não a princípio mas como um regime social dinâmico, então um renovado “reforço” da ditadura do proletariado é obviamente um contrassenso. E, ao contrário, se um reforço da ditadura é evocado pelas necessidades reais do regime, isso significa que a vitória do socialismo é ainda remota. Não somente um marxista, mas qualquer analista político realista, deve entender que a real necessidade de “reforçar” a ditadura – isto é, a repressão gover-

namental – atesta não uma vitória de uma harmonia sem classes, mas o crescimento dos antagonismos sociais. O que reside no topo de tudo isso? Falta de meios de subsistência dada a baixa produtividade do trabalho.

Uma vez Lenin caracterizou o socialismo como “o poder dos soviets mais a eletrificação”. Esta epigrama, cuja unilateralidade era devida aos fins de propaganda do momento, assumia ao menos, como um ponto de partida mínimo, o nível capitalista de eletrificação. Atualmente na União Soviética há 1/3 de energia elétrica por pessoa do que há nos países capitalistas. Se leva-se em consideração que os soviets deram lugar nesse meio tempo a uma máquina política que é independente das massas, a Internacional Comunista não tem nada a declarar exceto que o socialismo é poder burocrático mais 1/3 de eletrificação capitalista. Tal definição seria fotograficamente precisa, mas para o socialismo não é o bastante! Num discurso para os Stakhanovistas em novembro de 1935, Stálin, obediente aos fins empíricos da conferência, inesperadamente anunciou:

“Por que poderia e deveria e necessariamente irá o socialismo conquistar o sistema capitalista de economia? Porque aquele pode dar ... uma maior produtividade do trabalho”.

Incidentalmente rejeitando a resolução da Internacional Comunista adotada três meses antes sobre a mesma questão, e também suas próprias declarações frequentemente repetidas, Stálin aqui fala da “vitória” do socialismo no tempo futuro. O socialismo irá conquistar o sistema capitalista, diz ele, quando ultrapassá-lo em produtividade do trabalho. Não somente os tempos dos verbos mas o critério social muda, como vemos, de instante a instante. Certamente não é fácil ao cidadão soviético manter-se em dia com a “linha geral”.

Finalmente, em 1º de março de 1936, numa entrevista com Roy Howard, Stálin ofereceu uma nova definição do regime soviético:

“A organização social que nós criamos pode ser chamada de organização socialista soviética, ainda não completamente finalizada, mas na essência uma organização socialista da sociedade”.

Nessa (propositalmente) vaga definição existem quase tantas contradições quanto palavras. A organização social é chamada de “socialista soviética”, mas os soviets são uma forma de Estado, e o socialismo um regime social. Estas designações são não somente não idênticas como, do ponto de vista do nosso interesse, antagônicas. Enquanto a organização social ter se tornado socialista, os soviets deveriam sair assim como o andaime após o edifício estar concluído. Stálin introduz uma correção: o socialismo ainda “não está completamente finalizado”. O que “não completamente” significa? Uns 5 por cento ou 75 por cento? Isto eles não nos explicam, assim como não nos falam o que querem dizer com “na essência uma organização socialista da sociedade”. Querem dizer formas de propriedade ou técnica? O misticismo da definição, entretanto, implico num recuo em relação à fórmula imensuravelmente mais categórica de 1931-35. Um passo à frente ao longe do mesmo caminho levaria ao reconhecimento de que a “essência” de toda organização social é composta pelas forças produtivas, e que a essência soviética é exatamente o que não é o bastante para o tronco e a folhagem socialistas: o bem-estar humano.

IV ENCONTRO TEMÁTICO**O Termidor Soviético****Capítulo V – A Revolução Traída****Leon Trotsky, 1936****Porque Venceu Stalin?**

O historiador da URSS não poderá deixar de concluir que a política da burocracia dirigente foi contraditória nas grandes questões e caracterizada por uma série de zig-zagues. A explicação ou a justificação destes zig-zagues pela "mudança de circunstâncias" é visivelmente inconsistente. Governar é, pelo menos numa certa medida, prever. A facção de Stalin de modo algum previu os inevitáveis resultados do desenvolvimento que, por várias vezes, a prostaram. Ela reagiu por meio de reflexos administrativos, criando a posteriori a teoria das suas reviravoltas, sem se inquietar com o que ensinara na véspera. Os incontestáveis fatos e documentos obrigarão igualmente o historiador a concluir que a Oposição de Esquerda fez, a respeito das evoluções em curso no país, uma análise infinitamente mais justa e previu com maior exatidão o seu curso ulterior.

Esta afirmação parece, à primeira vista, em contradição com o simples fato de ter sido a facção do partido menos capaz de prever e alcançar incessantes vitórias, enquanto o grupo mais perspicaz caminhava de derrota em derrota. Esta objeção, que por si mesma se apresenta ao espírito, só é convincente para quem, ao aplicar o pensamento racional à política, mais não vê que um debate lógico ou uma partida de xadrez. Ora, a luta

política -é, no fundo, a dos interesses e das forças, não dos argumentos. A qualidade dos dirigentes de modo algum é indiferente aos êxitos dos combates, mas não é o único fator nem mesmo o fator decisivo. Os campos adversários exigem, por outro lado, chefes à sua imagem.

Se a revolução de Fevereiro conduziu ao poder Kerensky e Tseretelli, não foi por estes terem sido "mais inteligentes" ou "mais hábeis" que a camarilha governante do Czar, mas sim porque representaram, pelo menos temporariamente, as massas populares revolucionárias insurgidas contra o antigo regime. Se Kerensky pôde obrigar Lênin a ir para a ilegalidade e atirou para prisão outros chefes bolcheviques, não foi porque as suas qualidades pessoais o fizessem superior, mas porque a maioria dos operários e dos soldados, durante esses dias, ainda seguia a pequena burguesia patriota. A "superioridade" pessoal de Kerensky, se este termo não se encontra deslocado, residia precisamente em não ver mais longe que a grande maioria. Por sua vez, os bolcheviques venceram a democracia pequeno-burguesa, não graças à presciência dos seus chefes, mas graças a um reagrupamento das forças, tendo por fim o proletariado conseguido arrastar contra a burguesia o campesinato descontente.

A continuidade das etapas da grande Revolução Francesa, tanto na maré crescente como no declínio, mostra de maneira igualmente convincente que a força dos "chefes" e dos "heróis" residia antes de tudo na sua concordância com o caráter das classes e das camadas sociais que os apoiavam; só esta correspondência, e não qualquer superioridade absoluta, permitiu a cada um marcar com a sua personalidade um certo período histórico. Existe na sucessão no poder dos Mirabeau, Brissot, Robespierre, Barras, Bonaparte, uma legitimidade objetiva infinitamente mais poderosa do que os traços particulares desses históricos protagonistas.

É por demais conhecido que todas as revoluções, até hoje, suscitaram posteriormente reações e mesmo contra-revoluções que, é certo, nunca conseguiram fazer regressar a nação ao ponto de partida, mas que lhe usurparam sempre a parte de leão das suas conquistas. Regra geral, os pioneiros, os iniciadores, os dirigentes que, no primeiro período, se encontraram à cabeça das massas, são as vítimas da primeira vaga da reação, enquanto se vêm aparecer em primeiro plano homens de segunda linha, unidos aos inimigos de ontem da revolução. Os duelos dramáticos dos grandes principais papeis na cena política ocultam mudanças nas relações entre as classes e - o que não é menos importante - profundas alterações da psicologia das massas, ainda na véspera revolucionárias.

Respondendo a numerosos camaradas que perguntavam com surpresa o que tinha acontecido à atividade do partido bolchevique e da classe operária, à sua iniciativa revolucionária ao seu orgulho plebeu, donde surgia, em vez destas qualidades, tanta vilania, tanta cobardia, pusilanimidade e arrivismo, Rakovsky evocava as peripécias da Revolução Francesa do séc. XVIII e o exemplo de Babeuf que, ao sair da prisão de Abbaye, igualmente se perguntava com estupefação em que se

tinha transformado o heroico povo dos arrabaldes de Paris. A revolução é uma grande devoradora de energias individuais e coletivas. Os nervos não aguentam, as consciências vergam-se, os caracteres consomem-se. Os acontecimentos marcham demasiado depressa para que o afluxo de novas forças possa compensar os desperdícios. Assim, a fome, o desemprego, a perda dos quadros da revolução, a eliminação das massas dos postos dirigentes tinha provocado uma tal anemia física e moral nos arrabaldes que mais de trinta anos foram necessários para que de novo se levantassem.

A afirmação axiomática dos publicistas soviéticos, segundo a qual as leis das revoluções burguesas são "inaplicáveis" à revolução proletária, é desprovida de qualquer conteúdo científico. O caráter proletário da revolução de Outubro resulta da situação mundial e de uma certa relação de forças no interior. Mas, na Rússia, as classes tinham-se formado no seio da barbárie czarista e de um capitalismo atrasado, e não tinham sido preparadas de encomenda para a revolução socialista. Muito pelo contrário: foi precisamente porque o proletariado russo, em muitos aspectos, ainda atrasado, conseguiu dar o salto em alguns meses, sem precedentes na história, de uma monarquia semi-feudal para uma ditadura socialista, que a reação foi obrigada, inelutavelmente, a fazer valer os seus direitos no interior das próprias fileiras. Ela cresceu no decurso das guerras que se seguiram. As condições externas e os acontecimentos alimentaram-na sem cessar. A uma intervenção sucedia outra. Os países do Ocidente não forneciam uma ajuda direta. Em vez do esperado bem-estar, o país viu instalar-se, por muito tempo, a miséria. Os mais notáveis representantes da classe operária tinham desaparecido durante a guerra civil ou, subindo alguns degraus, tinham-se desligado das massas. Assim sobreveio, após uma prodigiosa tensão de forças, de esperanças e de

apreensões de Lênin encontravam-se ainda frescas na sua memória e ela não tinha ilusões quanto à sua força para se opor aos ventos e às correntes contrárias da História.

A burocracia não venceu unicamente a Oposição de Esquerda, venceu igualmente o partido bolchevique, venceu o programa de Lênin, que apontava como perigo principal a transformação dos órgãos do Estado "de servidores da sociedade em senhores da sociedade". A burocracia venceu todos os seus adversários - a oposição, o partido de Lênin - não com a ajuda de argumentos e de ideias, mas esmagando-os sob o seu próprio peso social. A retaguarda de chumbo mostrou-se mais pesada que a cabeça da revolução. Esta é a explicação do Termidor soviético.

A Degenerescência do Partido Bolchevique

O partido bolchevique tinha preparado e obtido a vitória de Outubro. Tinha construído o Estado soviético dando-lhe uma firme ossatura. A degenerescência do partido foi a causa e a consequência da burocratização do Estado. Importa mostrar, pelo menos brevemente, como as coisas se passaram.

O regime interno do partido bolchevique é caracterizado pelos métodos do centralismo democrático. A união destas duas noções não implica qualquer contradição. O partido velava para que as suas fronteiras se mantivessem estritamente delimitadas, mas entendia que todos os que penetrassem no interior destas fronteiras deviam usufruir realmente o direito de determinar a orientação da sua política. A livre crítica e a luta de ideias formavam o conteúdo intangível da democracia do partido. A doutrina stalinista, que proclama a incompatibilidade do bolchevismo com a existência de facções, encontra-se em desacordo com os fatos. É um mito da decadência. A história do bolchevismo é, na realidade, a da luta de

facções. E como poderia uma organização autenticamente revolucionária, que apresenta como fim revolver o mundo e reúne sob os seus estandartes, inconformistas, revoltados e combatentes cheios de temeridade, viver e crescer sem conflitos ideológicos, sem agrupamentos, sem formações temporárias?

A clarividência da direção do partido conseguiu bastantes vezes atenuar e abreviar as lutas de facção mas não podia fazer mais. O Comitê Central apoiava-se sobre esta base efervescente e dela recebia a audácia para decidir e ordenar. A manifesta justeza das suas ideias em todas as etapas críticas conferia-lhe uma elevada autoridade, precioso capital moral da centralização.

O regime do partido bolchevique, sobretudo antes da tomada do poder, encontrava-se pois nas antípodas do da Internacional Comunista posterior, com os seus "chefes" hierarquicamente nomeados, as suas reviravoltas executadas por imposição, os seus "bureaux" incontrolláveis, o seu desdém pela base, o seu servilismo para com o Kremlin. Nos primeiros anos que se seguiram à tomada do poder, quando o partido começava a cobrir-se com a ferrugem burocrática, qualquer bolchevique, e Stalin como outro qualquer, teria apontado como infame caluniador quem quer que tivesse projetado na tela a imagem do partido tal como viria a tornar-se dez ou quinze anos mais tarde.

Lênin e os seus colaboradores tiveram como principal desígnio invariável preservar as fileiras do partido bolchevique das taras do poder. Contudo, a estreita conexão e, por vezes, a fusão dos órgãos do partido e do Estado causaram, desde os primeiros anos, um certo prejuízo à liberdade e à elasticidade do regime interno do partido. A democracia estreitava-se à medida que as dificuldades aumentavam. O partido quis e esperou, de início, conservar no quadro dos soviets a liberdade

de lutas políticas. A guerra civil trouxe a esta esperança um severo corretivo. Os partidos da oposição foram, um após outro, suprimidos. Os chefes do bolchevismo viram nestas medidas, em evidente contradição com o espírito da democracia soviética, não decisões de princípio, mas episódicas necessidades de defesa.

O rápido crescimento do partido governante face à novidade e imensidade das tarefas, criava inevitavelmente divergências de ideias. As correntes de oposição, subjacentes no país, exerciam de diversos modos pressão sobre o único partido legal, agravando a aspereza das lutas de facção. Para o final da guerra civil, esta luta revestiu formas tão vivas que ameaçou abalar o poder. Em Março de 1921, no momento da sublevação de Kronstadt, que arrastou não poucos bolcheviques, o X Congresso do partido viu-se obrigado a recorrer à interdição de facções, isto é, a estender à vida interna do partido dirigente o regime político do Estado. A interdição de facções era concebida, repetimo-lo, como medida excepcional, a cair em desuso logo após as primeiras melhorias da situação. O Comitê Central mostrava-se, aliás, extremamente circunspeto na aplicação da nova lei e, sobretudo, desejoso de não abafar a vida interna do partido.

Mas o que, nas intenções iniciais, mais não era do que um tributo pago, por necessidade, a penosas circunstâncias, foi de encontro ao gosto da burocracia, que começou a considerar a vida interna do partido sob o ângulo exclusivo da comodidade dos governantes. Desde 1922, tendo a sua saúde momentaneamente melhorado, Lênin assustou-se com o crescimento ameaçador da burocracia e preparou uma ofensiva contra a facção de Stalin, que se tinha tornado o sustentáculo do aparelho do partido antes de se apoderar do aparelho de Estado. O segundo ataque, e depois a morte, não lhe deram a possibilidade de lançar as suas forças contra as da burocracia.

Todos os esforços de Stalin, com o qual seguiam, nessa altura, Zinoviev e Kamenev, dirigiram-se deste então para a libertação do aparelho do partido do controle dos seus membros. Stalin foi, nesta luta pela "estabilidade" do Comitê Central, mais conseqüente e mais firme do que os seus aliados. Não precisava de se desviar dos problemas internacionais dos quais nunca se tinha ocupado. A mentalidade pequeno-burguesa da nova camada dirigente era a sua. Acreditava profundamente que a construção do socialismo era de ordem nacional e administrativa. Considerava a Internacional Comunista como um mal necessário de que necessitava, enquanto dela pudesse tirar partido para questões de política externa. O partido só tinha sentido a seus olhos como a obediente base das secretarias do Estado.

Simultaneamente com a teoria do socialismo num só país, uma outra teoria foi formulada, para uso da burocracia, segundo a qual, para o bolchevismo, o Comitê Central é tudo, o partido não é nada. Esta segunda teoria foi, em todo o caso, realizada com muito mais êxito que a primeira. Aproveitando a morte de Lênin, a burocracia iniciou a campanha de recrutamento chamada de "promoção de Lênin". As portas do partido, até então bem guardadas, escancararam-se completamente: os operários, os empregados, os funcionários, para ela se precipitaram em massa. Politicamente, tratava-se de reabsorver a vanguarda revolucionária num material humano desprovido de experiência e de personalidade, mas, em contrapartida, acostumado a obedecer aos chefes. Este desígnio foi alcançado, libertando a burocracia do controle da vanguarda proletária, a "promoção de Lênin" desferiu um golpe mortal no partido de Lênin. Os comitês tinham conquistado a independência que lhes era necessária. O centralismo democrático deu lugar ao centralismo burocrático. Os serviços do partido foram radicalmente remodelados. A obediência tornou-se a principal virtu-

ilusões, um longo período de fadiga, de depressão e desilusão. O refluxo do "orgulho plebeu" teve como corolário um afluxo de arrivismo e pusilanidade. Estas marés conduziram ao poder uma nova camada de dirigentes.

A desmobilização de um exército vermelho de cinco milhões de homens teve de representar, na formação da burocracia, um papel considerável. Os comandantes vitoriosos ocuparam importantes posições nos sovietes locais, na produção, nas escolas, e isto para fazer chegar, obstinadamente, a todo o lado, o regime que lhes tinha permitido vencer a guerra civil. As massas foram, por toda a parte, pouco a pouco, eliminadas da efetiva participação no poder.

Este fenômeno no seio do proletariado fez nascer grandes esperanças e uma grande segurança entre a pequena burguesia das cidades e dos campos que, chamada pela NEP a uma nova vida, se animava cada vez mais. A jovem burocracia, inicialmente formada para servir o proletariado, sentiu-se árbitro entre as classes. Ela tornou-se, mês após mês, mais autônoma.

A situação internacional evoluía poderosamente no mesmo sentido. A burocracia soviética ganhava em segurança à medida que a classe operária internacional sofria derrotas cada vez mais pesadas. Entre estes dois fatos, a relação não é unicamente cronológica, é causal e recíproca: a direção burocrática do movimento contribuía para as derrotas; as derrotas fortaleciam a burocracia. A derrota da insurreição búlgara e a ingloria retirada dos operários alemães em 1923, o fracasso de uma tentativa de sublevação na Estónia em 1924, a pérfida liquidação da greve geral na Inglaterra, a conduta indigna dos comunistas polacos quando do golpe de força de Pilsudski em 1926, a terrível derrota da revolução chinesa em 1927, as ainda mais graves derrotas que se seguiram na Alemanha e na Áustria -eis as catástrofes históri-

cas que minaram a confiança das massas na revolução mundial e permitiram à burocracia soviética elevar-se cada vez mais alto como um farol a indicar o caminho da salvação.

Para explicar as causas das derrotas do proletariado mundial no decurso dos treze últimos anos, o autor vê-se obrigado a remeter-se às suas obras precedentes, nas quais se esforçou por fazer ressaltar o funesto papel que, no movimento revolucionário de todos os países, representavam os dirigentes conservadores do Kremlin. Agora o que sobretudo nos interessa, é o edificante e incontestável fato de as contínuas derrotas da revolução na Europa e na Ásia, enfraquecendo a situação internacional da URSS, terem fortalecido extraordinariamente a burocracia soviética. Duas datas sobretudo são comemoráveis nesta série histórica. Na segunda metade de 1923, a atenção dos operários soviéticos concentrou-se com paixão na Alemanha onde o proletariado parecia lançar mão ao poder; a retirada em pânico do Partido Comunista alemão representou para as massas operárias da URSS uma penosa decepção. A burocracia soviética desencadeou imediatamente a sua campanha contra a "revolução permanente" e infligiu à Oposição de Esquerda a sua primeira e cruel derrota. Em 1926-1927, a população da URSS recebeu um novo afluxo de esperança; todos os olhares se voltaram desta vez para o Oriente onde se desenrolava o drama da revolução chinesa. A Oposição de Esquerda recompôs-se dos seus reveses e recrutou novos militantes. No final de 1927, a revolução chinesa foi torpedeada pelo carrasco Tchang-Kai-chek a quem os dirigentes da Internacional Comunista tinham entregado literalmente os operários e camponeses chineses. Uma onda gelada de desencantamento atravessou as massas da URSS. Após uma campanha frenética na imprensa e em reuniões, a burocracia decidiu-se por fim a proceder a prisões em massa de oposicionistas (1928).

Dezenas de milhares de militantes revolucionários tinham-se reunido, é certo, sob o estandarte dos bolchevique-leninistas; os operários consideravam a oposição com uma certa simpatia, mas uma simpatia que se mantinha passiva, pois ninguém acreditava que se pudesse modificar a situação pela luta. A burocracia dizia: "A oposição prepara-se para nos lançar uma guerra revolucionária pela revolução internacional. Basta de convulsões. Já merecemos algum repouso. Construiremos entre nós a sociedade socialista. Contai conosco, os vossos chefes!". Esta propaganda de repouso, cimentando o bloco dos funcionários e dos militares, encontrava sem dúvida algum eco entre os operários fatigados e mais ainda entre as massas camponesas. Perguntava-se se a oposição não estaria disposta a sacrificar os interesses da URSS pelo "revolução permanente". Eram de fato os interesses vitais da URSS que se encontravam em jogo. Em dez anos, a política errada da Internacional Comunista assegurava a vitória de Hitler na Alemanha, isto é, um grave perigo de guerra a ocidente; e uma não menos errada política fortificava o imperialismo japonês e aproximava, ao mais alto ponto, o perigo a leste. Mas os períodos de reação eram sobretudo caracterizados pela falta de coragem intelectual.

A oposição viu-se isolada. A burocracia malhava o feno enquanto este estava quente. Explorando a desordem e a passividade dos trabalhadores, lançando os mais atrasados contra os mais avançados, apoiando-se com um crescente descaçamento no kulak e, de modo igual, no aliado pequeno-burguês, a burocracia conseguiu, por alguns anos, vencer a vanguarda revolucionária do proletariado.

Seria ingenuidade pensar que Stalin, desconhecido das massas, tivesse saído de repente dos bastidores armado com um plano estratégico completo. Não. Antes que ele próprio tivesse entrevisto o seu caminho, a burocracia já o tinha

escolhido. Ele apresentava-lhe todas as garantias desejáveis: o prestígio de um velho bolchevique, um caráter firme, um espírito tacanho, uma indissolúvel ligação com as repartições públicas, fonte única da sua influência pessoal. Stalin foi, no início, surpreendido pelo seu próprio êxito. Era a unânime aprovação de uma nova camada dirigente que procurava libertar-se tanto dos velhos princípios como do controle das massas e que tinha necessidade de um árbitro seguro nos seus assuntos internos. Figura de segundo plano para as massas e para a revolução, Stalin revelou-se o chefe incontestado da burocracia Termidoriana, o primeiro dos Termidorianos.

Cedo se constatou que a nova camada dirigente possuía as suas idéias, os seus sentimentos e, sobretudo, os seus interesses próprios. A esmagadora maioria dos burocratas da geração da época encontrava-se, durante a revolução de Outubro, do outro lado da barricada (é o caso, para só considerar os diplomatas soviéticos, de Troyanovsky, Maysky, Potemkine, Souritz, Khintchouk e outros) ou, no melhor dos casos, afastados da luta. Aqueles, dentre os burocratas de hoje, que durante os dias de Outubro, se encontravam com os bolcheviques, não ocupavam, na maioria dos casos, um papel importante, por menor que fosse. Quanto aos jovens burocratas, eram formados e selecionados pelos velhos e frequentemente saíam da sua prole. Estes homens não fizeram a revolução de Outubro. Mas encontraram-se melhor adaptadas para a explorar.

Os fatores individuais não deixaram, naturalmente, de exercer uma influência nesta sucessão de capítulos históricos. É certo que a doença e a morte de Lênin aceleraram o desenlace. Se Lênin tivesse vivido mais tempo, o avanço da força burocrática teria sido mais lento, pelo menos nos primeiros anos. Mas, em 1926, Kroupskaia dizia a opositoristas de esquerda: "Se Lênin fosse vivo, estaria certamente na prisão". As previsões e as

de do bolchevique. Sob o estandarte da luta contra a oposição, iniciaram-se as substituições de revolucionários por funcionários. A história do partido bolchevique tornou-se a da sua rápida degenerescência.

O significado político da luta em curso obscurecia-se consideravelmente pelo fato de os dirigentes das três tendências - a direita, centro e esquerda - pertencerem a um único estado-maior, o do Kremlin, o "comitê" político: os espíritos superficiais acreditavam em rivalidades pessoais, na luta pela "sucessão" de Lênin. Mas, sob uma ditadura de ferro, os antagonismos sociais só podiam realmente manifestar-se de início, através das instituições do partido governante. Também em França muitos dos Termidorianos saíram do partido jacobino, do qual Bonaparte começou por ser um dos aderentes; e foi entre os antigos jacobinos que o Primeiro Cônsul e futuro imperador dos franceses encontrou os seus mais fiéis servidores. Mudam os tempos. E os jacobinos, incluindo os do séc. XX, mudam com os tempos.

Do comitê político do tempo de Lênin ninguém mais resta que Stalin: dois dos seus membros, Zinoviev e Kamenev, que durante os longos anos da emigração foram os mais íntimos colaboradores de Lênin, cumprem, no momento em que escrevo, uma pena de dez anos de reclusão por um crime que não cometeram; três outros, Rykov, Boukarin e Tomsky foram completamente afastados do poder, embora se tenha recompensado a sua resignação concedendo-lhes funções de segundo plano; por fim, o autor destas linhas foi banido. A viúva de Lênin, Kroupskaia, é mantida sob suspeita, nunca tendo sabido, por mais esforços que tenha feito neste sentido, adaptar-se ao Termidor.

Os atuais membros do comitê político ocuparam, na história do partido bolchevique, lugares secundários. Se alguém tivesse profetizado a sua

subida nos primeiros anos da revolução, eles próprios ter-se-iam admirado. A regra segundo a qual o comitê político tem sempre razão, e que ninguém poderá ter razão, seja em que caso for, contra ele, é aplicada ainda com mais vigor. Mas o próprio comitê político não poderá ter razão contra Stalin que, não se podendo enganar, não pode por conseguinte, ter razão contra si próprio.

A reivindicação do regresso do partido à democracia foi, no seu tempo, a mais estimada e desesperada das reivindicações de todos os agrupamentos de oposição. A plataforma da Oposição de Esquerda de 1927 exigia a introdução, no código penal, de um artigo "punindo como grave crime contra o Estado toda e qualquer perseguição direta ou indireta contra um operário em virtude de críticas que pudesse ter formulado". Mais tarde, encontrou-se no código penal um artigo idêntico a aplicar à oposição.

Da democracia do partido, nada mais resta do que recordações em memória da velha geração. Com ela, a democracia dos soviets, dos sindicatos, das cooperativas, das organizações desportivas e culturais, volatilizou-se. A hierarquia dos secretários domina tudo e todos. O regime adquirira um caráter totalitário alguns anos antes que o termo nos viesse da Alemanha. "Com a ajuda de métodos desmoralizantes que transformam os comunistas pensantes em autômatos, liquidando a vontade, o caráter, a dignidade humana", escrevia Rakovsky em 1928, "a camarilha governante soube tornar-se numa oligarquia inamovível e inviolável; e substituir-se à classes e ao partido". Desde que foram escritas estas linhas indignadas, a degenerescência fez bastantes progressos. A GPU tornou-se o fator decisivo da vida interna do partido. Se Molotov pôde, em Março de 1936, felicitar-se perante um jornalista francês pelo fato de o partido governante já não conhecer lutas de facção, isto é devido unicamente ao fato de as divergências de opinião serem de ora avante reguladas pela

intervenção mecânica da polícia política. O velho partido bolchevique está morto, nenhuma força o poderá ressuscitar.

Paralelamente à degenerescência política do partido, acentuou-se a corrupção de uma burocracia que escapava a qualquer controle. Aplicada ao grande funcionário privilegiado, o termo "sovbour" - burguês soviético - entrou em boa hora no vocabulário operário. Com a NEP, as tendências burguesas beneficiaram de um campo mais favorável. Lênin punha em guarda o XI Congresso do partido, em Março de 1922, contra a corrupção dos meios dirigentes. "Mais de uma vez aconteceu na História", dizia ele, "ter o vencedor adotado a civilização do vencido, se esta era superior. A cultura da burguesia e da burocracia russas era miserável, sem dúvida. Mas as novas camadas dirigentes não são ainda superiores a essa cultura. Quatro mil e setecentos comunistas responsáveis dirigem em Moscou a máquina governamental. Quem dirige e quem é dirigido? Tenho muitas dúvidas que se possa dizer que são os comunistas quem dirige". Lênin nunca mais pôde tomar a palavra nos congressos do partido. Mas todo o seu pensamento, nos últimos meses da sua vida, se dirigiu para a necessidade de precaver e armar os operários contra a opressão, o arbítrio e a corrupção burocrática. Contudo, nunca chegou a observar senão os primeiros sintomas do mal.

Christian Rakovsky, antigo presidente do Conselho dos Comissários do Povo da Ucrânia, mais tarde Embaixador dos soviets em Londres e Paris; encontrando-se deportado, enviou a amigos seus, em 1928, um curto estudo sobre a burocracia, do qual já extraímos, mais acima, algumas linhas, pois continua a ser o que de melhor se escreveu sobre o assunto.

"No espírito de Lênin e no de todos nós o objetivo da direção do partido era precisamente preservar o partido e a classe operária da ação dis-

solvente dos privilégios, das vantagens e dos favores próprios do poder, preservá-los de qualquer aproximação da antiga nobreza e da antiga pequena-burguesia, da influência desmoralizante da NEP, da sedução dos hábitos burgueses e da sua ideologia. É necessário dizer francamente, claramente, bem alto, que esta tarefa não foi de modo algum cumprida pelos comitês do partido que deram provas, no seu duplo papel de preservação e educação, de uma incapacidade completa, falharam, faltaram ao dever".

É verdade que Rakovsky, esmagado pela repressão burocrática, negou mais tarde as suas críticas. Mas também o setuagenário Galileu foi obrigado, sob as tenazes da Santa Inquisição, a abjurar o sistema de Copérnico, o que de modo algum impediu que a Terra continuasse o seu movimento. Não acreditamos na abjuração do sexagenário Rakovsky, pois ele próprio fez mais de uma vez a análise implacável de abjuração deste gênero. Mas a sua crítica política encontrou nos fatos objetivos uma base bastante mais segura que na firmeza subjetiva do seu autor.

A conquista do poder não modificou unicamente a atitude do proletariado relativamente às outras classes, modificou igualmente a sua estrutura interna. O exercício do poder tornou-se a especialidade de um agrupamento social determinado, que procurava com a maior impaciência resolver a sua própria "questão social" e tanto mais quanto mais elevada era a idéia que possuía da sua missão. "No Estado proletário, onde a acumulação capitalista não é permitida aos membros do partido dirigente, a diferenciação é, de início, funcional, depois torna-se social. Não afirmamos que se torna uma diferenciação de classe, mas que se torna uma diferenciação social". E Rakovsky explica: "A posição social do comunista que tem à sua disposição um automóvel, uma boa habitação, licenças regulares e que recebe o salário máximo permitido pelo partido difere da do

comunista que, trabalhando nas minas de carvão, ganha 50 a 60 rublos por mês".

Enumerando as causas de degenerescência dos jacobinos no poder - o enriquecimento, os fornecimentos ao Estado, etc. - Rakovsky cita uma curiosa consideração de Babeuf sobre o papel apresentado nesta evolução pelas mulheres da nobreza, muito procuradas pelos jacobinos. "Que fazem vocês", exclama Babeuf, "infames plebeus? Hoje, elas abraçam-vos, decapitar-vos-ão amanhã". O recenseamento das esposas dos dirigentes, na URSS, fornecia um quadro análogo. Sosnovsky, conhecido jornalista soviético, apontava o papel do "factor auto-garagem" na formação da burocracia. É verdade que Sosnovsky, como Rakovsky, se arrependeu e regressou da Sibéria. Os hábitos da burocracia não foram melhorados. Pelo contrário, o arrependimento de um Sosnovsky prova os progressos da desmoralização.

Os velhos artigos de Sosnovsky, que outrora passavam em forma de manuscritos, de mão em mão, contêm precisamente inolvidáveis episódios da vida dos novos dirigentes mostrando bem até que ponto os vencedores assimilavam os hábitos dos vencidos. Sem regressarmos aos anos volvidos-tendo Sosnovsky, em 1934, trocado definitivamente o chicote por uma lira - limitemo-nos a exemplos recentes extraídos da imprensa soviética, escolhendo não os "abusos", mas os fatos ordinários, oficialmente admitidos pela opinião pública.

O diretor de uma fábrica moscovita, conhecido comunista, felicita-se no Pravda pelo desenvolvimento cultural da sua empresa. Um mecânico telefona-lhe: "Deseja que pare o martelo hidráulico ou que espere?- Respondo já, espera um momento". O mecânico fala-lhe com deferência, o diretor trata o mecânico por tu. E este diálogo indigno, impossível num país capitalista civiliza-

do, relata-o o próprio diretor como se fosse perfeitamente banal! A redação não lhe opôs qualquer objeção e nada comentou; os leitores não protestam, pois é hábito. Nós também não nos admiramos: nas audiências solenes do Kremlin, os "chefes" e os Comissários do Povo tratam por tu os seus subordinados, diretores de fábricas, presidentes de kolkhozes, contramestres e operários convidados para serem condecorados. Como não nos lembramos que uma das palavras de ordem revolucionárias mais populares sob o antigo regime exigia o fim do tratamento por tu dos subordinados pelos chefes?

Surpreendentes pelo seu à-vontade senhorial, os diálogos dos dirigentes do Kremlin com o "povo" atestam sem erro possível que, a despeito da revolução de Outubro, da nacionalização dos meios de produção, da coletivização e da "liquidação do kulak como classe", as relações entre os homens, e isto precisamente no vértice da pirâmide soviética, longe de se elevarem para o socialismo, não ascendem ainda, sob muitos aspectos, ao nível do capitalismo cultivado. Um enorme passo atrás foi dado neste importante domínio no decurso dos últimos anos, sendo o Termidor soviético, que deu a uma burocracia pouco culta uma completa independência, preservada de qualquer controle, e às massas a famosa diretiva do silêncio e da obediência, a causa incontestável da sobrevivência da velha barbárie russa.

Não pretendemos opor à abstração ditadura a abstração democracia para pesar as suas respectivas qualidades na balança da razão pura. Tudo é relativo neste mundo onde nada mais que a mudança existe de permanente. A ditadura do partido bolchevique foi, para a história, um dos mais poderosos instrumentos do progresso. Mas, como diz o poeta, Vernunft wird Unsinn, Wohltat Plage. (A razão é loucura, a felicidade tormento).

A interdição dos partidos de oposição acarre-

tou a interdição das facções; a interdição das facções conduziu à interdição de pensar de modo diferente do chefe infalível. O monolitismo policial do partido teve como conseqüência a impunidade burocrática, que se tornou por sua vez a causa de todas as variedades de desmoralização e de corrupção.

As Causas Sociais do Termidor

Definimos o Termidor soviético como a vitória da burocracia sobre as massas. Tentamos mostrar quais as condições históricas desta vitória. A vanguarda revolucionária do proletariado foi em parte absorvida pelos serviços do Estado e, pouco a pouco, desmoralizada, em parte destruída durante a guerra civil, em parte eliminada e esmagada. As massas, fatigadas e desiludidas, nada mais apresentavam do que indiferença pelo que se passava nos meios dirigentes. Estas condições, por mais importantes que sejam, de modo algum bastam para nos explicar como conseguiu a burocracia elevar-se acima da sociedade e tomar por muito tempo nas mãos os destinos desta; unicamente a sua vontade seria, em qualquer caso, insuficiente; a formação de uma nova camada social deve assentar em causas sociais mais profundas.

O cansaço das massas e a desmoralização dos quadros contribuíram igualmente, no séc. XVIII, para a vitória dos Termidorianos sobre os Jacobinos. Mas um mais profundo processus, orgânico e histórico, efetuava-se sob estes fenômenos, na realidade secundários. Os Jacobinos obtinham o seu apoio nas camadas inferiores da pequena burguesia, sublevadas pela vaga poderosa; ora a revolução do séc. XVIII, respondendo ao desenvolvimento das forças produtivas, não podia deixar de conduzir, por fim, ao poder a grande burguesia. O Termidor não foi senão uma das etapas desta inevitável evolução. Qual é pois a necessidade social que se exprime no Termidor soviético?

Tentamos, num capítulo anterior, fornecer

uma prévia explicação do triunfo do polícia. É-nos forçoso continuar agora a análise das condições da passagem do capitalismo para o socialismo e do papel que nessa passagem representa o Estado. Confrontemos uma vez mais a previsão teórica e a realidade. "É ainda necessário coagir a burguesia", escrevia Lênin em 1917, tratando do período que se devia seguir à conquista do poder, "mas o órgão de coação é já a maioria da população e não a minoria como até agora aconteceu. Neste sentido, o Estado começa a desaparecer". Como se exprime esse desaparecimento? Primeiro, porque, em vez de "instituições especiais pertencentes à minoria privilegiada" (funcionários privilegiados, comandos do exército permanente), a própria maioria pode "preencher" as funções de coação. Lênin formula, mais adiante, uma tese indiscutível em forma axiomática: "Quanto mais as funções do poder se tornarem as de todo o povo, menos esse poder é necessário". A abolição da propriedade privada dos meios de produção elimina a principal tarefa do Estado formado pela história: a defesa dos privilégios de propriedade da minoria contra a grande maioria.

O desaparecimento do Estado começa, segundo Lênin, no dia seguinte ao da expropriação dos expropriadores, isto é, antes que o novo regime tenha podido abordar as suas tarefas económicas e culturais. Cada êxito no cumprimento destas tarefas significa uma nova etapa da reabsorção do Estado na sociedade socialista. O grau desta reabsorção é o melhor índice da profundidade e da eficácia da edificação socialista. Poder-se-á formular o seguinte teorema sociológico: a coação exercida pelas massas no Estado operário é diretamente proporcional às forças que tendem para a exploração ou para a restauração capitalista e inversamente proporcional à solidariedade social e ao devotamento comum ao novo regime. A burocracia - por outros termos, "os funcionários, privilegiados e o comando do exército permanen-

te" - responde a uma variedade particular de coação que as massas não podem ou não querem aplicar e que se exerce, de um modo ou de outro, contra si próprias.

Se os soviets democráticos tivessem conservado até hoje a sua força e independência, mantendo o direito de recorrer à coação, dentro da medida que se passava no decurso dos primeiros anos, este fato teria bastado para nos inquietar seriamente. Qual não deverá ser a nossa inquietação face a uma situação em que os soviets das massas abandonaram definitivamente a cena, cedendo as suas funções coercitivas a Stalin, Lagoda e Cia!? E que funções coercitivas! Perguntemonos, para começar, qual a causa social desta vitalidade obstinada do Estado e, acima de tudo, da sua "gendarmização". A importância desta questão é por si própria evidente: de acordo com a resposta que lhe dermos, deveremos rever radicalmente as nossas ideias tradicionais sobre a sociedade socialista em geral, ou recusar, também radicalmente, as apreciações oficiais sobre a URSS.

Tiremos de um número recente de um jornal de Moscou a característica estereotipada do regime soviético atual, uma dessas características que diariamente se repetem e que os estudantes aprendem de cor. "As classes parasitas dos capitalistas, dos proprietários fundiários e dos camponeses ricos foram para sempre liquidadas na URSS, onde, por esta razão, se pôs para sempre fim à exploração do homem pelo homem, Toda a economia nacional tornou-se socialista e o crescente movimento Stakhanov prepara as condições da passagem do socialismo para o comunismo" (Pravda, 4 de Abril de 1936). A imprensa mundial da Internacional Comunista não diz outra coisa, como é devido. Mas se se pôs cobro "para sempre" à exploração, se o país se encontra realmente encaminhado na via do comunismo, isto é, na fase superior, nada mais resta à sociedade que abandonar, enfim, a camisa de forças do

Estado. Em vez disso - e existe aqui um contraste dificilmente concebível! - o Estado soviético toma um aspecto burocrático e totalitário.

Poder-se-á fazer ressaltar a mesma contradição fatal evocando a sorte do partido. A questão formula-se mais ou menos assim: porque se podia em 1917-1921, quando as antigas classes dominantes ainda resistiam, armas na mão, quando os imperialistas de todo o mundo efetivamente as sustentavam, quando os kulaks armados sabotavam a defesa e o abastecimento do país, discutir livremente, sem temor, no partido, todas as mais graves questões da política? Porque não se pode agora, após o fim da intervenção, após a derrota das classes de exploradores, os incontestáveis êxitos da industrialização, a coletivização da grande maioria dos camponeses, admitir a menor crítica ao comportamento de dirigentes inamovíveis? Por que razão todo o bolchevique que se atreva, conforme os estatutos do partido, a reclamar a convocação de um congresso, é imediatamente excluído? Qualquer cidadão que emita bem alto as suas dúvidas acerca da infalibilidade de Stalin serão imediatamente tratado como se fosse um conspirador terrorista. De onde vem este terrível, monstruosa, intolerável, força de repressão e do aparelho policial?

A teoria não é uma letra de câmbio que se possa, em qualquer altura, descontar. Se ela comete um erro, convém revê-la ou preencher as suas lacunas. Revelemos as forças sociais que fizeram nascer a contradição entre a realidade soviética e o marxismo tradicional. Em todo o caso, não se poderá errar nas trevas repetindo as frases rituais, talvez úteis para o prestígio dos chefes, mas que aviltam a realidade viva. Vê-lo-emos sem demora graças a um exemplo convincente.

O Presidente do Conselho dos Comissários do Povo declarava em Janeiro de 1936 ao executivo: "A economia nacional tornou-se socialista

(aplausos). Sob este aspecto, resolvemos o problema da liquidação das classes (aplausos): O passado deixa-nos ainda, contudo, elementos abertamente hostis, ruínas das classes outrora dominantes. Além disso, encontram-se entre os trabalhadores dos kolkhozes, funcionários do Estado, por vezes mesmo entre os operários, "minúsculos especuladores", "dilapidadoras dos bens do Estado e dos kolkhozes", "espalhadores de boatos anti-soviéticos, etc. Daqui decorre a necessidade de ainda fortalecer a ditadura." Contrariamente ao que Engels esperava, o Estado operário, em vez de se "desvanecer", deve tornar-se cada vez mais vigilante.

O quadro pintado pelo chefe do Estado soviético seria bastante animador se não encerrasse uma contradição mortal. O socialismo instalou-se definitivamente no país: "sob este aspecto" as classes foram aniquiladas (se o foram sob este aspecto, também o terão sido sob qualquer outro). Sem dúvida que a harmonia é aqui e ali perturbada pelas escórias e restos do passado. De qualquer modo, não se poderá pensar que indivíduos dispersos, privados de poder e propriedade, sonhando com a restauração do capitalismo, possam com "minúsculos especuladores" (não são mesmo simples especuladores!), derrubar a sociedade sem classes. Tudo se passa, parece, pelo melhor. Mas, mais uma vez, porque se exerce então a ditadura de ferro da burocracia?

Os sonhadores reacionários desaparecem pouco a pouco, é necessário acreditá-lo. Sovietes arquidemocráticos encarregar-se-iam perfeitamente dos "minúsculos especuladores" e dos "mexeriqueiros". "Não somos utopistas", replicava Lênin em 1917 aos teóricos burgueses e reformistas do Estado burocrático, "de modo algum contestamos a possibilidade e a inelutabilidade de excessos cometidos por indivíduos e, igualmente, a necessidade de reprimir esses excessos. Mas, para isso, não é de maneira nenhuma preciso um

aparelho especial de repressão; o povo armado bastará e com tanto desembaraço e facilidade quanto uma multidão civilizada separa homens prestes a baterem-se ou não deixa insultar uma mulher". Estas palavras parecem ter sido destinadas a refutar as considerações de um dos sucessores de Lênin na chefia do Estado. Estuda-se Lênin nas escolas da URSS, mas, visivelmente, não no Conselho dos Comissários do Povo. Ou então, a decisão com que um Molotov emprega, sem mesmo refletir, os argumentos contra os quais Lênin usou a sua acerada arma, não seria explicável. Flagrante contradição entre o fundador e os epígonos! Enquanto Lênin considerava possível, sem aparelho burocrático, a liquidação das classes exploradoras, Molotov, para justificar, após a liquidação das classes, a aniquilação de qualquer iniciativa popular pela máquina burocrática, nada de melhor encontra que a invocação dos "restos" das classes liquidadas!

Mas torna-se mais difícil alimentar-se destes "restos" quando, de acordo com a opinião dos representantes autorizados, os inimigos de classe de ontem são assimilados com êxito pela sociedade soviética. Postychev, um dos secretários do Comitê Central, disse no Congresso das Juventudes Comunistas em Abril de 1936: "Numerosos sabotadores arrependem-se sinceramente e juntaram-se às fileiras do povo soviético". Dado o êxito da coletivização, "os filhos dos kulaks não devem pagar pelos seus pais". E não é tudo: "O próprio Kulak, sem dúvida, já não acredita que possa recuperar hoje a sua situação de explorador na aldeia. Não foi sem razão que o governo iniciou a abolição das restrições legais resultantes das origens sociais". Mas se as afirmações de Postychev, aprovadas sem reserva por Molotov, significam alguma coisa, mais não poderá ser do que isto: a burocracia tornou-se um monstruoso anacronismo e a coação estatal já não tem finalidade no país dos soviets. Contudo, nem Molotov nem

Postychev admitem esta conclusão rigorosamente lógica. Preferem conservar o poder, mesmo contradizendo-se.

Na realidade eles não podem renunciar ao poder. Em termos objetivos: a atual sociedade soviética não pode passar sem o Estado, nem mesmo -numa certa medida- sem a burocracia. E não são os miseráveis restos do passado, mas as poderosas tendências do presente que criam esta situação. A justificação do Estado soviético, considerado como um mecanismo de coação, reside no fato de o atual período transitório se encontrar ainda pejado de contradições sociais que, no domínio do consumo - o mais familiar e o mais sensível para toda a gente - revestem um caráter extremamente grave, a todo o momento ameaçando mostrar-se no domínio da produção. A vitória do socialismo não poderá pois ser considerado como definitiva nem assegurada.

A autoridade burocrática baseia-se na pobreza em artigos de consumo e na luta contra todos que daí resulta. Quando os armazéns se encontram bem fornecidos de mercadorias, os clientes poderão aparecer a todo o momento. Quando as mercadorias escasseiam, os compradores são obrigados a esperar à porta. Logo que a fila de pessoas se torna muito longa, impõe-se a presença dum agente da polícia para manter a ordem. Este é o ponto de partida da burocracia soviética. Ela "sabe" a quem dar e quem deve esperar.

O melhoramento da situação material e cultural deveria, à primeira vista, diminuir a necessidade dos privilégios, restringir o domínio do "direito burguês" e, por esse fato, minar os alicerces da burocracia, guardiã destes direitos. Mas o que se produz é exatamente o inverso: o crescimento das forças produtivas foi acompanhado até hoje por um extremo desenvolvimento de todas as formas de desigualdade e privilégios e, igualmente, da burocracia. E não sem razão.

No seu primeiro período, o regime soviético teve incontestavelmente um caráter bastante mais igualitário e menos burocrático do que hoje. Mas a sua igualdade era a da miséria comum. Os recursos do país eram tão limitados que não permitiam destacar das massas quaisquer meios ou privilégios. O salário "igualitário", suprimindo o estímulo individual, tornava-se um obstáculo ao desenvolvimento das forças produtivas. A economia soviética teria de sair um pouco da sua indigência para que a acumulação desses sujos objetos que os privilégios constituem, se tornasse possível. O atual estado da produção encontra-se ainda longe de assegurar a todos o necessário. Mas permite já fornecer importantes vantagens à minoria e fazer da desigualdade um estímulo para a maioria. Esta é a razão número um para o fato de o crescimento das forças produtivas ter até hoje reforçado os traços burgueses e não socialistas do Estado.

Esta razão não é única. Ao lado do fator económico que obriga, na presente fase, a recorrer aos métodos capitalistas de remuneração do trabalho, atua o fator político encarnado na própria burocracia. Pela sua natureza, esta cria e defende privilégios. Surge, logo no início, como órgão burguês da classe operária. Estabelecendo e mantendo os privilégios da minoria, atribui a si própria, naturalmente, a melhor parte: aquele que distribui os bens nunca saiu lesado. Assim, vê-se nascer das necessidades da sociedade um órgão que, ultrapassando em muito a sua função social necessária, se transforma num fator autónomo e, simultaneamente, na fonte de grandes perigos para todo o organismo social.

O significado do Termidor soviético começa a precisar-se diante de nós. A pobreza e a incultura das massas concretizam-se de novo sob as formas ameaçadoras do chefe armado com poderoso cacete. Outrora recusada e difamada, a burocracia, de serva da sociedade, transformou-se em senhora. Ao sofrer esta transformação, afastou-se

das massas, social e moralmente, e a tal ponto que já não pode admitir controle algum sobre os seus atos e sobre os seus rendimentos.

O medo, à primeira vista místico, que a burocracia experimenta na presença de "minúsculos especuladores, indivíduos sem escrúpulos e mexeriqueiros", encontra aí a sua natural explicação. Não se encontrando ainda à altura de satisfazer as necessidades elementares da população, a economia soviética faz nascer, a cada passo, tendências para a especulação e fraude interesseira. Por outro lado, os privilégios da nova aristocracia incitam as massas a dar ouvidos aos "rumores anti-soviéticos", isto é, a toda a crítica, mesmo a meia-voz formulada, às autoridades autoritárias e insaciáveis. Não se trata pois de fantasmas do passado, restos do que já não existe, numa palavra, da neve do ano anterior, mas de novas e poderosas tendências, sem cessar renascentes, para a. acu-

mulação pessoal. O primeiro afluxo de bem-estar, bastante modesto, teve precisamente como consequência, em virtude da sua fraqueza, não o enfraquecimento, mas o fortalecimento de tendências centrífugas. Contudo, os não-privilegiados sentiram crescer o desejo surdo de moderar sem consideração os apetites dos notáveis modernos. A luta social agrava-se de novo. Estas são as fontes da força da burocracia. Estas são igualmente, as fontes dos perigos que ameaçam essa força.

Apontamentos:

V ENCONTRO TEMÁTICO**As Bagagens do Êxodo****Capítulo I - Trotskismos****Daniel Bensaïd**

Certas teses "trotskistas", como a teoria da revolução permanente, surgem desde o início do século, a propósito da revolução russa de 1905. Em contrapartida, o termo "trotskismo" não se banaliza no jargão burocrático senão em 1923-1924. Depois da guerra civil vitoriosa, e mais ainda em 1924 após a derrota do Outubro alemão (1923) e a morte de Lenine, os dirigentes da Rússia soviética e da Internacional Comunista encontram-se então numa situação imprevista de estabilização relativa da situação internacional e de longo isolamento da União Soviética. Já não é a base social que mantém o gabinete de Estado, mas sim a vontade do gabinete que se esforça por arrastar a base.

Vítima de um primeiro ataque cerebral em Março de 1923, Lenine apressa Trotsky a empenhar-se na luta contra Estaline sobre a questão do monopólio do comércio externo, sobre a das nacionalidades e sobretudo sobre o regime interno do partido. Numa carta ao Comité Central de Outubro de 1923, Trotsky denuncia a burocratização das instituições do Estado. Em Dezembro do mesmo ano, ele sintetiza essas críticas numa série de artigos apelando a um "Novo Curso". A direção empenha-se então no combate contra o "trotskismo" e as suas reivindicações: o restabelecimento da democracia interna no partido e a adopção de uma planificação económica para

controlar os efeitos desiguais e centrífugos da Nova Política Económica. Em Dezembro de 1924, no Pravda, Estaline caracteriza pessoalmente o trotskismo como uma "desesperança permanente". Opõe-lhe a construção audaciosa "do socialismo num só país", em vez de esperar a salvação de uma hipotética extensão da revolução que tarda em se concretizar.

Após o recrutamento massivo da "promoção Lenine", em 1924, os milhares de veteranos de Outubro já não pesam muito nos efetivos do partido, face às centenas de milhar de recém-chegados, incluindo numerosos carreiristas de última hora. Os massacres da Grande Guerra e as crueldades da guerra civil criaram, num país desprovido de tradições democráticas, um habituar às formas extremas de violência social e física. A mudança radical da II guerra e da guerra civil marcam, assim, "um grande salto atrás" e uma "arcaização" do país relativamente ao nível de desenvolvimento esperado antes de 1914. Dos 4 milhões de habitantes de Petrogrado em 1917, não restam senão 1,7 em 1929. Mais de 380.000 operários deixaram a produção e apenas 80.000 ficaram no seu posto de trabalho. Cidadela operária, as fábricas Poutilov perderam quatro quintos do seu efetivo. Mais de 30 milhões de camponeses conheceram a escassez e a fome. As cidades devastadas vivem à custa das campanhas submeti-

das às requisições autoritárias. "Na verdade, nota o historiador Moshe Lewin, o Estado forma-se sobre a base de um desenvolvimento social regressivo".

Os privilégios prosperam sob a penúria. Nisto reside a raiz fundamental da burocratização. No diário ditado aos seus secretários, Lenine, já doente, considerava em 1923: "chamamos nosso a um aparelho que nos é profundamente estranho e que representa uma miscelânea de sobrevivências burguesas e czaristas". Nesse ano, os preços industriais tinham praticamente triplicado relativamente aos preços anteriores a 1914, enquanto os preços agrícolas não tinham aumentado senão 50%. Esta desproporção anunciava já o desequilíbrio entre cidade e campo e a recusa dos camponeses em vender as suas colheitas a preços baixos impostos quando não havia nada que comprar em contrapartida.

Os dirigentes bolcheviques tinham sempre concebido a revolução na Rússia como génese e primeira parte de uma revolução europeia ou, pelo menos, como um prelúdio da revolução alemã. A questão colocada em 1923 era, portanto, como aguentar até à eventual recuperação do movimento revolucionário na Europa? Em 1917, todos os partidos russos admitiam que o país não estava pronto para o socialismo, mas o "democrata" Mi-lioukov considerava que também não o estava para a democracia. Ele não via alternativa senão entre uma ditadura militar de direita e a dos soviets. Tratava-se de uma luta impiedosa entre revolução e contra-revolução.

Já antes da morte de Lenine, as respostas divergiam. A estratégia da "construção do socialismo num só país", defendida por Estaline e seus aliados, subordina as hipóteses de uma revolução mundial aos interesses da burocracia soviética; a da "revolução permanente", desenvolvida por Trotsky e pela corrente chamada A Oposição de

Esquerda, subordina o futuro da revolução russa à extensão da revolução mundial. Estas estratégias contrárias implicam respostas divergentes face aos principais acontecimentos internacionais: sobre a segunda revolução chinesa de 1927, sobre o crescimento do nazismo na Alemanha e, mais tarde, sobre as orientações radicalmente inversas na guerra civil espanhola, sobre o pacto germano-soviético de 1939, ou sobre a preparação da guerra.

Elas implicam igualmente escolhas na política interna da própria União Soviética. Trotsky e a Oposição de Esquerda propuseram, a partir de 1924, um "Novo Curso" que visava reanimar a democracia soviética e a vida do partido. Eles preconizam uma política de planificação e de industrialização para reduzir as tensões entre a agricultura e a indústria. Mas vão opor-se à viragem brutal de Estaline, passando em 1928 do "socialismo a passo de tartaruga" pronunciado por Bukharin à colectivização forçada e à industrialização acelerada do primeiro plano quinquenal que semeia a desolação nos campos e provoca a grande fome de 1932 na Ucrânia.

Perante oposições tão vincadas, certos historiadores interrogaram-se sobre a passividade relativa de Trotsky após a morte de Lenine, sobre as suas reticências em desenvolver o combate sem tréguas contra Estaline, sobre a sua aceitação de manter oculto o testamento de Lenine. O próprio interessado forneceu explicações lógicas plausíveis. Estava, no meio dos anos 1920, perfeitamente consciente da fragilidade de uma revolução cuja base operária e urbana estava desgastada e da necessidade de convergência com um campesinato recuado constituinte da esmagadora maioria da população. Num equilíbrio instável propício às soluções bonapartistas autoritárias, ele recusa apoiar-se no exército (no qual a sua popularidade permanecia grande) e na casta dos oficiais, pois

um golpe de Estado militar não faria senão acelerar o processo de burocratização.

No entanto, a luta política estava bem lançada desde 1923. Em 1926, constituía-se uma oposição unificada que se definia como uma tendência respeitosa da legalidade do partido. O seu projeto inscrevia-se ainda, na verdade, na perspectiva da retificação e de reforma do regime. Em Maio de 1927, após a derrota da segunda revolução chinesa, ela apela a uma mobilização da base militante. Em Outubro do mesmo ano, pelo décimo aniversário da revolução, Grigory Zinoviev e Trotsky são excluídos do partido. O segundo é exilado em Alma Ata. Mais de 1500 opositores são deportados. As purgas começam.

Em 1929, perante uma situação económica catastrófica, Estaline vira-se contra a direita do partido. Ele parece assumir para si, ao instituir o primeiro Plano Quinquenal, certas reivindicações da oposição. Esta viragem precipita um afundar da Oposição de Esquerda. Alguns dos seus prestigiados dirigentes viam nesta "revolução a partir de cima" uma viragem à esquerda. Sucedem-se capitulações, deserções. Para Trotsky, os que se juntaram ao regime termidoriano são agora "almas mortas": a planificação, sem restauração da democracia socialista, não visa senão reforçar o poder da burocracia. Um longo êxodo forçado nas margens dos movimentos de massas tem então início. Através destas lutas trágicas do período entre as duas guerras no seio do partido bolchevique, como na Internacional Comunista (ou III Internacional), constituía-se assim a bagagem programática definidora do trotskismo original. Ela resume-se, no essencial, em quatro pontos:

1. A oposição entre a teoria da revolução permanente e a do "socialismo num só país".

Os elementos desta estratégia surgiram a partir do ensaio de Trotsky sobre a revolução russa de 1905. São sistematizados no decorrer dos anos

1920 até encontrarem expressão sintética nas teses escritas à luz da revolução chinesa de 1927: "Para os países com desenvolvimento burguês retardatário, e em particular para os países coloniais, a teoria da revolução permanente significa que a verdadeira e completa solução das suas tarefas democráticas e de libertação nacional não podia ser senão a ditadura do proletariado assumindo a direcção da nação oprimida e, em primeiro lugar, das suas massas camponesas. (...)

A conquista do poder pelo proletariado não põe um termo à revolução, apenas a inaugura. A construção do socialismo não é concebível senão sobre a base da luta de classes à escala nacional e internacional (...). A revolução socialista não pode ser conseguida nos limites nacionais. Uma das causas essenciais da crise da sociedade burguesa é que as forças produtivas que ela cria tendem a sair do quadro do Estado nacional. Daí, as guerras imperialistas (...). Os diferentes países chegarão ao socialismo segundo ritmos diferentes. Sob certas circunstâncias, os países atrasados podem chegar à ditadura do proletariado mais rapidamente do que os países avançados, mas chegarão ao socialismo mais tarde do que estes."

Na sua introdução de 1928 aos textos sobre A Revolução Permanente, Trotsky denuncia a colagem estalinista entre um "messianismo nacional" e um "internacionalismo burocraticamente abstrato". Ele defende que a revolução socialista prossegue, após a tomada do poder: "uma luta interna contínua" através da qual a sociedade "não cessa de mudar de pele", do que resulta o choque inevitável entre "os diferentes agrupamentos desta sociedade em transformação". Esta teoria inscreve-se evidentemente numa concepção não-linear e não-mecânica da história, em que a lei do "desenvolvimento desigual e combinado" determina um campo de possibilidades, sem resultado decidido à partida. "O marxismo", escreveu Trotsky, "parte de um ponto de vista da eco-

nomia mundial concebida não como uma soma de partes nacionais, mas como uma potente realidade, criada pela divisão internacional do trabalho e pelo mercado mundial, que na nossa época domina de forma esmagadora os mercados nacionais."

2. Sobre as reivindicações transitórias, a frente única e a luta contra o fascismo.

A questão, colocada à luz da revolução russa, é a das reivindicações capazes de mobilizar na maior unidade possível, de elevar na ação o nível de consciência e de criar a melhor relação de forças na perspectiva de confronto inelutável com as classes dominantes. Foi o que souberam fazer os bolcheviques em 1917, em torno de questões vitais: o pão, a paz, a terra. Tratava-se de sair de uma discussão abstrata sobre a virtude intrínseca das reivindicações, umas qualificadas de reformistas por natureza (compatíveis com a ordem estabelecida), as outras revolucionárias por natureza (não integráveis nessa ordem). O sentido das palavras de ordem depende do seu valor mobilizador relativamente a uma situação concreta e do seu valor educativo para aqueles que entram em luta. Esta problemática das "palavras de ordem transitórias" ultrapassa as antinomias estereis entre um reformismo gradualista que crê poder mudar a sociedade sem a revolucionar, e um fetichismo da grande noite que reduz a revolução ao seu momento paroxístico, em detrimento do paciente trabalho de organização e de educação.

Este debate está diretamente ligado àquele que esteve no centro das discussões estratégicas sobre o programa do V e do VI congressos da IC (Internacional Comunista). Reportando sobre a questão em 1925, Bukharin reafirma a validade da "táctica da ofensiva" do início dos anos 1920. O representante alemão Thalheimer defendia, em contrapartida, ao V Congresso a problemática da

Frente Única e das reivindicações transitórias. Ele afirma nomeadamente:

"Basta repensar a história da II Internacional e da sua desagregação para reconhecer que é precisamente a separação entre as questões quotidianas e os grandes objetivos que constitui o ponto de partida da sua derrapagem oportunista (...) A diferença específica entre nós e os socialistas reformistas não reside no facto de nós querermos eliminar do nosso programa as reivindicações de reformas, seja qual for o nome que lhes dermos, para as metermos num quarto separado. Consiste, sim, no facto de situarmos essas reivindicações transitórias na relação mais estreita com os nossos princípios e fins."

A questão voltou a estar na ordem do dia do VI Congresso de 1928, em condições profundamente diferentes. Exilado na Turquia a partir de 1929, Trotsky aproveitará a sua reforma forçada para aprofundar o balanço dos dez anos de experiências revolucionárias. Esta reflexão fornece a matéria dos ensaios sobre A Internacional Comunista após Lenine, publicados em Istambul em 1929. Na sua crítica ao programa da IC, Trotsky condenava o abandono da palavra de ordem dos Estados Unidos Socialistas da Europa. Ele rejeitava a confusão entre a sua própria teoria da revolução permanente e a da ofensiva em permanência, de Bukharin. Ele caracterizava o fascismo como um "estado de guerra civil" levada a cabo pela sociedade capitalista contra o proletariado.

Pouco depois do Congresso, por uma reviravolta de 180°, a par da concretização da liquidação dos kulaks(1) e da coletivização forçada na União Soviética, a IC adoptava uma orientação "classe contra classe", fazendo da social-democracia o inimigo principal, o que levaria a uma divisão fatal do movimento operário alemão face ao crescimento do nazismo. Numa brochura intitulada O terceiro período de erro da Internacional Comunista, Trotsky denunciava o curso de-

sastroso como uma recaída, não num esquerdismo juvenil explicável pelo entusiasmo revolucionário, mas num esquerdismo senil e burocrático subordinado aos interesses do Kremlin e ao zigzag da sua diplomacia. Na sua História da Revolução Russa, ele insistia sobre o estudo atento dos sinais de radicalização das massas (a evolução dos efetivos sindicais, os resultados eleitorais, a curva das greves) em vez de se proclamar abstratamente a disponibilidade constante para a ação revolucionária:

"a actividade das massas pode, segundo as condições, assumir expressões muito diferentes. Em certos períodos, a massa pode estar totalmente absorvida pela luta económica e manifestar muito pouco interesse por questões políticas. Em contrapartida, depois de ter sofrido vários reveses importantes no campo da luta económica, ela pode virar bruscamente a sua atenção para o domínio político."

Os seus Escritos sobre a Alemanha avançam, dia após dia, propostas unitárias de acção para vencer o resistível crescimento do nazismo. Eles fornecem um brilhante exemplo de um pensamento político concreto ajustado às mudanças da conjuntura. Valeram-lhe, no entanto, a ira do aparelho "ortodoxo" do Partido Comunista alemão, ligado à estúpida profecia segundo a qual "depois de Hitler, viria a vez de Thalheimer [então secretário-geral do partido]".

Em 1938, o Programa de fundação da futura IV Internacional (ou Programa de Transição) resumia as conquistas dessas experiências:

"É necessário ajudar as massas a encontrar no processo da sua luta quotidiana uma ponte entre as suas reivindicações imediatas e o programa da revolução socialista. Essa ponte deve consistir num sistema de reivindicações transitórias, que partam das condições actuais e da consciência real de largas camadas da classe operária, para as conduzir invariavelmente a uma e à mesma conclu-

são: a conquista do poder pelo proletariado (...). A IV Internacional não rejeita as reivindicações do velho programa mínimo na medida em que elas conservem alguma força de vida. Ela defende incansavelmente os direitos democráticos dos trabalhadores e as suas conquistas sociais. Mas coloca esse trabalho quotidiano numa perspectiva revolucionária."

Entre essas reivindicações, o programa insiste na escala móvel dos salários e das horas de trabalho, no controle operário sobre a produção (escola da economia planificada), e no levantamento do segredo bancário, na "expropriação de certos grupos capitalistas", na estatização do sistema de crédito. Ele atribui uma importância particular às reivindicações democráticas e nacionais nos países coloniais e semi-coloniais. Este programa não constitui a chave de um modelo de sociedade. Desenvolve, sim, uma pedagogia da acção na qual a emancipação dos trabalhadores é obra deles mesmos.

3. A luta contra o estalinismo e a burocracia.

No início dos anos 1920, certos economistas soviéticos viam a economia capitalista mundial mergulhar num marasmo sem fim. Trotsky foi um dos primeiros a analisar o seu restabelecimento relativo. Nesse contexto, ele foi levado a pensar a economia soviética não como uma economia socialista, mas como "a economia de transição" num país submetido à ameaça constante de uma intervenção militar e obrigado a consagrar à defesa uma parte desmesurada dos seus magros recursos. Não se tratava, portanto, de construir uma sociedade ideal num só país, mas de ganhar tempo, seguindo os fluxos e refluxos da revolução mundial, da qual dependia em última instância, o futuro da revolução russa. Enquanto o movimento revolucionário não a importasse para os países mais desenvolvidos, a revolução russa con-

tinuaria sob a pressão do mercado mundial e da concorrência com países de tecnologia mais desenvolvida e de produtividade do trabalho mais elevada.

No quadro destas contradições, Trotsky foi um dos primeiros a aperceber-se do perigo da burocracia enquanto nova força social que gozava de privilégios sociais ligados ao monopólio do poder político. Se foi, na época da guerra civil e do comunismo de guerra, partidário de métodos autoritários, como testemunha o seu pior livro, *Terrorismo e Comunismo*, em 1923 ele começou a analisar a burocratização como um fenómeno social, mesmo se o perigo principal vinha ainda, a seus olhos, da "nova burguesia" dos kulaks e dos novos ricos da Nova Política Económica (NEP). Esta questão decisiva da periodização da contra-revolução burocrática não deixou, desde então, de agitar os meios revolucionários russos e internacionais. Tratava-se de saber se "o termidor soviético" estava já cumprido ou por cumprir.

A contra-revolução burocrática não é, de facto, um acontecimento único, simétrico àquele de Outubro, mas mais um processo cumulativo pejado de níveis e de patamares. De Outubro de 1917 ao Gulag estalinista, não há simples continuidade mas mudança de escala na repressão e no peso do fenómeno burocrático. Simultânea à colectivização forçada, uma reforma capital do sistema de detenção entra em vigor em Junho de 1929, generalizando os campos de trabalho para os detidos condenados a penas superiores a três anos. Perante as grandes fomes de 1932-33 e a importância das migrações interiores, uma decisão de Dezembro de 1932 introduz os passaportes internos. A lei do 1º de Dezembro de 1934 legaliza os procedimentos expeditivos que forneceria instrumento jurídico ao grande terror. Começa então o ciclo propriamente terrorista, marcado pelas grandes purgas de 1936-38. Mais de metade dos delegados ao Congresso de 1934 foram eliminados. Mais de

30.000 quadros do exército, entre 178.000, foram presos. Paralelamente, os efectivos do aparelho do estado burocrático explodiam. Segundo as estatísticas analisadas pelo historiador Moshe Lewin, o pessoal administrativo passou de 1.450.000 membros em 1928, para 7.500.000 em 1939. O número de "colarinhos brancos" cresceu de 4 milhões para cerca de 14 milhões. O aparelho de Estado devorava o partido que acreditava poder controlá-lo.

Sob o chicote burocrático, o país conhece então uma mudança radical sem equivalente mundial. Entre 1926 e 1939, as cidades engrossam em 30 milhões de habitantes. A força de trabalho assalariada passa de 10 a 22 milhões. Do que resulta uma ruralização massiva das cidades e a imposição despótica de uma nova disciplina de trabalho. Esta transformação a passo forçado era acompanhada de uma exaltação nacionalista e de um desenvolvimento massivo do carreirismo. Nessa grande agitação social e geográfica, ironiza Moshe Lewin, a sociedade era, num certo sentido, "sem classes", pois todas as classes eram informes, em fusão perpétua.

Para além das diferentes problemáticas, autores tão diferentes como Trotsky e Hannah Arendt estão de acordo em datar por altura do primeiro Plano Quinquenal e das grandes purgas dos anos 1930, a reviravolta qualitativa a partir da qual se tornou possível falar de contra-revolução burocrática (por Trotsky) ou de totalitarismo propriamente dito (por Arendt). O contributo de Trotsky seria fornecer os elementos de uma compreensão materialista da contra-revolução burocrática, em que as condições sociais e históricas primam sobre as intrigas de palácio e sobre a psicologia dos actores. Ele não reduz acontecimentos colossais, em que estão envolvidas multidões, aos caprichos de uma "história que parte de cima", feita pelos guias supremos ou grandes timoneiros. A sua contribuição não encerra, portanto, o debate e

não resolve definitivamente o hieróglifo histórico que continuou a despedaçar os seus herdeiros "ortodoxos" ou "heterodoxos".

Ele empenhou-se sobretudo em assinalar os degraus do processo em cujo decurso a burocracia se autonomiza e o poder se concentra nas mãos de um indivíduo. O grau de cristalização dos privilégios, as relações entre as classes, o partido e o Estado, a política internacional da direcção burocrática, constituem indicadores combinados suficientes para tentar determinar os seus umbrais. O principal revelador da sua mudança reaccionária não é no entanto sociológica, mas política: reside no falhanço da Internacional Comunista face à ascensão e à vitória do nazismo na Alemanha. Em 1937, quando os processos de Moscovo e o grande terror estão no seu auge, Trotsky corrige a sua visão:

"Antes, definimos o estalinismo como um centrismo burocrático. Esta afirmação encontra-se ultrapassada. Os interesses da burocracia bonapartista não correspondem já ao carácter híbrido do centrismo. O carácter contra-revolucionário do estalinismo na arena mundial está definitivamente estabelecido."

Ele deduz então a necessidade de abandonar a linha da rectificação e da reforma na URSS: a tarefa central torna-se então a

"do derrube da própria burocracia termidoriana."

Esta nova revolução é qualificada de política na medida em que supostamente se apoia sobre as conquistas sociais (a propriedade estatal e a planificação) existentes. No seu ensaio sobre Trotsky, Ernest Mandel utiliza, a propósito do estalinismo, a fórmula paradoxal de "contra-revolução política na revolução". Estas fórmulas ambíguas conduzem à insistência na caracterização do Estado como Estado operário burocraticamente degenerado, atribuindo-lhe assim uma substância social fonte de bastantes equívocos.

O programa da revolução política comporta também uma série de reivindicações democráticas já avançadas, em 1927, na Plataforma da Oposição de Esquerda:

"1 - cortar pela raiz qualquer tentativa de aumentar o dia de trabalho; 2 - Aumentar os salários, pelo menos em relação ao rendimento industrial actual; 5 - Melhorar as condições habitacionais dos trabalhadores..."

Esta plataforma condenava categoricamente a destituição dos representantes sindicais eleitos sob o pretexto de desacordos internos ao partido. Ela reclamava uma plena independência para os comités de fábrica e os comités locais relativamente às administrações do Estado. Em contrapartida, não colocava em causa "a situação de partido único que ocupa o Partido Comunista da União Soviética". Contentava-se em assinalar que essa situação, "absolutamente indispensável à revolução", origina uma série de "perigos particulares". O Programa de Transição de 1938 marca, nesse ponto, uma viragem fundamental. O pluralismo político, a independência dos sindicatos face ao partido e ao Estado, as liberdades democráticas tornam-se uma questão de princípio, na medida em que exprimem a heterogeneidade do proletariado e os conflitos de interesses susceptíveis de o atravessar, muito depois da conquista do poder. Na Revolução Traída, Trotsky expõe os fundamentos teóricos deste pluralismo de princípio. As classes não são homogêneas "como se a consciência de uma classe correspondesse exactamente ao seu lugar na sociedade". Elas são "despedaçadas pelos antagonismos internos e não atingem os seus fins comuns senão pela luta de tendências, de agrupamentos, e de partidos. Podemos admitir, com algumas restrições, que um partido é uma fracção de classe, mas como uma classe é feita de numerosas fracções, a mesma classe pode formar vários partidos". Assim, o proletariado da sociedade soviética "não é menos, mas sim

muito mais heterogéneo e complexo do que aquele dos países capitalistas e pode consequentemente fornecer um terreno fértil largamente suficiente para a formação de vários partidos". Trotsky concluía que a democratização dos soviets era a partir de agora "inconcebível sem o direito ao pluripartidarismo".

4. A questão do partido e da Internacional.

É a quarta grande questão constitutiva do "trotskismo" original. Ela é o corolário organizacional da teoria da revolução permanente e da compreensão da revolução como processo internacional. O último combate de Trotsky por uma nova Internacional, que ele considerará como o mais importante da sua vida, opõe-se à evolução estalinista do regime soviético e à sua consequência previsível: a liquidação da própria Internacional Comunista, oficializada em 1943.

Apontamentos:

V ENCONTRO TEMÁTICO**Breve história da Oposição de Esquerda****Por Roberto Sáenz. 24 abril, 2014**

"Sim, devido à nossa concepção da revolução socialista, passamos por experiências tremendas e aterradoras. Mas nem a taiga, nem a tundra, nem a nossa vida difícil quebrou com o seu hálito gelado a nossa vontade de lutar até ao fim" (Samizdat, Vozes anônimas da oposição soviética).

Gostaríamos de nos dedicar aqui a um dos pontos mais heróicos da tradição que reivindicamos: a experiência da Oposição de Esquerda na URSS. Uma experiência praticamente desconhecida entre as novas gerações, a qual representa uma luta para não perder a memória histórica dos revolucionários. Uma luta que tem o valor agregado de enfrentar tanto o pós-modernismo ambiental, quanto as correntes da esquerda dedicadas à formação das novas gerações nas artes mais baixas do oportunismo.

O conceito de tradição partidária

Estabeleçamos primeiro o conceito de tradição. Refere-se à ligação da nossa atividade com a das gerações anteriores. Nós, correntes revolucionárias, reivindicamos as mais altas experiências de luta, batalhas, sacrifícios, desenvolvimentos políticos e organizacionais da classe trabalhadora nos seus dois séculos de história. Desde as primeiras lutas dos Ludistas (1815) e dos Cartistas (1830) na Inglaterra, passando pelas experiências de lutas da

classe trabalhadora semi-independente nas revoluções de 1830 e 1848, a experiência heróica da Comuna de Paris (1871), a fundação da Primeira Internacional (1864), os Mártires de Chicago (1886), o Dia da Mulher Trabalhadora, os primeiros anos da Segunda Internacional, até à Revolução Russa (1917) e a Terceira Internacional na sua época revolucionária (1919-1923).

Tudo isto está na nossa tradição, assim como a luta heróica da Oposição de Esquerda, a fundação da Quarta Internacional por Trotsky (1938), a luta de Rosa Luxemburgo e Karl Liebeck durante a Revolução Alemã, assim como o seu trágico assassinato pelos capangas da social-democracia em Janeiro de 1919. A isto pode acrescentar-se a longa lista de militantes trotskistas assassinados sob o nazismo e o stalinismo durante a Segunda Guerra Mundial.

Em suma: quando falamos da tradição dos revolucionários, trata-se dos fios de continuidade entre as experiências, ensinamentos e lutas das gerações anteriores, que reivindicamos como parte de uma causa comum, e que faz com que a amplitude de visão nunca devamos perder na nossa atividade.

As prisões como o último reduto da democracia proletária

Dentro da tradição que reivindicamos, interessa nos referirmos a um momento de imensa importância: a heróica batalha que a Oposição de Esquerda travou contra a burocratização do primeiro Estado Operário da história.

Podemos estabelecer algumas de suas etapas. A batalha começou com a "Declaração dos 46" (1923), um documento assinado por destacadas figuras do Partido Bolchevique, que alertava para a acumulação de graves problemas no campo da democracia partidária, bem como para o curso geral do país. Em seguida, as primeiras campanhas contra Leon Trotsky e o "Trotskismo" foram conduzidas pela "Troika" formada por Stalin, Kamenev e Zinoviev, um trio que lançou um ataque brutal denunciando o alegado carácter "anti-Leninista" da teoria da Revolução Permanente, campanha contra a qual Trotsky respondeu imediatamente com obras como as Lições de Outubro (1924).

Entre 1926 e 1927 teve lugar a experiência da "Oposição Unificada", após a ruptura de Zinoviev e Kamenev com Stalin e sua unificação com Trotsky. Stalin aliou-se então a Bukharin, rompendo com ele por ocasião de sua guinada "esquerdista" em 1929; Bukharin formaria então a chamada Oposição Direita. Quando esta oposição unificada foi expulsa do partido no final de 1927 (no meio de um congresso do partido), Zinoviev e Kamenev capitularam imediatamente e a Oposição de Esquerda adquiriu sua fisionomia definitiva.

No início de 1929, Trotsky foi definitivamente expulso da URSS. Mas, em meados desse ano, ocorreu o grande ponto de virada na vida dos bolcheviques-leninistas. Numa guinada aparentemente "à esquerda" de Stalin para a industrialização acelerada do país e a coletivização forçada da produção agrária, foi desencadeada a crise mais dramática da história da oposição de esquerda.

Uma facção liderada por Preobrajensky, Smilga e Radek (eminentes líderes da Oposição de Esquerda, juntamente com Trotsky) apelou à capitulação com o argumento de que esta mudança significava que Stalin tinha passado à "implementação do programa da oposição de esquerda"

Em meio a esta crise, a Oposição de Esquerda entrou em colapso numericamente: de 8000 membros caiu para 1000, em meio a uma grande desmoralização. Se tratou de uma verdadeira crise existencial que pôs em dúvida sua razão de ser como uma tendência revolucionária; voltaremos a este debate mais adiante.

Entretanto, nota-se que após este momento de crise aguda, os bolcheviques-leninistas recuperaram as suas fileiras para 4000 militantes no início dos anos 1930 e o núcleo revolucionário dos bolcheviques manter-se-ia firme durante toda a década até à sua destruição física final.

Para dar uma ideia de onde a Oposição de Esquerda recrutava no início da década de 1930, destacamos que era uma "organização de vanguarda" alimentada principalmente no exílio dentro da própria URSS. Uma organização que operava no subsolo, com pouca ou nenhuma atividade "pública", mas que animava verdadeiras "universidades populares" de debate e discussão sob as duras condições de detenção: a expressão última da "democracia operária" sob a burocratização da URSS!

A Oposição de Esquerda não era o único núcleo oposicionista de esquerda, mas era o mais bem organizado e politicamente mais coerente de todas as tendências à esquerda de Stalin. Outras correntes animavam este "espaço" como os Decistas (um antigo grupo fundado em 1919), bem como um amplo "arco-íris" de tons e grupos de esquerda (e ultraesquerdistas).

As prisões foram também povoadas por membros da Oposição Bukharinista de direita,

restos do Menshevismo, os socialistas revolucionários e outros grupos reformistas que tinham militado nas trincheiras contra a Revolução de Outubro e apoiado o governo provisório de Kerensky.

A Crítica do Objetivismo

"O marxismo positivista da Segunda e Terceira Internacionais, que considerava o socialismo como uma batalha ganha antecipadamente, inelutavelmente inscrita no 'progresso da história' e cientificamente assegurada pela força das suas 'leis', foi radicalmente refutada no século XX" ("A Memória de Auschwitz e do Comunismo". O 'uso público' da história". Enzo Traverso)

Passemos agora aos argumentos do debate no seio da Oposição de Esquerda em 1929. Este remete a um assunto que já abordamos noutras ocasiões: a relação entre "o quê" das tarefas a realizar para a revolução e o socialismo, o "quem" do sujeito que as realiza e o "como" (isto é, os métodos) com que são aplicadas.

Do exílio em Alma Ata, Trotsky salienta que não se tratava apenas de saber que medidas Stalin tomava, mas como as realizaria e quem as executaria: se é o aparelho burocrático, ou se é a classe trabalhadora e o partido sob um regime de democracia operária restabelecido. Christian Rakovsky, o principal líder da Oposição de Esquerda no interior do país, vai ainda mais longe, salientando que não se tratava de uma guinada à esquerda, mas de um conjunto de medidas que, na ausência da classe trabalhadora (da democracia dentro do partido), viriam reforçar a base de apoio da burocracia.

O debate foi realizado contra as posições de capitulação de Preobrajensky. Este, apoiado em uma leitura objetivista dos acontecimentos, pensou ter visto em Stalin a "confirmação" das suas teses econômicas. A suposta "lei do plano" por ele identificada em 1926 teria a sua própria "lógica objetiva": uma lógica independente de

quem dirigia o planeamento como tal; a classe ou a burocracia, não fazia diferença. Esta chamada "lei económica" teria "forçado" Stalin a fazer a guinada à esquerda. Uma guinada que, ao coletivizar o campo e dar lugar à industrialização do país, deveria resultar num "fortalecimento" das posições do proletariado: "(...) a teoria segundo a qual a industrialização e a coletivização teriam a consequência - automática - de reforçar o "núcleo proletário" do partido, comprometendo definitivamente este último, mais cedo do que mais tarde, no caminho da reforma" (Broué) [1].

Como já observamos, Rakovsky colocou-se no campo oposto a Preobrajensky. Fê-lo com uma abordagem alternativa ao economismo que caracterizava o setor que capitulou. Rejeitou Preobrajensky por ter perdido de vista o facto de Marx ter criticado abordagens que viam a história como "fazer-se a si mesmo"; uma história com um H maiúsculo que realizaria os seus desígnios inelutavelmente fora das lutas sociais e políticas vivas. Rakovsky insistiu que na ausência do restabelecimento da democracia partidária, as medidas que Stalin estava tomando não podiam significar o regresso da URSS ao caminho revolucionário: "A única forma justa de abordar o problema é do ponto de vista político: não se trata de fazer uma filosofia da história (...) Lênin já tinha salientado que para fazer uma avaliação global era necessário ter uma atitude política, porque a política não é outra coisa senão a economia e o Estado concentrados" [2].

Uma nova geração assume

Após este debate, a Oposição de Esquerda consolidou-se; nunca mais teve uma "crise existencial" desta magnitude. Fora da URSS, o trabalho de Trotsky foi dando frutos e a Quarta Internacional foi sendo posta de pé, tendo sido fundada em 1938; a continuidade do marxismo revolucionário havia sido garantida.

Mas a situação concreta da oposição na URSS deteriorou-se cada vez mais. O cerco de Stalin aos "Trotskistas" tornou-se cada vez mais apertado, encurralando os seus principais líderes um por um. A ascensão de Hitler na Alemanha marcou a guinada final para a capitulação de Rakovsky e de outros famosos opositoristas como o publicista Sosnovsky. Trotsky disse: "Stalin caçou Rakovsky com a ajuda de Hitler". E assim o fez. Após a sua heróica resistência em saúde fragilizada (banido para lugares com 50 graus abaixo de zero), após uma tentativa falhada de fuga e no meio do isolamento mais completo, acabou por capitular com o argumento de que a ascensão de Hitler colocava um terreno completamente novo "pondo de lado desacordos anteriores"....

Contudo, nos campos de detenção tinha nascido uma nova geração de opositoristas de esquerda; uma nova geração de trabalhadores e estudantes que, através de greves de fome e de todo o tipo de métodos heróicos de resistência, enfrentaram a burocracia assassina. Nomes como Fyodor N. Dingeltdt, Solntsev, Boris Yeltsin, Pevzner, Man Nevelson, Sermuks, Pankratov, Iakovin, Mussia Magid, Maria M. Joffé, os irmãos Tsintsadze e muitos outros estavam entre os que faziam parte desta nova geração.

O avançado grau de burocratização da URSS na década de 1930 trouxe todo o tipo de discussões: sobre o carácter da URSS, a sua defesa incondicional, os problemas da democracia socialista, os problemas do partido. Serge refletiu sobre a sua chegada ao Ocidente após ser libertado em 1936 das garras de Stalin: "Somos muito poucos neste momento: algumas centenas, cerca de quinhentas (...) Entre nós, não existe uma grande unidade de pontos de vista. Yeltsin disse: "É a GPU que fomenta a nossa unidade". Duas tendências principais dividem-nos, mais ou menos a meio: aqueles que acreditam que tudo deve ser revisto, que foram cometidos erros desde o início

da Revolução de Outubro; e aqueles que consideram o bolchevismo como inatacável desde o seu início. Os primeiros estão inclinados a considerar que, em questões de organização, você tinha razão juntamente com Rosa Luxemburgo, em alguns casos em relação a Lenin noutra altura. Neste sentido existe um trotskismo cujas raízes remontam a um longo caminho (...) Também estamos divididos a meio sobre os problemas da democracia soviética e da ditadura (fomos os primeiros a apoiar a mais ampla democracia partidária no quadro da ditadura; a minha impressão é que esta é a tendência mais forte). Nas "prisões de isolamento" e noutros locais, podem agora ser encontrados, acima de tudo, os opositoristas trotskistas de 1930-33. Resta apenas uma autoridade: a sua. Vós possuis aí uma situação moral incomparável, de absoluta devoção" (Victor Serge citado por Pierre Broué em Os Trotskistas na União Soviética).

Era inevitável que tudo estivesse em discussão dado o isolamento e as tremendas condições de detenção em que estes militantes se encontravam; ainda por cima face ao fenómeno original da burocratização da maior revolução da história da humanidade.

Nas prisões era obviamente possível ser muito agudo quanto ao grau a que a degeneração da Revolução de Outubro tinha atingido. Mas havia também a dificuldade de comparar este processo degenerativo com o processo mais global e internacional da luta de classes que tinha lugar com a ascensão do nazismo. Esta foi a síntese que Trotsky tentou fazer a partir do seu exílio em obras imensas como A Revolução Traída, onde procurou analisar o fenómeno da burocratização sem perder de vista o ângulo da defesa incondicional da URSS.

Uma das páginas mais gloriosas da luta revolucionária

A Oposição de Esquerda efervescia em discussões; isto continuou até que praticamente todos os bolcheviques leninistas foram baleados: "solução final" como qualifica agudamente Broué [3], que foi levada a cabo em correspondência com os últimos julgamentos de Moscou (durante as Grandes Purgas de 1936-1938, 8 milhões de pessoas foram presas e cerca de 700.000 foram assassinadas; a nata da geração revolucionária e mais além). A partir daí, já não havia literalmente mais militantes da Oposição de Esquerda na URSS: "a greve de fome iniciada em 27 de Outubro de 1936 durou 132 dias. Todos os meios foram utilizados para a quebrar: alimentação forçada e suspensão do aquecimento em temperaturas de 50 graus abaixo de zero. Os grevistas resistiram. De repente, no início de 1937, as autoridades prisionais cederam a uma ordem de Moscou: todas as exigências foram satisfeitas e os grevistas foram gradualmente alimentados sob supervisão médica. Após alguns meses de tréguas, a repressão recomeçou (...) [Mas após um período de 'calma'] uma manhã de Março de 1938, trinta e cinco homens e mulheres, bolcheviques leninistas, foram levados para a tundra, alinhados ao longo de fossos preparados e metralhados (...) Dia após dia, as execuções continuaram da mesma maneira durante dois meses. O homem que foi encarregado por Stalin da 'solução final' dos problemas da Oposição de Esquerda chamava-se Kachketin" (Broué, *idem*).

A luta da Oposição de Esquerda foi assim inscrita entre as páginas mais gloriosas e, ao mesmo tempo, as mais trágicas do socialismo revolucionário. É dever das novas gerações conhecer esta história heróica, bem como tomar nota de que este capítulo constitui uma das mais importantes da nossa tradição como corrente; uma tradição que vem do patrimônio histórico comum

do movimento trotskista do qual fazemos parte e que, além disso, como vimos, deixou e não pôde deixar, lições políticas e metodológicas em matéria da nossa abordagem ao marxismo: "Kachketin, de pé sobre uma rocha, apontava para os carrascos. Tudo foi abafado, desalentado, os cânticos, os espíritos, as vidas. Páginas de histórias inacabadas foram pisoteadas. Quanto poderiam ainda dar à revolução, ao povo, à vida? Mas elas tinham desaparecido. Definitivamente e sem retorno possível" (M.M. Joffe, *A Long Night*, citado por Broué, *idem*).

Cabe às novas gerações retomar este legado; assegurar que estas vidas não tenham caído em vão, relançando a luta pela revolução socialista neste novo século.

[1] Para mais informações sobre este debate veja o texto de Roberto Sáenz: "Democracia obrera, plan y mercado". A dialéctica da transição socialista". Em www.socialismo-o-barbarie.org.

[2] "Uma homenagem crítica a um grande revolucionário". As 'Astrakan Letters' de Christian Rakovsky". Luis Paredes, em www.socialismo-o-barbarie.org.

[3] Broué não incorpora ingenuamente esta categoria; pelo contrário, está diretamente ligada à "solução final" do problema judeu implementado por Hitler a partir do início de 1942, que consistiu na sua aniquilação sistemática.

VI ENCONTRO TEMÁTICO

Sobre a natureza das revoluções do pós-guerra e dos Estados “socialistas”

Roberto Ramírez

Prefácio

A vanguarda dos recentes processos de luta dentro do ciclo internacional de rebeliões populares, ou mesmo a de países como o Brasil, que se encontra em uma situação política com fortes elementos reacionários (marcada por uma intensa ofensiva que visa à criminalização das lutas dos trabalhadores, mas que começa a protagonizar importantes enfrentamentos) depara-se, em sua atividade cotidiana, com uma terrível inércia no campo da compreensão teórico-política apresentada pelas correntes políticas que compõem a chamada esquerda radical. O problema é que ampla maioria dessas organizações – no caso brasileiro podemos citar o PSTU (LIT) e a LER-QI (FT) – são incapazes de tirar sequer uma lição teórica sobre as revoluções do século anterior, tais como: seu caráter de classe, o papel do proletariado, a democracia operária, o papel dos partidos revolucionários, as tarefas de transição ao socialismo.

Na contramão desta postura, o artigo de Roberto Ramírez “Sobre a natureza das revoluções do pós-guerra e dos Estados ‘socialistas’” é parte do esforço que a *Corrente Internacional Socialismo ou Barbárie* tem feito no sentido de, a partir da experiência histórica, realizar um real balanço histórico e teórico para atualizar as linhas

mestras da teoria marxista sobre a revolução e o processo de transição ao socialismo[1]. A abordagem do autor, no melhor estilo dos grandes pensadores marxistas, apropria-se das categorias submetendo-as a uma análise crítica baseada no desenvolvimento concreto da realidade, postura teórica totalmente incomum em um cenário dominado pelo *revisionismo* ou pelo *dogmatismo*.

Não se trata de um exercício acadêmico ou de polêmica entre seitas por disputa de prestígio ou coisa que o valha. Pois, da mesma forma que para Marx a Comuna de Paris foi fundamental para a obtenção de lições sobre as tarefas da revolução socialista, ou para Lênin, a experiência da luta sindical e política na Rússia na formulação do papel do partido, e, enfim, no caso de Trotsky, a ideia do desenvolvimento desigual e combinado para a formulação da teoria da revolução permanente e do programa de transição, neste momento, passar a limpo as revoluções do século XX é decisivo para estabelecer bases político-teóricas sólidas para o grande projeto histórico do relançamento da luta pelo socialismo no século XXI.

Esse passar a limpo é uma tarefa que está em curso, e não se realiza de um só golpe. Pois estamos balizados na atual etapa por uma imensa fragmentação das correntes revolucionárias e por um recomeço histórico da luta da classe. Desta

forma, a realidade atual exige um esforço teórico continuado para dar conta da imensa tarefa que é compreender, nos seus principais contornos, a luta de classes hoje. Porém, estamos diante de um novo ciclo, porque existem elementos inequívocos de superação do período anterior – a classe operária por meio século (pós-guerra) esteve sob controle das correntes burocráticas e não protagonizou os principais processos de luta -, o que possibilita que as correntes marxistas revolucionárias estejam novamente à frente da direção dos principais processos da luta de classes e, por isso, não se pode tardar em tirar lições fundamentais para a luta revolucionária.

O leitor vai encontrar nesse artigo um *resgate* e uma *atualização* dos critérios marxistas para compreender e caracterizar como se estabelece o caráter de classe dos estados nas formações sociais e, mais particularmente, para a constituição da *ditadura do proletariado*. *Critérios estes* abandonados pela totalidade das correntes trotskistas no pós-guerra devido ao *impressionismo teórico*, por um lado, e pela perda do fio de continuidade do pensamento marxista militante, devido à liquidação física promovida pelo estalinismo e pela burguesia dos principais dirigentes dos processos revolucionários e das revoluções – mais notadamente Leon Trotsky – da primeira metade do século XX, por outro.

As revoluções do pós-guerra, segundo Ramirez, “pareciam desmentir a concepção originária de Marx que estabelecia *relações unívocas ente a classe trabalhadora, revolução dos trabalhadores, ditadura do proletariado e socialismo*.”, pois em uma análise *objetivista* e *substituísta* as correntes que procuraram caracterizar esses processos desconsideraram que a revolução socialista tenha características distintivas em relação às revoluções tipicamente burguesas. Ou seja, a revolução socialista e o estabelecimento da ditadura do proletariado (estado

operário) só podem se configurar como tal se realizados pelo *protagonismo da classe operária*.

A concepção *objetivista/substituísta* desenvolve um amálgama teórico para “explicar” e “caracterizar” a revolução e seu verdadeiro caráter – socialista, democrático-nacionais ou anti-imperialistas e anticapitalista – totalmente avessa aos critérios marxistas. Não considera que a revolução, para ter um caráter socialista, tem que contar com a *auto-atividade da classe operária* durante a destruição revolucionária do estado burguês e que as expropriações dos meios de produção devem ser realizadas diretamente pela classe operária. Esse é o núcleo fundamental da teoria marxista da revolução proletária e da transição ao socialismo.

As revoluções burguesas tiveram um caráter exclusivamente político, não alteraram a estrutura econômica que já estava dada, adequando a superestrutura da sociedade a sua estrutura já anteriormente posta, o que permitiu que em alguns casos a burguesia fosse substituída por outros setores na luta contra o estado feudal. Já na revolução operária a classe trabalhadora não pode em hipótese alguma ser substituída por outra classe social para fazer a sua revolução, pois todo o edifício social tem que ser colocado abaixo (como propõe Marx) e um novo, precisa ser erguido. Desta forma, desde a derrubada do estado burguês, passando pela expropriação da burguesia, até a estruturação da produção, a revolução socialista tem que contar centralmente com o protagonismo da classe operária, da sua atividade consciente, e de seus instrumentos políticos no controle da produção e do Estado.

Uma das principais ênfases do artigo de Ramirez é que quando se trata da revolução socialista, e da fase de transição, a economia e a política perdem sua relativa independência, como é o caso dos estados capitalistas que podem conviver com diferentes regimes políticos (republicanos, monar-

quistas, democráticos, bonapartistas e etc.). Pois não é mais apenas a *lei do valor* que rege o mundo da produção e da troca e entra em cena o papel decisivo do planejamento, que se não estiver na mão dos trabalhadores, não pode estabelecer um *estado operário e garantir* o processo de transição ao comunismo.

Sem essa condição está mais do que demonstrado, pelas dezenas de experiências em todas as partes do globo, que não se pode superar totalmente a estrutura econômica, técnica e cultural que após a revolução é herdada do capitalismo. Como diz Ramirez, “depois de um século de imensas revoluções cujo saldo foi o fracasso total e irremediável dos “substitutos” da classe trabalhadora, o “substituísmo” está de novo erguido como programa e política de setores do marxismo revolucionário e da vanguarda.” Acreditamos que podemos sintetizar o tema – sem prejuízo da complexidade da elaboração que Ramirez nos apresenta – em três elementos básicos: **a revolução socialista só pode ser levada a cabo pelo protagonismo da classe operária através dos seus instrumentos democráticos de luta, o desenvolvimento da consciência socialista e dos partidos operários revolucionários.**

O artigo que ora prefaciamos não perpassa centralmente o tema do partido revolucionário. Foi comum no pós-guerra a ausência de partidos operários revolucionários na direção dos processos revolucionários. Estes tiveram como direção de partidos com base social nos camponeses, nas forças armadas, ou seja, em classes alheias a classe operária. Além disso, eram partidos com uma estrutura de funcionamento não baseada no centralismo democrático, mas em uma estrutura totalmente vertical e militarizada.

Mas, como as questões tratadas pelo autor, o tema partido e seu papel ganha interesse renovado com a polarização da luta de classe em todo o mundo e as dificuldades concretas encontradas

pelos trabalhadores em encontrar instrumentos políticos (partidos revolucionários) capazes de inserir-se nas massas operárias, centralizá-las e dirigi-las de forma revolucionária. Deparamo-nos em uma situação que a ausência de partidos baseados na concepção leninista – revolucionários e democraticamente centralizados – tem sido um fator decisivo para que os processos de enfrentamento aos ataques burgueses promovidos pelos trabalhadores e a juventude durante a atual crise econômica mundial não atinjam mais que o estatuto de rebeliões. Para contribuir com a necessária superação desse déficit a corrente Socialismo ou Barbárie tem apostado na organização, no Brasil e em vários outros países, de partidos que se propõem a superar a ausência de partidos revolucionários fundados na concepção leninista, que tem se demonstrado totalmente vigente[2].

Por fim, a incapacidade de muitas correntes de chegarem a essas conclusões básicas (que, na verdade, resgatam e atualizam o marxismo clássico), levam-nas a uma série de equívocos de análise, programa e mesmo de política cotidiana, pois a luta revolucionária é feita pela atuação nos processos imediatos da luta de classes e na política para que esses processos avancem para enfrentamentos políticos mais radicalizados da luta de classe. Sem compreender qual é o papel da classe operária nos processos revolucionários, por exemplo, acaba-se não apostando constantemente no seu protagonismo, o que redundará em perda de oportunidades para que se vá tendo experiências não corporativistas e mesmo vitórias parciais, tendo em vista o peso que a classe operária mobilizada tem nos desdobramentos dos enfrentamentos de classe.

Antonio Soler

O caminho da Revolução Cubana remete a questões teórico-políticas mais amplas, que se re-

lacionam com o balanço das revoluções do século XX. Por exemplo, o caráter social dos Estados ditos “socialistas” e, especialmente, a natureza das revoluções do pós-guerra que expropriaram o capitalismo (como China e Cuba).

Isso se relaciona, por sua vez, com outro tema teórico e de avaliação histórica, mas também de imensa importância prática, porque tem que ver com a estratégia para o relançamento da luta pelo socialismo no século XXI: em que medida *outros* sujeitos sociais e políticos podem *substituir* a classe operária e trabalhadora na revolução socialista? Até onde isso é possível?

O problema do “substituísmo” se colocou com toda a sua força ante a realidade de processos tais como China e, em seguida, Cuba, processos nos quais o proletariado não era, nem social nem politicamente, o *sujeito de revoluções que expropriaram o capitalismo* e que, ademais, reivindicavam-se socialistas. Isso parecia desmentir a concepção originária de Marx que estabelecia *relações unívocas entre a classe operária, revolução operária, ditadura do proletariado e socialismo* [3].

Em maior ou menor medida e sob formas diversas, *grande parte do trotskismo do pós-guerra deu respostas “substituísmas”* aos impasses teóricos. Respostas que, por sua vez, implicavam uma *revisão* franca e honesta – como a de Nahuel Moreno – ou hipócrita – como a de Ernest Mandel – *da teoria da revolução permanente de Trotsky*, que, seguindo o marxismo clássico, *colocava o centro de gravidade nos sujeitos sociais e políticos*. É que as teorias “substitucionistas”, para explicar porque os sujeitos sociais e políticos não proletários faziam revoluções socialistas, encontraram as respostas não antes de tudo nos sujeitos, mas sim em uma *sobredeterminação* dos fatores “objetivos”: crise econômica e política, ataques do imperialismo e das burguesias, pressão irrefreável das massas, etc. “que não permitiam outro caminho senão a revolução socialista”.

Uma operação teórica semelhante se aplicou aos Estados onde o capitalismo havia sido expropriado. Ainda que neles a classe trabalhadora como *sujeito* social e político – como a “classe para si”, de que falava Trotsky – tivesse pouco ou nada a ver com sua conformação e condução, a maioria das correntes os declarou “*Estados operários*”, cujo *conteúdo* social era a “*ditadura do proletariado*”, mas sob uma forma ou regime burocrático. A expropriação da burguesia apenas, já era suficiente para dar o caráter operário ao Estado... mesmo que a classe operária não tivesse desempenhado papel algum nele como classe para si.

Uma pergunta incômoda que muitos preferem não enfrentar

Quanto aos “Estados operários” sem operários que chegaram ao século XX, há uma questão incômoda para a maioria das correntes que reivindicam o marxismo revolucionário: *como se retornou ao capitalismo sem que se entremeassem com outras revoluções sangrentas, guerras civis ou invasões imperialistas* que destruíssem esses “Estados operários”, e despojassem também a classe trabalhadora (supostamente a classe dominante) da propriedade dos meios de produção e, em geral, do domínio da sociedade?

Isto, insistimos, teria ocorrido sem resistência *significativa da classe trabalhadora*. Os trabalhadores dos Estados burgueses do ocidente teriam resistido mais as privatizações de empresas públicas que as classes operárias das URSS, do Leste e da China à restauração do capitalismo. Não fizeram grande coisa para defender a propriedade nacionalizada (para não falar do suposto “Estado operário” em seu conjunto e sua “ditadura do proletariado”) [4].

É verdade que, excepcionalmente em Cuba, não podemos, todavia, falar de pleno retorno ao capitalismo. Mas a pergunta também ali se aplica, porque é evidente que, com muito mais demora,

hoje o curso também aponta perigosamente para o sentido restauracionista.

Surpreendentemente, *quase todas as correntes trotskistas varreram para debaixo do tapete esse problema transcendental* ou se limitaram a análises superficiais para se esquivar do problema. Isso tem ocorrido não apenas em correntes que se caracterizam por seu baixo nível teórico, como PSTU-LIT ou àqueles agrupadas na UIT antes de esta se dividir. Também tem ocorrido com outras, como no mandelismo europeu, que exhibe uma infinidade de quadros intelectuais de primeiro nível. Em nossa região, também é o caso do PTS-FT, que embora dedique alguns esforços à elaboração política, o faz a partir de uma matriz teórica em geral rígida e conservadora. Essa corrente tem se caracterizado por ter “*zero de sensibilidade*” no momento de enfrentar um debate e reflexão reais ao redor das experiências anticapitalistas do século passado.

Voltando a atenção ao mandelismo, é inconcebível que nunca se tenha “passado a limpo” e confrontado com os fatos as teorias construídas por Ernest Mandel sobre os “Estados operários” e suas burocracias, cuja última grande obra – um livro de 400 páginas dedicado à situação da URSS – iniciava com a tese de que era “*inconcebível*” e “*ridículo*” pensar que Gorbachov ou a burocracia soviética em seu conjunto desejavam restaurar o capitalismo, uma vez que isso seria contra a sua natureza e interesses e equivaleria a “realizar um hara-kiri” [5]. Meses depois, a União Soviética e quase todos os “Estados operários” desapareceriam na noite da história. Nessa corrente, realizaram-se muitas especulações sobre o evento, tingidas todas de um pessimismo insondável que se utiliza como justificação “teórica” das piores capitulações oportunistas. Porém, jamais se ouviu uma *reflexão autocrítica* que pusesse em questão a teorização sobre os “Estados Operários” que, du-

rante décadas, presidiu a Quarta Internacional dirigida por Ernest Mandel.

Cabe insistir sobre isso porque se trata realmente de um problema *generalizado*. O morenismo (ou melhor, as correntes que resultaram de sua implosão, contemporânea com a da URSS) não fez muito melhor do que se velho adversário mandelista. Outra grande corrente do trotskismo, liderada pelo SWP da Grã-Bretanha, devota que é da teoria do “capitalismo de Estado” de Tony Cliff, entendeu que a questão não pertencia a eles. “A URSS fora sempre capitalista e, agora, tratava-se apenas de uma privatização de empresas estatais”.

No entanto, é uma questão fundamental a questão de como, sem maior resistência da classe trabalhadora, retornou-se ao capitalismo *sem o intermédio de uma contrarrevolução sangrenta e/ou uma guerra civil que destruísse o “Estado operário”*. Como se despojou a classe operária (a classe supostamente *dominante*) da propriedade dos meios de produção?

Seria o *primeiro caso* na história em que uma “classe dominante” se permitiria a retirada de *seu poder e propriedade* desta maneira, *sem resistência alguma*. E esse processo teria, evidentemente, raízes profundas, porque (sob formas distintas), se desenvolveu tanto em países onde se produziu uma *queda dos regimes stalinistas* (ex-URSS e Leste) quanto em países onde *o regime se manteve* (China e Vietnam) [6].

Hoje, em relação à Cuba, este grande problema teórico-político adquire enorme importância prática dada as pressões restauracionistas que existem ali[7].

Depois desses eventos “transcendentais”, falar de “Estado operário” nos coloca diante de um grave problema conceitual e teórico. “Estado operário” só pode significar que os trabalhadores é a classe *dominante* desse Estado (ainda que sob o controle mais ou menos usurpador de uma buro-

cracia). Ou seja, uma *ditadura do proletariado*, para usar o conceito de Marx (que nunca falou em “Estado operário”). E se, excepcionalmente, sendo os trabalhadores a classe dominante, deixaram-se *expropriar dessa forma, com uma facilidade tão escandalosa, o poder e a propriedade*, ter-se-ia de concluir que o marxismo *se equivocou sobre a possibilidade de o proletariado ser a classe que, ao se libertar, pode libertar todos os oprimidos e explorados, acabar com o capitalismo e, acima de tudo, liderar a construção de uma nova sociedade sem explorados e exploradores, o socialismo.*

Insistimos nesse ponto: defender o “Estado operário” depois do que aconteceu na ex-URSS e no Leste (e, também, de outro modo, na China) significa atestar implicitamente um certificado de radical inépcia do proletariado para realizar essa tarefa histórica. Por isso, surpreende ver tantos marxistas e trotskistas ainda falando tranquilamente dos (extintos) “Estados operários” sem serem capazes de somar dois mais dois[8].

Essa cegueira “ortodoxa” simplesmente faz o jogo junto à corte de charlatões que desde a queda do “Muro de Berlim” decretou o desaparecimento da classe operária/ou decretou a inépcia desta para estabelecer seu próprio domínio. Mas isso, ao mesmo tempo, *exige adequar a teoria aos novos fatos históricos e experiências da luta de classes* sejam revolucionárias ou contrarrevolucionárias. Isso é o que o marxismo foi fazendo desde suas origens (e ao que, em certo sentido, deve-se retomar). Por isso, seria conveniente recordar *como também foi mudando*, em relação com a experiência histórica e estas realidades da luta de classes, a mesma teoria do Estado.

Alguns fantasmas da teoria marxista do Estado

Marx não desenvolveu uma teoria do Estado tão amplamente com fez com a teoria do valor e da mais-valia. Isso não significa, é claro, que não tenha produzido elaborações fundamentais que

deram aos marxistas bases sólidas para uma compreensão teórica do Estado, ou seja, das instituições políticas que permitem a um setor (minoritário) da sociedade dominar e explorar o restante.

Mas, ao mesmo tempo, o caráter fragmentário do legado de Marx nesta área deixou grandes lacunas e problemas pendentes, especialmente porque estas elaborações se relacionam com um *tipo concreto* de sociedade, de Estado e até mesmo de situação política (como, por exemplo, o Golpe de Estado de Napoleão III). Isso apresenta dificuldades para a sua generalização.

Assim, não são exatamente as mesmas considerações teóricas sobre o Estado (nem o traço fundamental que Marx sublinha) no *18 de Brumário* (um aparato burocrático que se coloca acima da sociedade, bonapartismo, etc.), ou nos Escritos Sobre a “Sociedade Asiática” (um Estado com um estrato burocrático que explora uma sociedade sem “classes” em sentido estrito), ou então as de Engels na *Origem da família, da propriedade privada e do Estado* (o Estado como instrumento político de uma classe dominante, ainda que com anomalias a essa regra, como o absolutismo ou o bonapartismo).

Para complicar as coisas ainda mais, um conceito *central* na teoria do Estado, a *definição de classe social*, nunca foi desenvolvida por Marx. O *maior teórico da luta de classes jamais formulou uma definição universal do que é uma classe social*. Pelo menos, uma definição que seja válida não só para o capitalismo – onde a coisa está um pouco mais clara – mas para o conjunto das formações sócio-econômicas em que impera a exploração do homem pelo homem e, portanto, existe o Estado. Em princípio, podemos tomar como referência o lugar das classes nas relações de produção, porém, na verdade, isso só é relativamente exato no capitalismo.

É no terceiro tomo de *O Capital*, que Marx daria, de passagem, a definição mais “global”, mais geral do Estado (definição que, ademais, chama atenção porque não utiliza a palavra “classe”). Com ela, Marx pretendia abarcar “*toda forma específica de Estado*”. É uma definição que convém levar muito em conta também para o problema dos Estados que surgiram das revoluções do século XX: “*A forma específica na qual trabalho excedente não pago é extraído dos produtores imediatos determina a relação de dependência entre senhores e não-senhores, tal como se desprende diretamente da produção mesma, e que, por sua vez, retroage sobre ela. É também a base sobre a qual repousa toda a estrutura da comunidade econômica e as condições mesmas de produção, e, portanto, ao mesmo tempo, a forma política específica.*”

E mais adiante dizia: “É sempre nesta relação que encontramos o segredo íntimo, o fundamento oculto de todo o edifício social, e, portanto, também *a forma política, revestida pela relação de soberania e dependência*; em uma palavra, a forma política específica de Estado (grifos de Ramires). Recordemos, finalmente, que, nem para Marx nem para Engels, o Estado deveria ser sempre necessária e diretamente o Estado exclusivo e/ou *direto* de uma *classe “proprietária”* (no sentido, por exemplo, da sociedade escravagista antiga ou a atual, capitalista). Marx já havia analisado fenômeno das sociedades chamadas “asiáticas”. Por sua vez, Engels dizia que “por exceção, há períodos em que as classes em luta estão tão equilibradas que o *poder do Estado, como mediador aparente, adquire certa independência momentânea em relação a uma e outra classe*” [9].

A abertura, no século XX, de uma “época de guerras e revoluções” trouxe à tona a necessidade de reformular e ao mesmo tempo restaurar a teoria do Estado em sua essência revolucionária, já que no interior da Segunda Internacional eram difundidas interpretações *reformistas*. Havia sido

“esquecida”, entre outras coisas, a necessidade da destruição revolucionária do Estado burguês e da constituição de outro Estado: “ou seja, o proletariado organizado como classe dominante”. Essa tarefa, para a qual atenta Lênin em *O Estado e a Revolução*, define o Estado proletário numa forma essencialmente *político-social*: não será um Estado de burocratas, mas um Estado dos *operários armados*... um Estado realmente democrático: *o Estado dos conselhos de deputados operários e soldados*” (grifos de Lênin).

Anos mais tarde, Lênin deverá corrigir isso parcialmente ao afirmar que não existia simplesmente um “Estado Operário”, mas que a realidade da URSS havia produzido um “Estado operário com deformações burocráticas”.

As concepções na oposição de Esquerda

No início dos anos 30, era evidente que essa caracterização da União Soviética também já havia caducado. A URSS já não era o “estado democrático de operários armados” e o câncer das “deformações burocráticas” chegava ao conjunto do Estado. Então, na Oposição de Esquerda formulam-se *duas* definições.

Cristian Rakovsky, que em muitos aspectos havia se adiantado a Trotsky na análise do fenômeno de burocracia[10], sustentava que “de um Estado operário com deformações burocráticas – como Lênin definia a forma política do nosso estado – estamos caminhando para um *Estado burocrático com restos proletários comunistas*”[11].

Com esta definição, Rakovsky seguia os caminhos *clássicos* de definição *político-social* de Estado. Isto é, levar em consideração essencialmente “a relação de dependência entre senhores e não-senhores”, que, por sua vez, baseia-se na “forma específica na qual o trabalho excedente não pago é extraído dos produtores imediatos”.

Mais tarde, Trotsky construirá uma definição diferente, mas, em certos aspectos,

não *absolutamente* contrária a de Rakovsky, a de “Estados Operário Degenerado”.

Assim, na década de 30, desenvolve-se o trabalho teórico de Trotsky a respeito deste curso inesperado de degeneração burocrática do primeiro Estado originado de uma revolução dos trabalhadores na história. Sua obra teórica é monumental, considerando que não só se tratava de um fenômeno *inesperado*, mas de algo *absolutamente* novo, “*sem precedentes*” nas experiências anteriores de luta de classes e eventos históricos. Mas isso dá a toda sua obra – desde *A Revolução Traída* até as dezenas de trabalhos menores, porém não menos importantes – uma *característica* que *muitas vezes não é levada em conta*: que obrigatória e inevitavelmente tal obra apresenta *hipóteses e elementos contraditórios* e, sobretudo, de análises e prognósticos *alternantes*.

Consciente disso, Trotsky em *A Revolução Traída* assinala que “os doutrinários não se satisfarão, naturalmente, com essa definição tão vaga [do caráter social de URSS]. Eles gostariam de fórmulas categóricas: sim e sim; não e não. As questões de sociologia seriam bem mais simples se os fenômenos sociais tivessem sempre contornos precisos. Mas nada é mais perigoso que eliminar, no desenvolvimento de uma precisão lógica, os elementos que contrariam nossos esquemas e que, amanhã, os podem refutar. Em nossa análise, *tememos, acima de todo, violentar o dinamismo de uma formação social que não tem precedentes* e não conhece analogias” (grifo de Ramires). Devemos ter muito em conta esse ponto de vista metodológico, porque às vezes se esquece de que *hoje já vimos o “final do filme”* dos “Estados operários burocráticos”. Trotsky só pôde assistir aos primeiros minutos. Nós, sim, temos *precedentes!*

Mas retornemos à análise de Trotsky sobre a URSS. Dado que a classe trabalhadora soviética não só havia sido despojada de todo o poder real, mas que também, sob o terror stalinista, suporta-

va uma dominação política e a um regime de trabalho brutais, Trotsky se vê obrigado a realizar uma reformulação da teoria clássica de Marx (e, por conseguinte, de Lênin). Ele argumenta que, apesar de sua degeneração, o estado soviético ainda pode continuar sendo definido como “operário” enquanto conservar “as *formas de propriedade* criadas pela Revolução de Outubro”, e desde que elas “*não sejam liquidadas, o proletariado continua sendo a classe dominante*” (L. Trotsky, *A natureza de classe do estado soviético*).

Na verdade, essa mudança radical no “centro de gravidade” da teoria marxista do estado escondia *problemas (e perigos)*:

1. Tendia a uma “petição de princípio”: que a propriedade estatal dos meios de produção (que implicava a ausência de capitalistas privados) era por si “operária” (ou que, pelo menos, continuava outorgando um caráter proletário ao Estado)

2. Porém, esta operação teórica abria também as portas para uma complicação mais profunda e mais complexa. Para o marxismo, as *relações de propriedade* não constituem a *estrutura* de uma sociedade (*relações de produção*), mas são apenas a sua “*expressão jurídica*”; em outras palavras, as relações de *propriedade* são na verdade parte da “*superestrutura jurídica e política*” da sociedade (K. Marx *Prefácio à contribuição à crítica da economia política*).

Essa “expressão jurídica” não é uma relação *direta*, mas dialeticamentemediada através das instituições do Estado, das leis e até mesmo dos “costumes”. No decorrer da história, entre as relações de produção e as relações de propriedade têm tido lugar todas as variações do desenvolvimento desigual e confiando e suas respectivas mediações.

O marxismo vulgar, especialmente o de DNA stalinista e/ou economicista, frequentemente dá por resolvido que só existem ou existiram duas

situações possíveis em relação com os bens em geral e aos meios de produção em particular: a *propriedade absoluta* e seu reverso, a *não-propriedade* também *absoluta*.

Porém, na verdade, isto tem sido *excepcional* na história. Só houve nas formações sociais escravagistas (Grécia clássica e Roma) e, sobretudo, nas capitalistas modernas. No resto, tem prevalecido toda *sorte de combinações* de formas “intermediárias”, complexas e por vezes ambíguas, de *posse e usufruto*, ou, inclusive, de propriedade “compartilhada” (sobre um mesmo bem, pessoas diferentes têm direitos diferentes; por exemplo, no feudalismo, em uma floresta, o senhor poderia ter direitos de caça exclusivos, e os servos, os de coletar a lenha disposta no solo desde que não realizasse o corte de árvores, etc). Ademais, estas formas podem estar legisladas explicitamente ou não. Nos períodos de transição, isto tende a se combinar com defasagens importantes – “atrasos” ou “avanços” relativos – entre a *estrutura* (relações de produção) e sua “*expressão jurídica*” (relações de propriedade)[12].

Trotsky, ao apontar o foco da definição de “Estado Operário Degenerado” para “as formas de *propriedade criadas pela Revolução de Outubro*”, estava girando em torno – como referido acima – de *uma relação de caráter jurídico*, isto é, *superestrutural*. Isso deixou sob uma penumbra uma questão fundamental: *as relações de produção* que configuravam a *estrutura* socioeconômica da União Soviética[13].

Isso nos remete ao problema mais amplo e crucial das relações de *produção na transição do capitalismo ao socialismo*. Concretamente: essas relações de produção *são essencialmente as mesmas* em um “estado operário burocrático” que em um *verdadeiro* estado operário, onde impere a democracia socialista e a classe trabalhadora seja a que *realmente* exerça o poder e não seja substituída por uma burocracia que pretende governar em seu nome?

Veremos mais adiante que, sobre esta questão crucial, Trotsky não responde de modo a dar uma resposta ao todo clara, senão nos dando formulações *parcialmente contraditórias*.

Além disso, *naquela época*, Trotsky provavelmente *teria razão a nível político*, ainda que tenha “forçado” desproporcionalmente as determinações clássicas da teoria marxista do Estado. Como esclareceu mais tarde, “a definição da URSS como Estado Operário” não é empregada como “uma categoria lógica, e inclusive algo ética”, mas “como uma categoria *histórica que atingiu os limites de sua própria negação*” (grifo de Ramírez)[14].

Mas Trotsky não queria cruzar tais limites, por razões políticas compreensíveis. Não queria descartar possibilidades de que “um evento histórico de grande importância, uma mudança de situação na URSS” poderia levar à “queda da burocracia stalinista”. Ele sabia que este grande evento histórico – a Segunda Guerra Mundial – estava prestes a estourar: era esse teste objetivo da luta de classes o que decidiria em definitivo[15]. Assim, em *A Revolução Traída* conclui que, em última instância, “*o problema do caráter social da URSS ainda não foi resolvido pela história*”.

Atualmente, a guerra não terminou com a “derrubada da burocracia stalinista” e com a regeneração operária da URSS. Pelo contrário, foi no pós-guerra que a burocracia *atingiu o auge de seu poder geopolítico e de sua influência sobre o movimento operário e sobre a esquerda mundial*, graças a ter encaixado, juntamente com as “democracias ocidentais” a guerra contra o nazi-fascismo. Por outro lado, os trotskistas saíram como uma ínfima marginal minoria que remava dificultosamente contra a corrente.

A guerra mundial Havia dado resultados muito diferentes da alternativa imaginada por Trotsky. Essa alternativa foi colocada *em termos absolutos* que não se deram: *contrarrevolução fascista* (com a liquidação da URSS, incluindo sua bu-

rocracia) *ou revolução operária e socialista*, com a consequente regeneração do Estado soviético e a derubada da burocracia stalinista.

Trotsky possuía todo o direito de fazer essa “aposta na revolução”. Mas os resultados da Segunda Guerra Mundial não foram esses: apresentou-se um “híbrido”, uma *combinação não prevista*. O Nazi-fascismo não triunfou na Europa, porém tampouco a revolução operária socialista. Surgiram situações revolucionárias (inclusive com elementos de duplo poder) em importantes países da Europa, tais como França, Itália e inclusive em algumas regiões da Alemanha. Mas, como sabemos, foram decisivos os pactos entre o imperialismo e a burocracia do Kremlin para contê-los e logo o desarmá-los.

A condição de vencedores do nazi-fascismo permitiu aos estalinistas estabelecer um rígido controle sobre a maioria do movimento operário e de massa europeu (enquanto o resto sucumbiu ao domínio da socialdemocracia, não menos contrarrevolucionária). As tendências instintivas, contudo inorgânicas das massas operárias para tomar o poder e guiar a revolução socialista colidiram com o *decisivo* em situações como estas, os fatores *subjativos*: consciência, programa, organização política e social da vanguarda e das massas trabalhadoras.

O fato é que o *epicentro* das lutas revolucionárias se *deslocou da Europa para a periferia* (Ásia, África e América Latina). Europa, ou melhor, o proletariado e o movimento operário na Europa, desde 1848, haviam sido o *epicentro mundial das revoluções* e, em geral, da luta pelo socialismo. Mas, desde a derrota da revolução espanhola durante a guerra civil de 1936-39, isso não mais aconteceu até agora. Embora tenha havido lutas importantes, com grande intervenção operária e com repercussão mundial – a revolução dos Conselhos Operários da Hungria (1956), o Maio Francês (1968), a Revolução Portuguesa (1974) e outros

processos – o “centro de gravidade” revolucionário no mundo *transferiu-se para a periferia*, com *profundas consequências no que tange aos sujeitos sociais e políticos* envolvidos.

Essa “transferência” das revoluções no período seguinte à Segunda Guerra Mundial teve o seu evento geopoliticamente mais importante na China, ainda que o valor da Revolução Cubana também seja enorme. E não é um problema teórico menor que afrontamos o de explicar como revolução de envergadura comparável a da Rússia (que ademais se reivindica “socialista”), *tenha chegado a ser o que é hoje*: que a China é a fábrica (capitalista) do mundo e a “locomotiva” do capitalismo mundial[16].

Expropriações e revoluções após a segunda guerra mundial

A expropriação da burguesia nos países da Europa do leste e a posterior vitória da Revolução Chinesa em 1949 recolocaram aos trotskistas todos os problemas da teoria do Estado.

A maioria se inclinou a “adaptar” a nova situação (e a dar-lhe uma nova incoerência) ao ponto de vista de Trotsky na década de 30, enquanto a definir o caráter de classe do Estado exclusivamente a partir do *primado da propriedade estatal*. Só que agora se distinguia entre “Estado Operário Degenerado” (URSS) e os “Novos Estados Operários Degenerados” (Leste Europeu, China, etc.), que já eram burocratizados desde o seu nascimento [17]. Uma minoria escolheu soluções teóricas não muito melhores, como a do “Coletivismo Burocrático” [18] ou do “Capitalismo de Estado”, o que é, aliás, politicamente muito perigoso, pois tendia a igualar o imperialismo ianque e o “capitalismo de Estado” e/ou “imperialismo soviético” [19].

Dez anos depois da China, a *Revolução Cubana* veio adicionar novas *complicações teóricas*, já amplamente consideradas no estudo publicado nesta edição [20].

A solução do “Estado Operário Deformado”, embora tenha aparecido como uma continuação de Trotsky, na verdade implicava uma *generalização abusiva* que *desfigurava* seu raciocínio marxista, isto é, *histórico-concreto*. Com essa “operação teórica”, “Estado operário” deixava de ser uma categoria *histórica* (como em Trotsky), e transformava-se em uma categoria *lógica*: ou seja, *metafísica*[21]. Ou, nas palavras de Marx, em uma categoria “imortal, imutável e imóvel”, deixando de lado qualquer consideração sobre as relações sociais reais em que se inseria... e aquelas que geraram a própria categoria[22].

De acordo com a concepção metafísica ou “lógica”, *qualquer* Estado que expropriasse e/ou possuísse os meios de produção fundamentais passava a se *automaticamente* um “Estado operário” mesmo que *nenhum operário, menos ainda a classe operária como tal*, tivesse alguma relação com tal fato. Se houvesse desapropriação *instantaneamente* o Estado se transformava em “operário”, fazendo *abstração total* do processo de luta de classes que havia levado a esta medida; ou seja, deixando de lado os sujeitos sociais e políticos que a aplicavam, e como o faziam. Nas palavras de Marx, abstraía-se das “*reais relações [sociais]*”, em que se dava[23]. *Quem* expropriava e *como* se expropriava eram questões relegadas a último plano, ou desapareciam completamente.

Às expressões “Estado operário” ou “ditadura do proletariado” foram adicionados alguns adjetivos, como “deformado” ou “burocrático”, como se fossem variações de uma mesma família, algo como as panteras ou os gatos domésticos, que são ambos da mesma família zoológica dos felinos. Porém, no âmbito da sociologia e política, essa operação pode resultar ainda mais perigosa que confundir um gato com uma pantera.

A generalização foi, então, o conceito de “Estado Operário”, mesmo naqueles Estados em

que a classe operária tinha pouco a ver com o Estado “de carne e osso” (ainda que às vezes este falasse em nome daquela). Ou seja, a classe operária pouco tinha a ver com o Estado *concreto tal como se encarna em suas instituições* (que eram completamente da burocracia).

Estado e Regime Político, Superestrutura e Relações de Produção.

Resulta do que nós estamos explicando que agrande maioria do trotskismo de pós-guerra generalizou quase até o absoluto duas *hipóteses* de Trotsky. Isto foi uma *extrapolação*, já que essas hipóteses *estavam em contradição* com outros aspectos de sua análise sobre a *terra incógnita*[24]: que era o primeiro ensaio de um Estado onde o capitalismo havia sido expropriado. Acontece que, como já assinalamos, Trotsky não queria excluir qualquer variação possível de “uma formação social que não tinha precedentes”.

As duas hipóteses mencionadas estão *estritamente ligadas entre si*. 1) O Estado operário, tal como os Estados burgueses, poderia ter *regimes políticos completamente diferentes*, a saber: regime burocrático ou de democracia operária. Em outras palavras: nas mesmas bases sociais e estruturais podem erigir-se superestruturas muito diferentes, tal como ocorre no capitalismo. 2) Que algumas classes e/ou setores sociais poderiam *substituir* a classe operária, cumprindo tarefas históricas que corresponderiam ao proletariado.

O *objetivismo* – isto é, o primado do *que se faz* a despeito de *quem e como se faz* – foi acompanhado pelo já mencionado *substituísmo*. Mas, insistimos, estas *hipóteses* foram extrapolações do pensamento global de Trotsky, convertidas, pois, em *teses*, em afirmações axiomáticas.

O raciocínio foi mais ou menos o seguinte: os Estados burgueses mostram como um mesmo Estado pode ter diversos regimes políticos (monárquicos, bonapartistas, democráticos, fascistas etc.). Eles são regimes *muito diferentes* (às ve-

zes até mesmo apoiam-se sobre setores distintos das classes exploradoras), mas o caráter de classe do Estado *é o mesmo*: burguês.

Da mesma forma, um Estado operário pode instaurar diferentes regimes políticos. Se se apoia nas camadas burocráticas, será um Estado operário burocratizado. Se, no entanto, o regime se apoia na classe trabalhadora organizada democraticamente, será um Estado operário de “democracia socialista” (Mandel) ou “revolucionário” (Moreno).

Além disso, o próprio Trotsky fez observar os antecedentes do “sustituismo” em algumas revoluções burguesas. Um dos exemplos que ele menciona foi o do regime Bismarck, que completou a tarefa historicamente progressiva de unificar a Alemanha (que a burguesia havia sido incapaz de consumir) e que se apoiava nos proprietários de terras prussianas de estirpe feudal. Da mesma forma, a situação da luta de classes no pós-guerra fez com que setores sociais não proletários realizassem tarefas que se acreditavam ser reservadas à classe operária.

Seja com um “exagero demasiado” em intelectuais como Isaac Deutscher (que chegou a entender isso para o próprio Stalin) e com maior ou menor amplitude, segundo as distintas correntes do trotskismo, *esta concepção “substituísta” foi norma no pós-guerra*. Porém, o curso dos supostos “Estados operários” e agora os perigos que se levantam frente a Cuba, obrigam hoje a reconsiderar tudo isso.

Em primeiro lugar, *não é possível generalizar* todas as formações econômico-sociais (e menos ainda as que expropriaram a burguesia) uma característica que *é quase exclusiva do capitalismo*: a saber, a *separação extrema entre estrutura e superestrutura*, entre as relações de produção e as de dominação política, entre a economia e o Estado, entre o homem como *homo economicus* (comprador ou vendedor no mercado da força de trabalho, que de

determina a fundamental divisão de classes da sociedade) e a ficção dos “cidadãos iguais” na esfera política. Isto dá ao capitalismo, nessa esfera política, um caráter extremamente “plástico” que *não tem nem poderiam ter outras formações econômico-sociais, tanto pré-capitalistas como pós-capitalistas*. [25]

É uma *enorme* vantagem de o capitalismo possuir essa *plasticidade política*, a qual permite que o Estado burguês possa ter como “regime político” desde ditaduras fascistas ou regimes militares como o de Pinochet até regimes ao estilo Chaves, passando pelas formas de “democracia” republicana “normal”, pelas monarquias constitucionais (Grã-Bretanha) ou despóticas (Arábia Saudita), pelos regimes semi-teocráticos (Irã) etc. Mas o resto das formações sociais *não tem semelhante plasticidade*. Por exemplo, no feudalismo clássico seria inconcebível semelhante separação entre as funções *superestruturais* político-jurídico-militares do senhor feudal das suas funções *estruturais*, a extração de produto e trabalho excedentes de seus servos.

Insistimos: trata-se de um traço *muito importante quase único* do capitalismo, que só foi compartilhado excepcionalmente (porém de forma qualitativa mais restrita) por algumas formações sociais baseadas na escravidão (cidades da Grécia antiga no seu período clássico e depois, em parte, Roma).

Isso faz com que os capitalistas possam exercer o poder do Estado *muito menos diretamente* do que as classes ou camadas dominantes de outras formações sociais: fazem-no pela *mediação* de um *pessoal especializado*: as *burocracias políticas e militares*. Estas são recrutadas principalmente nas ambigualmente chamadas “classes médias”, estendendo-se também ao resto do espectro social: desde os remanescentes das velhas classes capitalistas (tais como os ridículos monarcas e aristocratas de tantos países europeus) aos dirigentes “proletários” (estilo Lula, por exemplo). Diante das crises, isto permite ao capitalismo não só mu-

dar de “*elenco*”, mas mais ainda, de *regime*. Assim, ascendem e caem governos, mudam os regimes, mas o *capitalismo permanece*. A conturbada história de Cuba até 1959 é um dos tantos testemunhos disso.

Pois bem: *pouco ou nada disso pode acontecer uma vez expropriados os capitalistas*: Estado, regime e economia deixam de ser (relativamente) “autônomos”. *Extingue-se essa “externalidade” mútua entre produção e Estado, estrutura e superestrutura*.

Como explicou Trotsky, as razões para essa diferença baseiam-se no fato de que o capitalismo *pode reproduzir-se “automaticamente”*. Mas se expropria aos capitalistas os principais meios de produção, a coisa se deixa de ser “automática”. Extingue-se o “automatismo” com que o capital garante sua reprodução e valorização. *Alguém* deve não só *comandar e administrar* o funcionamento de produção e da economia em geral, mas também cuidar para que as massas operárias trabalhem com uma *eficiência e produtividade comparáveis com as do capitalismo*[26].

Que isto tente fazer o “Estado dos burocratas” (acima e sem qualquer controle ou direito de decisão dos produtores) ou realize o “*Estado democrático dos trabalhadores armados*” não é uma mera diferença no “regime político”, localizada nas nuvens das *superestruturas*. Em outras palavras: não se trata de um regime que poderia ser substituído por outro (como no capitalismo), enquanto, sob isto, *as relações de produção seguiriam mais ou menos iguais*. Pelo contrário, ambas as opções implicam *diferenças radicais no tipo de Estado*, porque tem a ver, mais profundamente, com o que podemos até chamar de diferentes modos de produção na transição (ou algo que, pelo menos, *aponta nesse sentido*).

Em “A economia soviética em perigo”, um texto de 1932, Trotsky faz um paralelo interessante entre alguns possíveis *modos de produção* que se esboçam após a expropriação dos capitalistas.

Por um lado, haveria a planificação dos burocratas que pensam possuir uma “*mente universal*” a qual lhes permitiria “traçar a priori um plano econômico perfeito e acabado, começando com o número de acres de trigo e terminando com o último botão dos jalecos” e que do mesmo modo “tão facilmente prescindem da democracia soviética e do controle do mercado”.

Por outro, haveria “uma economia da etapa de transição por meio da inter-relação desses três elementos: *planificação estatal, o mercado e a democracia soviética*”. E, desses três “elementos”, Trotsky põe como decisivo a *democracia operária e socialista*, porque “a luta entre os distintos interesses como fator fundamental da planificação nos conduz ao terreno da *política*”.

Assim, a política e a democracia socialista (superestrutura) são partes *integrantes e inseparáveis das relações de produção (estrutura) da transição*. E isto também se aplica àquela outra forma de produção: aquela que a burocracia comanda: esta também é sobre determinada pela dominação burocrática, que *não pode tolerar a democracia operária*, porque se faria *impossível* apoderar-se de uma parte significativa do produto excedente.

Isto, por sua vez, determina não meramente dois *regimes diferentes* (burocrático e revolucionário) do *mesmo Estado operário*, mas, *dois tipos de Estado* diferentes devido ao caráter *social* e não só “*político*” desses Estados.[27].

Todavia, devemos dizer algo mais sobre essa *questão fundamental das relações de produção na transição do capitalismo ao socialismo*. A expropriação da burguesia em um país – seja em vastos territórios como China e Rússia, seja em uma pequena ilha como Cuba – *não o emancipa da economia mundial*, que permanece capitalista. Ou, dito de outra forma, *não o emancipa da lei do valor*.

A partir das elaborações de Trotsky – entre elas, a da fundamental *unidade da economia mundial*-, Pierre Naville aprofundou a análise das relações

de produção nos países em que se deu a expropriação do capitalismo. Isso foi desenvolvido principalmente em relação a URSS, mas em termos gerais também é válido para Cuba.

Naville, desenvolvendo um exemplo mencionado por Marx, comparava estas sociedades com uma *cooperativa de trabalho*. Ali não há patrões, mas o nível de desenvolvimento das forças produtivas e o fato de que essa cooperativa existe em escala *nacional*, no marco da economia capitalista *mundial*, torna-se ainda *impossível superar ou “abolir” o trabalho assalariado*, e, portanto, a *mais-valia*. Como forma “transitória” impõe-se ainda uma *auto-exploração* (conceito de Marx) ou uma *“exploração mútua”* (conforme Naville). Em outras palavras: ainda há mais-valia, ou seja, valor excedente não pago ao trabalhador, mas ela não vai para os bolsos de um empregador privado: vai para a cooperativa. A mais-valia é estatizada.

No entanto, o problema se apresenta como já advertia a *Plataforma da Oposição de Esquerda em 1927*, quando o excedente estatizado *vai parar cada vez mais nas mãos da burocracia*. Décadas mais tarde, isto já havia dado um salto qualitativo. O “socialismo” soviético se apresentava então como *“uma espécie de argumento de cooperativas operando sob uma série de leis herdadas do capitalismo e coordenadas pela mão brutal de uma burocracia”*[28].

Tal como assinalava Trotsky, a apropriação do produto excedente pela burocracia *não constituiu um sistema de exploração “orgânico”*, como o capitalismo ou as formações anteriores. Por isso não durou séculos (como o feudalismo ou capitalismo), mas apenas um suspiro, se o medimos em suas proporções históricas. Não *houve lugar na história para um “coletivismo burocrático”*. Com notável rapidez, descambou de diferentes maneiras. No entanto, é importante compreender, sobretudo para *o futuro e para a retomada da luta pelo socialismo*, que isto *foi efetivamente um sistema de exploração*. Embora não tenha sido “orgânico”, foi, no entan-

to *estrutural*, e uma das muitas formas de regime político que pode assumir um mesmo Estado operário.

Para deixar isso mais claro, tomaremos uma analogia formulada por Nahuel Moreno sobre a transição. Moreno dizia que era como uma estrada de ferro. Se o trem da revolução fosse conduzido por direções burocráticas e/ou pequeno-burguesas, então, se detinha na estação “expropriação da burguesia” e não seguia avançando na transição para o socialismo.

Na verdade, as coisas têm sido mais complicadas. Jamais as ferrovias tiveram uma só via: há bifurcações, desvios e também “becos sem saída”; isto é, que não chegam a lugar algum. Podemos dizer que frente ao trem da revolução se abrem duas vias. Se quem o dirige é uma burocracia, tomará um beco sem saída... e retornará ao capitalismo. Se se impõe o programa da democracia operária e socialista e o condutor é *realmente* a classe operária autodeterminada, o trem tomará *outra direção*: o caminho de transição para o socialismo.

Assim, as burocracias, organizadas em Estados “todo poderosos”, não pararam o trem *após a expropriação*, mas *seguiram marchando por outras vias*. Inicialmente, nem a burocracia stalinista nem a maoísta tenderam a restauração capitalista, mas *seguiram* tentando fazer “orgânico” e historicamente *duradouro* seu sistema de exploração “inorgânico”.

Por esse caminho se estabeleceram “*Estados burocráticos*” (ou “*socialismo de Estado*”, como chamava Pierre Naville), que finalmente se demonstravam sem maiores perspectivas históricas. Ou seja, fracassaram miseravelmente. Entre outros motivos, porque eram economias *nacionais* no marco de uma *economia mundial capitalista*, e porque o sistema burocrático *foi incapaz de um desenvolvimento sustentável das forças produtivas*. Após os fracassos, as *burocracias se direcionavam para a restauração*, ainda

que sob formas distintas. Cuba, mais tardiamente pelos motivos que apontamos, está diante da mesma encruzilhada.

É impossível abstrair o também determinante elemento político (democracia operária e socialista ou ditadura burocrática) destes fracassos econômicos, que tiveram como consequência não só a perda da maior conquista revolucionária da história (a expropriação do capitalismo em um terço da humanidade), senão algo inclusive pior: uma grave crise na consciência dos trabalhadores sobre a possibilidade de uma alternativa socialista ao capitalismo.

Classes, burocracia e substituísmo

Isto nos remete a uma reflexão final sobre o “substituísmo”, que após os desastres do século XX, alguns querem colocar de volta nos altares, não só acendendo velas a Chávez, mas também, agora, a Raul Castro.

Trotsky, de fato, colocou-se uma questão, tomando o exemplo dos junkers prussianos e também o da Restauração Meiji (1868) que, a partir “de cima”, fez passar vertiginosamente o Japão do feudalismo ao capitalismo imperialista. Tanto os junkers prussianos, cuja liderança era Bismarck, como os setores da aristocracia japonesa conduzidos pelo Imperador Meiji eram estratos sociais de origem feudal que cumpriram tarefas burguesas historicamente progressistas (a unificação da Alemanha, o desenvolvimento do capitalismo no Japão, etc.).

Fazendo uma analogia hipotética, Trotsky se perguntava em que medida a burocracia soviética – um estrato pequeno-burguês – poderia desempenhar um papel temporariamente “substitutivo” parecido. Ou seja, cumprir limitada e contraditoriamente tarefas do proletariado e do socialismo. Porém, ao mesmo tempo, levantava hipóteses opostas (que geralmente não são lembradas), como, por exemplo, que o domínio da burocracia já significaria, mais cedo ou tarde, a restauração do capitalismo “a frio”.

Mas nós, como mencionamos acima, ao contrário de Trotsky, tivemos a oportunidade de ver o final do filme: nenhuma burocracia cumpriu um papel como o de Bismarck, ou do Imperador Meiji, nem qualquer coisa parecida. Deu-se, porém, a outra hipótese de Trotsky: a de que os burocratas conduziram à restauração capitalista. Hoje já temos essa comprovação, da qual careceu Trotsky em vida. E não há fato ou motivo algum que indique que a burocracia cubana será exceção.

Esse resultado se deve a uma qualidade também exclusiva do capitalismo: a vastíssima capacidade, nacional e mundialmente, de assimilar-se a outras classes e estratos sociais pré-capitalistas explorados e/ou privilegiados, “aburguesá-los” e colocá-los a seu serviço. Nem a classe operária nem um Estado proletário teriam tal capacidade. O capitalismo tem aburguesado líderes tribais, reis, imperadores, marajás, sheiks, junkers, samurais e a todo e quanto explorador e/ou privilegiado pré-capitalista que já haja existido no planeta. E também, lamentavelmente, por outro lado, tem assimilado e domesticado legiões de burocratas operários (incluindo muitos que foram inicialmente lutadores legítimos), líderes guerrilheiros e dirigentes de movimentos sociais camponeses, indígenas, etc. Também tem devorado ademais duas gerações históricas de partidos originalmente operários, os socialistas, oriundos da Segunda Internacional, e os comunistas, da Terceira.

Finalmente, repetimos que não se trata aqui de debates acadêmicos (como seria com Deutscher, se este estivesse vivo), nem de tampouco negar, em abstrato, a possibilidade de que setores sociais e políticos não proletários, em circunstâncias especialíssimas, cumpram limitadamente tarefas históricas que corresponderiam ao proletariado, como foi o caso da Revolução Cubana.

O problema concreto é outro: depois de um século de imensas revoluções cujo saldo foi o fracasso total e irremediável dos “substitutos” da classe operária, o

“substituísmo” está novamente erguido como programa e política de setores do marxismo revolucionário e da vanguarda.

Diante desta situação *concreta* – que atravessa o marxismo revolucionário na América Latina e no resto do mundo – acreditamos que a nossa posição, de fato, deve ser contundente: não há “substituísmo” que valha! Se não conseguimos reerguer a luta de classe trabalhadora e o movimento operário, ninguém poderá substituí-los!

Notas:

[1] Sobre esse tema a ***Corrente Internacional Socialismo ou Barbárie*** tem uma respeitável e inovadora elaboração teórica que pode encontrada nas revistas *Socialismo ou Barbárie* n° 17/18 *Notas sobre la teoría de la revolución permanente a comienzos del siglo XXI*, por Roberto Sáenz; revista n° 25 *Plan, mercado y democracia obrera – La dialéctica de la transición socialista*, por Roberto Sáenz; revista n° 19 *China 1949: una revolución campesina anticapitalista*, por Roberto Sáenz, n° 22 *Un debate crucial en la izquierda – Cuba frente a una encrucijada*, Roberto Ramiérez.

[2] O tema da atualidade da concepção leninista de partido é tratado no artigo *A vigência de O que fazer? em nossa época*, por Roberto Sáenz na revista *Socialismo ou Barbárie* n° 23/24.

[3] Deve-se fazer notar que, já nos tempos de Marx e Engels, à maltratada palavra “socialismo” se pretendia dar qualquer significado. Por isso, no Manifesto Comunista se vem obrigados a clarificar as variedades de “socialismos” fraudulentos em voga. Para isso, empregaram antes de tudo um critério de classe; isto é, dos sujeitos sociais que se expressam nestes pretendidos “socialismos”. Neste século XX, esta interessada nebulosidade do conceito de socialismo chegou a um grau de fraude escandaloso. Assim, chamaram-se “socialistas” a grande maioria dos governos e partidos das ex-colônias afro-asiáticas (como os de Nasser no Egito, Assad na Síria e até Sadam Hussein no Iraque) ou partidos como o PS da França ou o PSOE da Espanha.

[4] Obviamente, nesta transição houve crises políticas e enfrentamentos que em algumas ocasiões fizeram correr sangue. Entretanto, esses fatos não só não foram a regra, como que não tiveram que ver com uma defesa da propriedade supostamente “socialista”, nem de um “estado operário”, e nem mesmo com um rechaço à restauração. Um dos fatos de maior repercussão, o de Tiem An Men, por exemplo, não houve nada nesse sentido. Tampouco na rebelião popular que pôs abaixo Ceausescu na Romênia.

Nem nas lutas, algumas sangrentas, que houve nos processos de separação da ex-União Soviética. Tampouco as guerras que levaram à dissolução da Iugoslávia se deram entre restauracionistas e opositores à volta do capitalismo.

[5] Oú va l'URSS de de Gobatchev? Paris, La Brèche, 1989, p. 20. [N.T. Hara-Kiri (literalmente, cortar a barriga ou o estômago) é o termo popular para o Seppuku, ritual de suicídio dos samurais]

[6] Destacamos aqueles de queda (ou mudança) advindos de regimes stalinistas da ex- URSS e do Leste porque o que aconteceu com a burocracia “operária” teve muitas variantes. Porém, em geral, a burocracia como tal não foi liquidada (inclusive em países em que houve excepcionalmente revoltas violentas, como na Romênia, ou onde havia grandes movimentos políticos de oposição em condições de substituí-la, como na Polônia). Em maior ou menor medida, dependendo do caso, a burocracia se “renovou” no novo regime, e simultaneamente setores dela se tornaram empresários. O processo na Rússia é particularmente interessante. Depois do desastre do neoliberalismo “puro” de Yeltsin e seu bando de “oligarcas”, que culminou com a bancarrota financeira de 1998, conquista a hegemonia o núcleo central da burocracia sobrevivente, principalmente a ex – KGB e as Forças Armadas, que aparecem, aliás, representando e mediando – com um regime bonapartista forte – os interesses do conjunto da nova burguesia russa e do Estado russo em seu confronto econômico e geopolítico com os Estados Unidos e a União Europeia. Assim se foi dando uma luta, com episódios sangrentos, entre Putin e alguns dos “oligarcas” que estavam demasiadamente ligados a capitais ocidentais, e que abririam caminho para converter a Rússia em uma semicolônia do ocidente.

[7] No caso da Cuba, deve-se chamar a atenção para este grave problema que *nem mesmo se colocam aqueles que acreditam que o capitalismo já foi restaurado na ilha*, como é o caso do PSTU- LIT. Já em 2000, os companheiros consideravam que a restauração estava consumada ou em vias de se concluir. No entanto, desde então, em tudo o que têm escrito para demonstrá-lo, nunca lhes passa pela cabeça tentar explicar *como se pode passar gradual e evolutivamente* da ditadura do proletariado (Estado Operário) à ditadura da Burguesia (Estado burguês).

[8] Demarquemos que isso nos leva a *diferenças radicais* entre o curso histórico da União Soviética e dos países onde se expropriou burguesia no pós-guerra. A revolução de Outubro de 1917 originou efetivamente *um Estado encarnado do poder dos soviets*. Por isso, foi necessária a contrarrevolução mais sangrenta do século XX – mais ainda do que a de Hitler na Alemanha, nas décadas de 20 e 30, para esta-

belecer e consolidar o poder da burocracia. Isto incluiu o extermínio em massa da vanguarda operária e de quase todos os bolcheviques que haviam feito a revolução de Outubro. Não houve processos similares no segundo pós-guerra. As convulsões sangrentas pelas quais atravessou a China foram de natureza muito distinta. Seu centro foram essencialmente *lutas interburocráticas*, alimentadas pelas contradições do “socialismo em um só país” evidenciadas pelos disparates voluntaristas de Mao. Os episódios em que apareceu a classe operária giraram ao redor desse eixo.

[9] Engels, El origen de la familia, da propiedad privada e el Estado, OEME, tomo VII, Cartago, Buenos Aires, 1973.

[10] Entre outros aspectos, no sentido de que a burocracia soviética havia deixado de ser parte da classe trabalhadora, questão na qual Trotsky oscila bastante.

[11] Declaração em vista do XVI Congresso do PC, 12/4/1930, Cahiers Leon Trotsky, nº 6, Paris, 1980, disponível na edição espanhola da Antídoto da revolução Traída. Inicialmente, a carta havia sido publicada no Boletim da Oposição, em que Trotsky editava no exílio.

[12] Dois exemplos disto: 1) Uma das medidas fundamentais dos colonizadores europeus na Ásia e na África (por exemplo, os ingleses na Índia) foi impor uma legislação que consagrava as normas de propriedade absoluta do capitalismo. Esta mudança *superestrutural, jurídica*, foi uma arma poderosa para liquidar a partir “desde cima” as formas de propriedade e as relações *estruturais* de produção pré-capitalistas, sobretudo no campo (o que implicava ao mesmo tempo a ruína e a desapropriação em massa do campesinato); 2) Um exemplo *inverso*: em 2007, o parlamento chinês aprovou uma lei consagrando o pleno direito à propriedade privada capitalista (isto é, dos meios de produção e de troca). Obviamente, seria ridículo afirmar a esta data que teria chegado ao fim o “Estado operário” chinês, como deveríamos fazer se nos orientássemos somente pelas relações jurídicas de propriedade para definir o caráter de classe do Estado. Essa lei não foi o *princípio*, mas o *fim* de um longo processo de décadas de mudanças *estruturais* (isto é, de transformações nas relações de produção) e também *superestruturais*, que inicialmente operaram *de fato*, adiantando-se a sua “legalização” final. Nem as multinacionais nem a nova burguesia chinesa, originada principalmente da burocracia, esperaram esse dia para começar a explorar os operários e acumular capital. Contudo, ao mesmo tempo, a reivindicação pela “garantia de segurança jurídica”, no intuito de adequar a lei à realidade, já era um forte clamor de todos os capitalistas, chineses e estrangeiros.

[13] Isto é, deslocou-se o centro do problema, o que assinalava Marx como “a forma específica em que o trabalho excedente não pago é extraído dos produtores imediatos”, o que “determina a relação de dependência entre senhores e não-senhores, tal como se desprende diretamente da produção mesma e que por sua vez retroage sobre ela”, e que constitui o “segredo íntimo, e o fundamento oculto de todo o edifício social, e, portanto também a forma política revestida pela relação de soberania e dependência; em uma palavra, de toda forma específica do Estado”.

[14] “Cuestiones del trabajo ruso”, carta de 17/2/1939, Oeuvres, tomo XX, Paris, INI.T, 1980.

[15] As definições de Rakovsky e Trotsky são diferentes, mas não *absolutamente contrárias*. Ambas são categorias *dialéticas*, isto é, “*histórico-temporais*”, como dizia Marx. Tanto Rakovsky como Trotsky coincidem em assinalar um *proceso* contra-revolucionário que *ainda não havia sido totalmente consumado*: “estamos *caminando* para um estado burocrático com restos proletários comunistas”, afirmou Rakovsky; o Estado operário “é uma categoria *histórica* que atingiu *os limites de sua própria negação*”, afirma Trotsky. Mas enquanto Rakovsky dá ênfase ao já visível *ponto de chegada*, Trotsky, no entanto, ressalta o *ponto de partida*: uma grande *revolução operária*, da qual só restava a propriedade nacionalizada.

[16] A este “mistério” que é escandalosamente ignorado por muitos, temos dedicado extensos trabalhos nas revistas Socialismo ou Barbárie nº 17,18,19 e 21, com textos de Roberto Sáenz.

[17] Uma corrente minoritária, encabeçada por Tony Cliff, desenvolveu a teoria do “capitalismo de Estado”, que apresentava problemas teórico-políticos distintos, mas não menos graves do que a maioria que definia a esses Estados como operários, exclusivamente baseada na estatização dos meios de produção.

[18] Sabe-se que a corrente “Coletivista Burocrática” teve um personagem de importância em Max Schachtman, o qual deu origem a posições de direita. Uma minoria permaneceu no âmbito do socialismo revolucionário, encarnada em intelectuais como Hal Draper.

[19] Obviamente, havia de se *defender incondicionalmente a URSS frente a qualquer ataque do imperialismo*, como hoje tem de se fazer com Cuba frente aos EUA. Mas esta defesa incondicional não depende de que os consideremos “Estados Operários”, mas de que são *atacados pelo imperialismo*. Desse modo, é também um dever fundamental defender todas as conquistas das revoluções do século XX que permaneçam ainda em pé, como podem ser a propriedade

nacionalizada, as melhorias na saúde, educação, condições de trabalho, etc.

[20]Referência do autor à edição em que se publicou originalmente esse artigo, isto é, na revista SoB 22, Novembro de 2008 (N.T.).

[21]A reviravolta de Trotsky em relação à teoria do Estado, deslocando o centro da questão das *relações de produção às formas de propriedade* –havia aberto a porta (ou pelo menos a janela) a este erro posterior. No entanto, em seu conjunto, o pensamento de Trotsky foi profundamente *dialético*. Expressava uma reflexão que poderíamos parafrasear do seguinte modo: “A revolução operária e socialista, que começou na Rússia em 1917, não se espalhou para a Alemanha e outros países avançados da Europa, mas ficou isolada em um país muito atrasado. Nessas condições, uma burocracia brutal pôde se apropriar do poder e ir aniquilando as conquistas de Outubro. No entanto, apesar da burocracia, continuou a subsistir *uma conquista muito importante: a propriedade estatizada*. Assim, ainda que o ‘Estado operário’ esteja claramente “*ao limite de sua negação*”, não devemos dar tudo por perdido: estamos no limiar de uma guerra mundial, *um acontecimento histórico de enorme importância*, que pode levar a *uma alteração da situação na URSS e ao colapso da burocracia stalinista*”. Trotsky pode ter se equivocado em seu prognóstico, mas *metodologicamente* este não era incorreto: tinha relação com o curso degenerativo seguido por uma grande revolução operária e socialista. Sua (questionável) “simplificação” da definição social da URSS se inseriam esta compreensão correta do momento da luta de classes.

[22]Isto nos remete a um problema teórico que está nas bases da constituição do marxismo. Com efeito, Marx lançou as bases do “materialismo histórico” *polemizando contra a utilização de categorias de forma “lógica*”, isto é, metafísica (assim como corretamente criticava Trotsky no que tangue à abordagem da discussão da URSS). A polêmica de Marx com Proudhon, num plano mais teórico, teve esse ponto como fundamental. Assim, em sua *Carta a Annenkov* (28/12/1846), Marx afirma contra Proudhon o princípio materialista histórico de que as categorias “são apenas expressões abstratas dessas reais relações [sociais] existentes e só permanecem verdadeiras enquanto essas relações sociais existirem (...) Portanto, estas categorias não são mais eternas que as relações que elas expressam. Elas são produtos históricos e transitórios”. Marx, finalmente, criticava aqueles que tomavam “*a abstração, a categoria tomada em si mesma, a despeito dos homens e de suas atividades materiais*”. Com o qual, a categoria pode se tornar “imortal, imutável e imóvel” (grifos de Marx).

[23]Como veremos, este seria também o ponto de partida da confusão quando, após a Segunda Guerra Mundial, houve uma onda de estatizações, não só na China e na Europa Oriental, mas também em muitos países africanos e asiáticos. Uma complicação adicional foi que muitos desses governos que emergiam nas ex-colônias europeias, recém-independentes, reivindicavam-se “socialistas”. Então, muitos trotskistas, como o mandelista Lívio Maitán, indagavam-se se o Egito não tinha se tornado, “a frio”, um estado operário”, uma vez que Nasser, além de se proclamar “socialista”, havia estatizado quase toda a economia. Outros, ainda mais delirantes que Maitán, “descobriram” que, além dos reconhecidos “Estados Operários” da China, Europa Oriental, Cuba, etc., havia outra boa dúzia de estados operários; por exemplo, a Etiópia sob o regime militar terrorista de Mengistu Haile Mariam. E, finalmente, lembremo-nos de como o mandelismo declarou “Estado Operário” à Nicarágua governada por Daniel Ortega.

[24]Termo em latim para “terra desconhecida” [N.T].

[25]Sobre as demais formações econômico-sociais, valem estas observações de Perry Anderson: “Todos os modos de produção das sociedades anteriores ao capitalismo extraem o trabalho excedente dos produtores imediatos mediante a coerção extra-econômica (o que implica, principalmente, mas não exclusivamente, alguma forma de poder estatal)”. Mas no capitalismo, prossegue Anderson, “os meios pelos quais se extrai o excedente dos produtores diretos são ‘puramente’ econômicos em sua forma: o contrato de trabalho, a troca igual entre agentes livres, que reproduz, a cada hora e a cada dia, a desigualdade e a opressão. Os meios de produção anteriores operam através de sanções extra-econômicas: de parentesco, consuetudinárias, religiosas, jurídicas ou políticas... portanto, é impossível interpretar essas sanções como algo *separado* das relações econômicas. As ‘superestruturas’ de parentesco, a religião, a família, o direito ou o Estado *entram necessariamente na estrutura constitutiva* do modo de produção das formações sociais pré-capitalistas” (P. Anderson, *El Estado Absolutista*, grifos de Ramírez). Entendemos que algo análogo ocorre *após a expropriação dos capitalistas*.

[26]O que não significa, é claro, que a lei do valor deixe de vigorar, nem que se possa imediatamente “abolir” o trabalho assalariado, especialmente em economias nacionais atrasadas, como foi o caso Cuba e demais países onde o capitalismo foi expropriado no século XX.

[27]Exclui isto, em princípio, as possíveis diferenças de regime na transição? De maneira nenhuma! Mas essas diferenças se movem em um *espectro qualitativamente menos*

amplo que nas formações capitalistas. Por exemplo, o regime político de um futuro estado operário boliviano não poderia deixar de ter em conta o problema dos povos originários. Da mesma maneira, na América Central, o regime deveria provavelmente assumir a forma de uma federação socialista, e não um estado unitário. Assim sendo, a necessidade política de classe trabalhadora para estabelecer sua *hegemonia* sobre todos os explorados e oprimidos irá certamente conduzir a certas concessões institucionais, de acordo com a realidade social de cada país ou região. Isso também se aplica aos Estados Burocráticos: o regime político na URSS não foi exatamente o mesmo nos tempo de Stalin que na época de Brejnev ou ainda período posterior de Gorbachov. Mas, da mesma forma, estas variantes se deram dentro de *margens qualitativamente mais estreitas que no capitalismo.*

[28]Pierre Naville, Le nouveau Leviathan, tomo 2, volumen 1, capítulo 3, París, Antrophos, 1970. Não é demais recordar que Moreno muito estimava a obra de Naville.

Apontamentos:
